

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 30

FATORES DE VULNERABILIDADE NA JUVENTUDE: SUBSÍDIOS PARA A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

*Marcos Costa Holanda**
Antônio Lisboa Teles da Rosa⁺
André Oliveira Ferreira Loureiro•
Annuzia M. P. M. Gosson•
Cláudio André Gondim Nogueira•
Jimmy Lima de Oliveira•
Leandro Oliveira Costa•
Victor Hugo de Oliveira Silva•
Elisa de Castro Marques Ribeiro°
Virgínia Dantas Soares Teixeira°
Keyla Christina Albuquerque Lacerda▪

Fortaleza-CE
Dezembro/2006

* Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

+ Diretor de Estudos Sociais do IPECE.

● Analista de Políticas Públicas do IPECE.

○ Técnica de Políticas Públicas do IPECE.

▪ Analista de Planejamento e Orçamento da SEPLAN.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Vicente Cavalcante Fialho – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor-Geral

Pedro Jorge Ramos Vianna – Diretor de Estudos Setoriais

Antônio Lisboa Teles da Rosa – Diretor de Estudos Sociais

A Série Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo a divulgação de trabalhos elaborados pelos servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de diversos temas de interesse do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 ASPECTOS GERAIS DA JUVENTUDE	7
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS	12
2.1 Introdução	12
2.2 Taxa de analfabetismo	13
2.3 Analfabetismo funcional	19
2.4 Taxa de freqüência à escola	23
2.5 Média de anos de estudo	27
2.6 Anos de atraso	30
2.7 Estudantes e concludentes do ensino médio	33
2.8 Jovens que não estudam	37
2.9 Percentual de analfabetos que freqüentam curso de alfabetização	39
3 EMPREGO E RENDA NA JUVENTUDE	42
3.1 Ocupação e desemprego	42
3.1.1 Ocupação na juventude	42
3.1.2 Desemprego na juventude	46
3.1.3 O primeiro emprego	49
3.1.4 Escola e trabalho	51
3.2 Renda	55
3.2.1 Renda domiciliar <i>per capita</i> segundo atividade socialmente definida	57
3.2.2 Renda própria dos jovens segundo atividade socialmente definida	61
3.2.3 Rendimento mensal segundo a idade que começou a trabalhar	68
4 PERFIL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DOS JOVENS	70
5 SAÚDE NA JUVENTUDE	81
5.1 Mortalidade por causas externas na juventude	81
5.2 Mortalidade por causas internas: 10 a 24 anos	87
5.3 Maternidade precoce: 11 a 19 anos	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Uma melhor compreensão dos aspectos demográficos, sociais, econômicos, entre outros, que dizem respeito ao segmento populacional específico da juventude, se constitui em uma condição fundamental para o estabelecimento de políticas públicas direcionadas a essa importante parcela da população.

As pessoas entre 10 e 24 anos representam cerca de um quinto da população total no Brasil, totalizando um contingente de aproximadamente 52 milhões de brasileiros e 2,5 milhões de cearenses, de acordo com as informações da PNAD de 2005¹. Existem indicativos de que uma parcela considerável dessa população enfrenta uma série de vulnerabilidades e fragilidades, que elevam os riscos de conduzir estes jovens para problemas como o desemprego e a criminalidade, com o agravante de que estes brasileiros raramente são alvos dos grandes projetos e ações governamentais.

Diversas pesquisas apontam que o comportamento dos jovens e adolescentes é afetado pela situação sócio-econômica de um país ou região e também pelas transformações experimentadas por uma sociedade. Em particular, mudanças rápidas no contexto econômico modificam a estrutura do mercado de trabalho, adicionando incerteza quanto ao retorno econômico ou sucesso de determinadas ocupações. Esse processo afeta principalmente os jovens e adolescentes que estão em processo de definição de suas respectivas áreas de atuação, fazendo com que eles não se sintam confiantes quanto suas escolhas referentes à educação formal e a escolha do campo de atuação profissional. Além disso, como jovens e adolescentes geralmente dependem primariamente de suas famílias, situações de desemprego ou subemprego do provedor da família podem limitar as escolhas desses jovens, condicionando suas posições no mercado de trabalho. Desta forma, os jovens oriundos de classes sociais menos privilegiadas são mais vulneráveis às condições sócio-econômicas da região em que vivem e podem ter suas trajetórias de vida afetadas, tanto no âmbito pessoal, como no profissional.

¹ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE.

No contexto da política de metas de inclusão social que tem sido adotada pelo Governo do Estado do Ceará, o monitoramento da situação dos jovens e adolescentes e o estudo dos fatores que afetam o grau de vulnerabilidade desta parcela da população cearense se tornam necessários, uma vez que a avaliação e o desempenho de políticas para esse segmento precisam ser fundamentados em conhecimentos concretos sobre as condições socioeconômicas dessa população e também pelos resultados alcançados por ações governamentais implementadas até o presente momento.

É neste contexto que o presente trabalho busca analisar a população jovem, no sentido de proporcionar uma melhor compreensão da realidade da juventude, assim como discutir os principais fatores relacionados à vulnerabilidade dessa importante parcela da população, onde a vulnerabilidade da juventude é compreendida como aspectos negativos que afetam as condições de vida dessa população, como desemprego e subemprego e envolvimento desses jovens no mundo do crime.

Para a avaliação dos principais aspectos sócio-econômicos da juventude, tanto em termos regionais como nacionais, foram utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, em 1992 e 2004, permitindo não somente uma caracterização da realidade da juventude atualmente, como a evolução dessas condições e características ao longo do tempo. Também se utilizou de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS).

O presente trabalho se divide em seis seções, onde são considerados aspectos relativos à educação, saúde, emprego e renda, na população entre 10 e 24 anos². A seção 1 inicia a análise das características demográficas da população jovem, enquanto a seção 2 avalia as condições educacionais da juventude. Na seção 3 são analisados o mercado de trabalho e a renda dos jovens, seguida de uma análise do perfil do chefe das famílias dos jovens na seção 4. Na seção 5 são considerados aspectos da saúde na juventude. A seção 6 apresenta as conclusões finais.

² Com exceção de alguns indicadores que consideram faixas etárias mais abrangentes.

1 ASPECTOS GERAIS DA JUVENTUDE

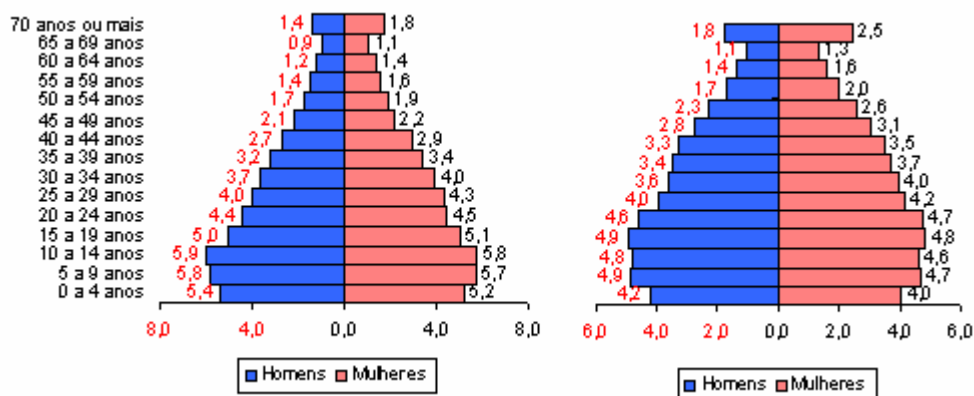
A importância de se estudar a população jovem é inquestionável. Além de se constituir o contingente populacional com maior representação dentro da pirâmide etária, os jovens vivem uma fase da vida permeada por intensas transformações biológicas, sociais e econômicas. Esta fase pode se caracterizar tanto por fragilidades, que resultarão em vulnerabilidades, como por potencialidades, dependendo das condições e trajetórias seguidas pelos jovens.

Para que se possa analisar a realidade dos jovens e os seus principais problemas e vulnerabilidades, faz-se necessária uma discussão de que grupo populacional faz parte da juventude. Dentre as diversas conceituações de juventude, destaca-se a definição que considera como jovens as pessoas entre 10 e 24 anos de idade, e que se baseia principalmente nos períodos de transição no ciclo de vida. O limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as características biológicas e psicológicas que diferenciam o adolescente da criança. O limite superior se refere ao momento em que normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando a transição para a vida adulta.

Seguindo esta conceituação, o presente trabalho se utilizará dessa delimitação de idade, pessoas entre 10 e 24 anos, como contingente populacional considerado como juventude. No entanto, deve-se salientar que em função da possível heterogeneidade existente dentro do próprio grupo populacional, dependendo do aspecto sócio-econômico que se considera, serão analisadas faixas etárias mais estreitas ou mais abrangentes, de forma a captar de uma maneira mais adequada as características dos jovens.

Uma melhor compreensão do peso da juventude dentro da sociedade e a sua evolução nos últimos anos, pode ser obtida ao se observar as pirâmides etárias do Brasil e do Estado do Ceará, para os anos de 1992 e 2004, apresentadas nos gráficos 1.1 e 1.2 a seguir.

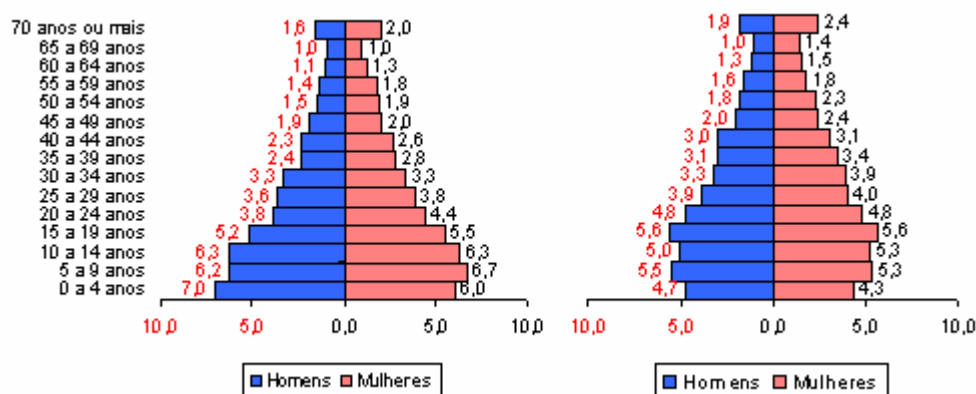
Gráfico 1.1: Pirâmide Etária – Brasil, 1992 -2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Observa-se uma clara evolução da composição etária, tanto no Brasil como no Ceará, partindo de uma predominância das pessoas abaixo de 15 anos em 1992, para uma maioria de pessoas entre 10 a 24 anos em 2004. Esta transição é melhor visualizada na pirâmide etária do Ceará, apresentada no gráfico 1.2, no qual é possível observar um achatamento da base da pirâmide, com uma concentração maior da população nas faixas etárias correspondentes aos jovens.

Gráfico 1.2: Pirâmide Etária – Ceará, 1992 -2004

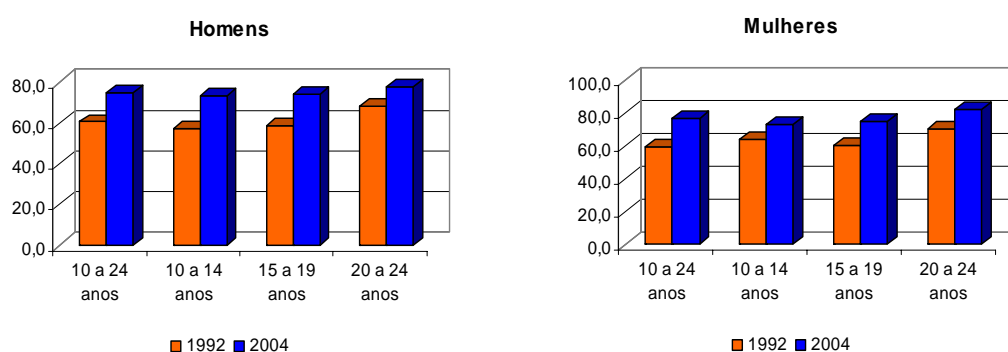


Fonte: PNAD/IBGE.

No tocante à população de jovens de 10 a 24 anos de idade, observa-se a partir do gráfico 1.3 que as proporções residentes em áreas urbanas, de modo geral, são inferiores às respectivas proporções para os totais masculino e feminino, em 1992 e 2004. Enquanto que 61,1% dos homens cearenses residiam em áreas

urbanas, em 1992, ao segmento específico de jovens de 10 a 24 anos correspondia uma proporção de 60,1%, destacando-se aqueles jovens com idades entre 20 e 24 anos (68,3%). Em 2004, estes percentuais resultaram em 75,2% para o sexo masculino como um todo, 75,1% relativo ao conjunto formado pelos que tinham entre 10 e 24 anos de idade, e 77,8% para os que estavam na faixa etária dos 20 a 24 anos.

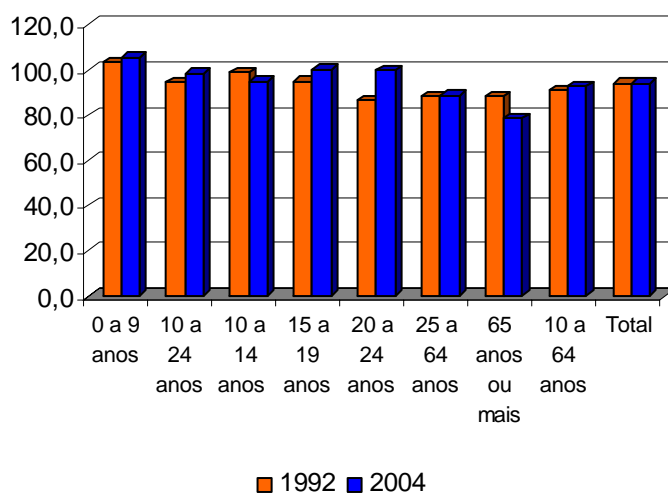
Gráfico 1.3: Proporção de população residente de jovens de 10 a 24 anos de idade na zona urbana, segundo o sexo e os grupos de idade – Ceará – 1992 e 2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Um outro aspecto relevante na caracterização demográfica da juventude é a distribuição populacional relativa ao gênero. A partir do gráfico 1.4, verifica-se que em geral, ocorre uma predominância das mulheres, com a razão entre os sexos ficando abaixo de 100 em quase todas as faixas etárias. Entretanto, quando se observa o primeiro subgrupo de idade, percebe-se que nos primeiros anos de vida da população, predomina os jovens do sexo masculino, e na medida que se avança nos grupos etários, há um inversão neste indicador, com uma crescente redução na razão entre homens e mulheres.

Gráfico 1.4 – Razão entre os sexos da população residente de jovens de 10 a 24 anos, segundo grupos de idade – Ceará – 1992 e 2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Percebe-se ainda que entre 1992 e 2004 ocorreu uma elevação na proporção entre homens e mulheres, com uma elevação deste indicador em quase todas as sub-faixas etárias, indicando que a predominância feminina no Estado do Ceará vem se reduzindo ao longo do tempo. Este fato pode ser observado ainda através da tabela 1.1 adiante, que apresenta ainda os valores absolutos da população residente no Estado do Ceará em 1992 e 2004.

Desta forma, a partir da observação das características demográficas da população jovem, assim como as modificações ocorridas ao longo dos anos, serão analisados nas seções seguintes alguns aspectos sócio-econômicos da juventude, verificando os principais dificuldades e desafios que devem ser enfrentados para o desenvolvimento de jovens e adolescentes na sociedade atual.

Tabela 1.1: Distribuição etária por sexo - CEARÁ - 1992-2004

Grupos de idade	População residente						Razão de sexo da população total (%)	
	1992			2004			1992	2004
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
0 a 9 anos	1.681.285	855.480	825.805	1.584.635	814.670	769.965	103,6	105,8
10 a 24 anos	2.037.703	989.308	1.048.395	2.491.524	1.236.429	1.255.095	94,4	98,5
10 a 14 anos	816.813	406.740	410.073	825.229	402.160	423.069	99,2	95,1
15 a 19 anos	689.229	335.689	353.540	894.377	448.466	445.911	95,0	100,6
20 a 24 anos	531.661	246.879	284.782	771.918	385.803	386.115	86,7	99,9
25 a 64 anos	2.398.553	1.127.233	1.271.320	3.384.949	1.591.230	1.793.719	88,7	88,7
65 anos ou mais	364.863	171.163	193.700	537.741	236.469	301.272	88,4	78,5
10 a 64 anos	4.436.256	2.116.541	2.319.715	5.876.473	2.827.659	3.048.814	91,2	92,7
Total	6.482.404	3.143.184	3.339.220	7.998.849	3.878.798	4.120.051	94,1	94,1

nte:IBGE, Microdados da PNAD.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS

2.1 Introdução

A importância da educação tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, especialmente porque, conforme vários estudos econômicos recentes têm argumentado, ela é um dos fatores primordiais na determinação dos níveis de competitividade das firmas e de desenvolvimento econômico das nações.

Considera-se que pessoas mais educadas, em geral, são mais produtivas e inventivas, têm uma maior probabilidade de respeitar leis e contratos, são mais capazes de prover uma melhor educação para os seus filhos, são mais inclinadas a tomar melhores decisões no que diz respeito à qualidade de sua alimentação e saúde, têm uma menor probabilidade de cometer crimes ou de adotar posturas antiéticas, têm uma menor chance de consumir drogas ou de serem infectados por doenças sexualmente transmissíveis, têm uma maior probabilidade de fazer planejamento familiar, podem tornar-se participantes mais ativos e conscientes nos processos políticos etc.

Portanto, se a educação é um bem capaz de gerar tamanhos benefícios, deveria ser estimulada do ponto de vista de uma sociedade. É exatamente por isso que a grande maioria dos países do mundo, incluindo-se aí o Brasil, e organismos internacionais enfatizam a necessidade de se garantir um mínimo de educação para todos os indivíduos, sobretudo para os mais jovens.

Assim, na tentativa de garantir que a educação básica esteja disponível para todos os jovens, de forma a incluí-los do ponto de vista social e de capacitá-los minimamente para um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o governo tem um papel fundamental, que é o de prover esse bem a todos os jovens, especialmente àqueles provenientes de famílias com menores níveis de renda.

Uma outra atribuição importante do governo seria o de monitorar como estão as condições educacionais disponíveis aos jovens para que mudanças e aperfeiçoamentos sejam efetuados nas políticas públicas, tanto no sentido de democratizar o acesso dos jovens à escola, bem como ao que diz respeito à melhoria da qualidade da educação básica fornecida.

É nesse contexto, portanto, que se propõe o estudo de uma série de indicadores educacionais para pessoas de 10 a 24 anos de idade do Estado do Ceará, fazendo-se comparações de várias naturezas como, por exemplo, entre os indicadores do Estado e os do Nordeste e do Brasil, entre homens e mulheres, entre as zonas urbanas e rurais etc.

2.2 Taxa de analfabetismo

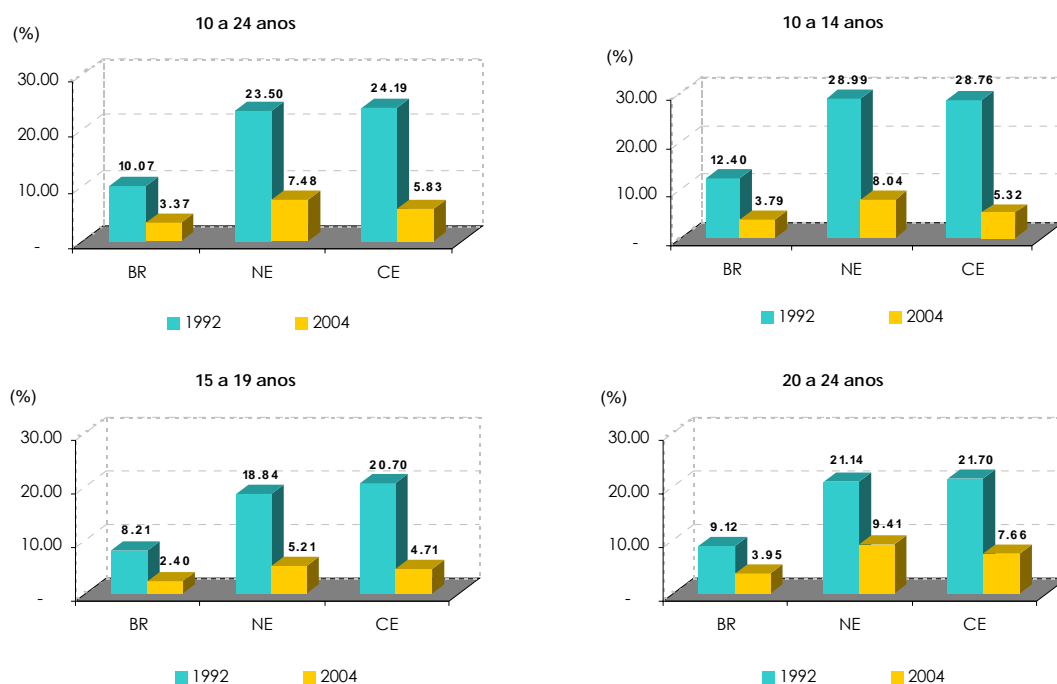
Em 1992, tanto o Ceará como a Região Nordeste apresentavam taxas de analfabetismo bastante superiores à brasileira para os jovens de 10 a 24 anos. No caso, mais de 20% dos jovens dessas áreas geográficas nessa faixa etária não eram capazes de sequer escrever um bilhete simples.

Já em 2004, essas regiões evoluíram bastante no que diz respeito ao referido indicador, especialmente o Ceará que conseguiu reduzir a sua taxa de forma muito mais intensa que o Brasil e o Nordeste, passando de 24,19% em 1992 para 5,83% em 2004. Com isso, o Estado conseguiu aproximar-se mais da média brasileira, de 3,37% em 2004, e apresentar um percentual de analfabetos inferior à média nordestina, que era de 7,48% em 2004.

Considerando-se as sub-faixas etárias de 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, pode-se dizer que a situação era bastante similar à descrita anteriormente. Isto é, no início da década de 90 tanto o Ceará como o Nordeste apresentavam um percentual de analfabetos muito acima da média nacional, mas durante o período entre 1992 e 2004, tenderam a aproximar-se da situação brasileira, sobretudo o Ceará, que apresentou a melhor performance do indicador em todas as referidas sub-faixas dentre as áreas geográficas analisadas.

Em termos específicos, deve-se mencionar que, em 1992, as maiores taxas de analfabetismo encontravam-se na sub-faixa de 10 a 14 anos, ao passo que, em 2004, as piores marcas estavam na sub-faixa de 20 a 24 anos, que apresentou a performance menos significativa durante o período. Essas informações podem ser sintetizadas com o auxílio do gráfico 2.1.

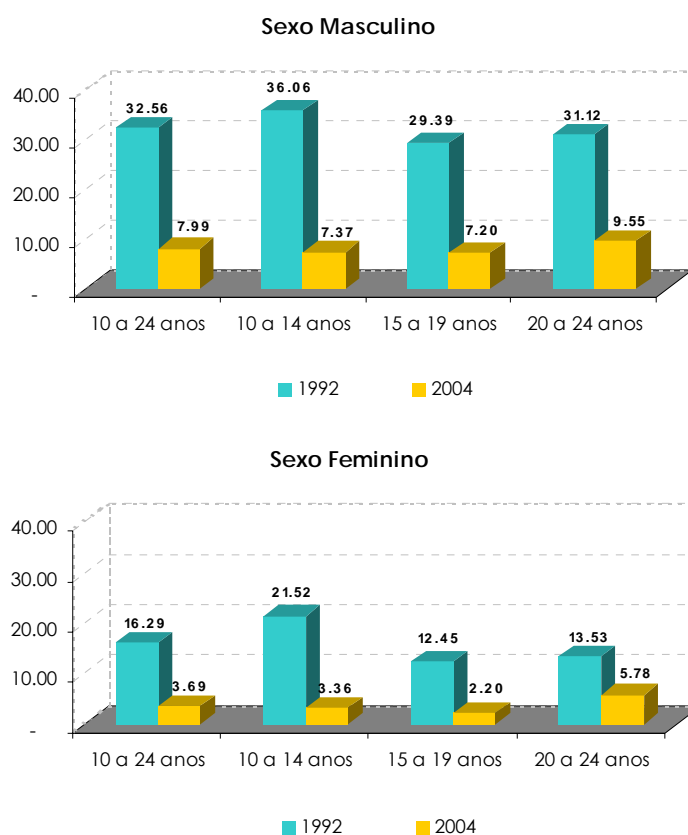
Gráfico 2.1: Taxa de analfabetismo, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

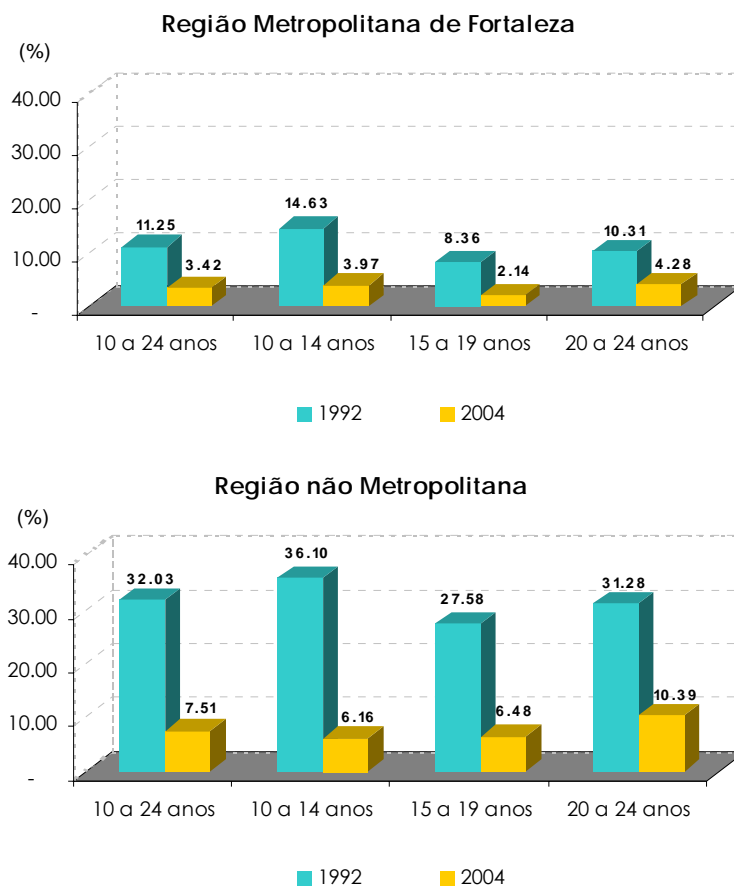
Quanto ao comportamento da taxa de analfabetismo por sexo no Ceará, pode-se dizer que em todas as faixas etárias analisadas, a taxa masculina foi superior à feminina, tanto em 1992 como em 2004. Ademais, para ambos os sexos, verificam-se expressivas quedas das taxas durante o período, sobretudo para o sexo feminino, que apresentou uma melhor performance do indicador em todas as faixas, com exceção daquela com jovens entre 20 e 24 anos, na qual o maior avanço foi verificado dentre os homens. Essas informações ficam mais evidentes com a ajuda do gráfico 2.2 a seguir.

Gráfico 2.2: Taxa de analfabetismo, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

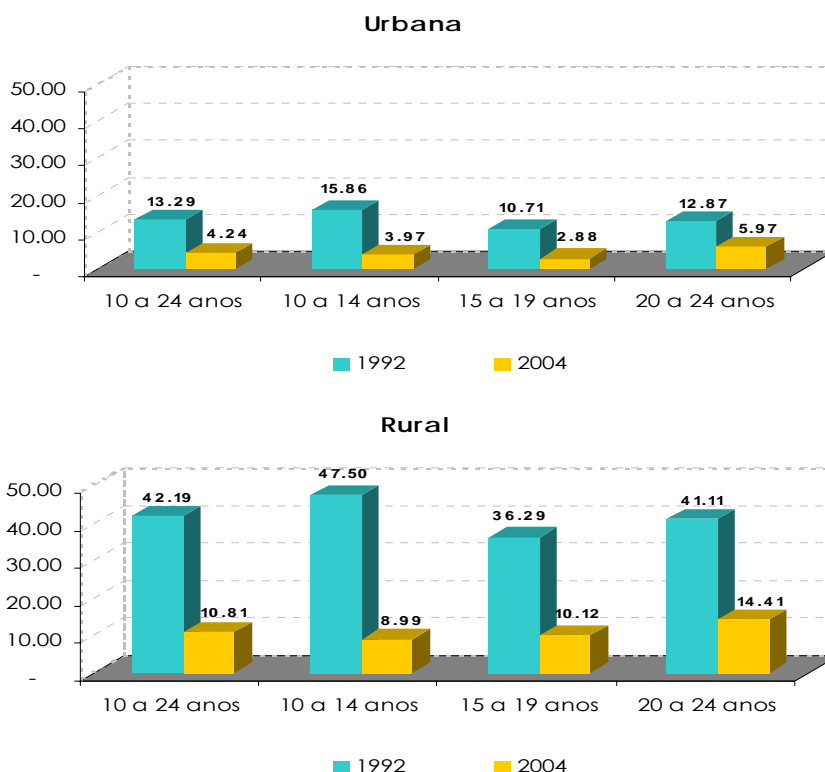
Comparando-se agora a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e a Região Não-Metropolitana (RNM), percebe-se que há uma discrepância muito grande entre elas no que diz respeito às suas taxas de analfabetismo entre jovens. Mais especificamente, em todas as faixas etárias analisadas, as taxas da RNM são mais que o dobro das taxas da RMF, tanto em 1992 como em 2004 (com exceção da faixa entre 10 a 14 anos, em 2004). Em termos de desempenho, constata-se que, em ambas as áreas geográficas consideradas, há uma forte tendência de redução do analfabetismo durante o período considerado, especialmente na Região Não-Metropolitana onde as taxas reduziram-se mais intensamente. Assim, verifica-se uma tendência de redução das disparidades durante o período, muito embora a diferença entre elas ainda seja muito grande. Essas informações são apresentadas no Gráfico 2.3.

Gráfico 2.3: Taxa de analfabetismo, por grupo de idade – RMF e RNM – 1992-2004

Fonte: PNAD/IBGE.

Finalmente, quando se compara as taxas de analfabetismo dentre os jovens das zonas urbanas e rurais, percebe-se uma grande discrepância entre elas, uma vez que o analfabetismo na zona rural é muito maior que o urbano, em todas as faixas etárias analisadas, tanto em 1992 como em 2004. É importante, pois, mencionar que essas discrepâncias tenderam a reduzir-se sobremaneira durante o período considerado devido à forte queda das taxas de analfabetismo de jovens na zona rural, muito embora as diferenças ainda sejam consideráveis. Para se ter uma idéia disto, tomando-se como exemplo os jovens entre 10 e 24 anos que residem nas zonas urbanas, constata-se que a taxa de analfabetismo reduziu-se de 13,29% em 1992 para 4,24% em 2004. Concomitantemente, para os jovens da mesma faixa etária, mas das zonas rurais, a referida taxa passou de 42,19% em 1992 para 10,81% em 2004. Essas informações podem ser ilustradas com o auxílio do gráfico 2.4.

Gráfico 2.4: Taxa de analfabetismo, por grupo de idade – População urbana e rural – 1992-2004

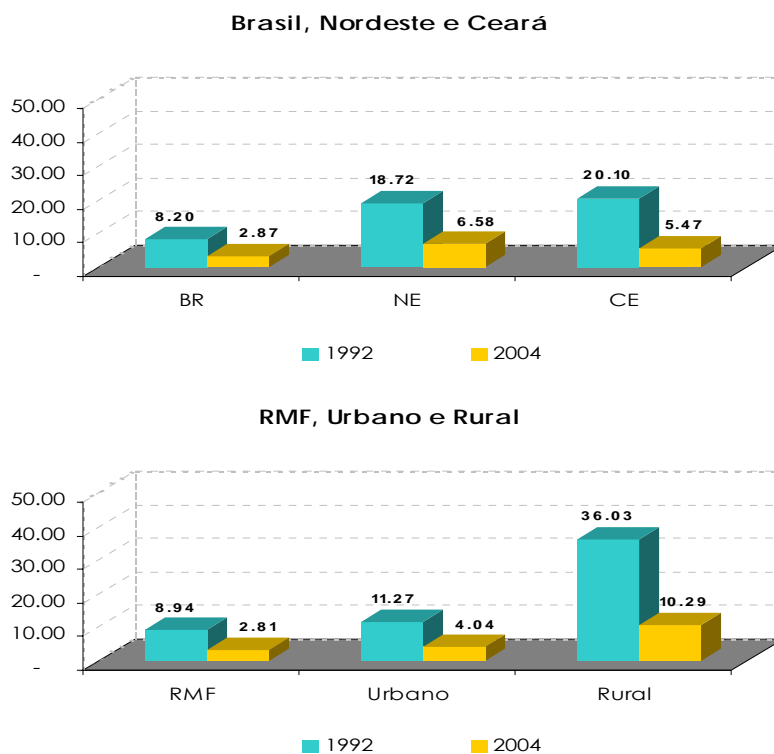


Fonte: PNAD/IBGE.

A redução significativa das taxas de analfabetismo, descrita anteriormente, ocorreu principalmente devido ao ingresso dos jovens nesta condição no ensino fundamental, e não apenas em cursos de alfabetização. Conforme a gráfico 2.5, percebe-se que, dentre os jovens entre 15 e 24 anos que não estudam, o percentual de analfabetos reduziu-se sobremaneira durante o período 1992-2004 em todas as áreas geográficas em análise.

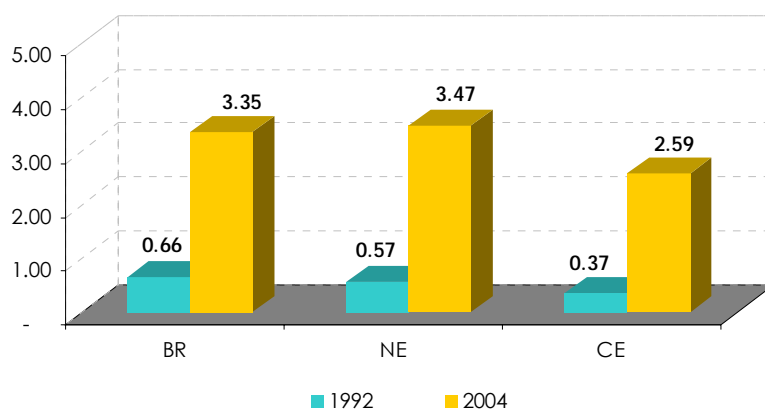
Já a gráfico 2.6 mostra o percentual de analfabetos entre 10 e 24 anos que freqüentavam cursos de alfabetização no Brasil, no Nordeste e no Ceará, em 1992 e em 2004. Como é possível perceber, em 1992, esse percentual era extremamente pequeno em todas as áreas geográficas analisadas. E, embora o crescimento do indicador tenha sido bastante considerável ao longo do período, em todas as áreas geográficas analisadas, pode-se concluir que, de fato, o analfabetismo reduz-se mais quando os jovens analfabetos passam a freqüentar as escolas do ensino fundamental.

Gráfico 2.5: Percentual de analfabetos dentre os jovens de 15 a 24 anos que não estudam, por área geográfica – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 2.6: Percentual de analfabetos dentre os jovens de 10 a 24 anos que freqüentavam cursos de alfabetização, por área geográfica – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Dessa forma, os jovens analfabetos do Ceará são, em sua maioria, do sexo masculino, não estão na zona urbana e metropolitana e já tem mais de 20 anos. Ainda, os percentuais estão diminuindo devido ao maior acesso à educação básica e a cursos de alfabetização.

2.3 Analfabetismo funcional

Considerando-se o comportamento das taxas de analfabetismo funcional para os jovens de 10 a 24 anos de idade no Ceará, verifica-se que, em 1992, nada menos que 59,77% dos jovens eram considerados analfabetos funcionais. Ou seja, mais de 50 % dos jovens sabiam ler e escrever, mas eram incapazes de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas (Menezes e Santos, 2006)³. Esta marca era um pouco superior a do Nordeste (56,88%) e muito acima dos níveis nacionais (38,55%).

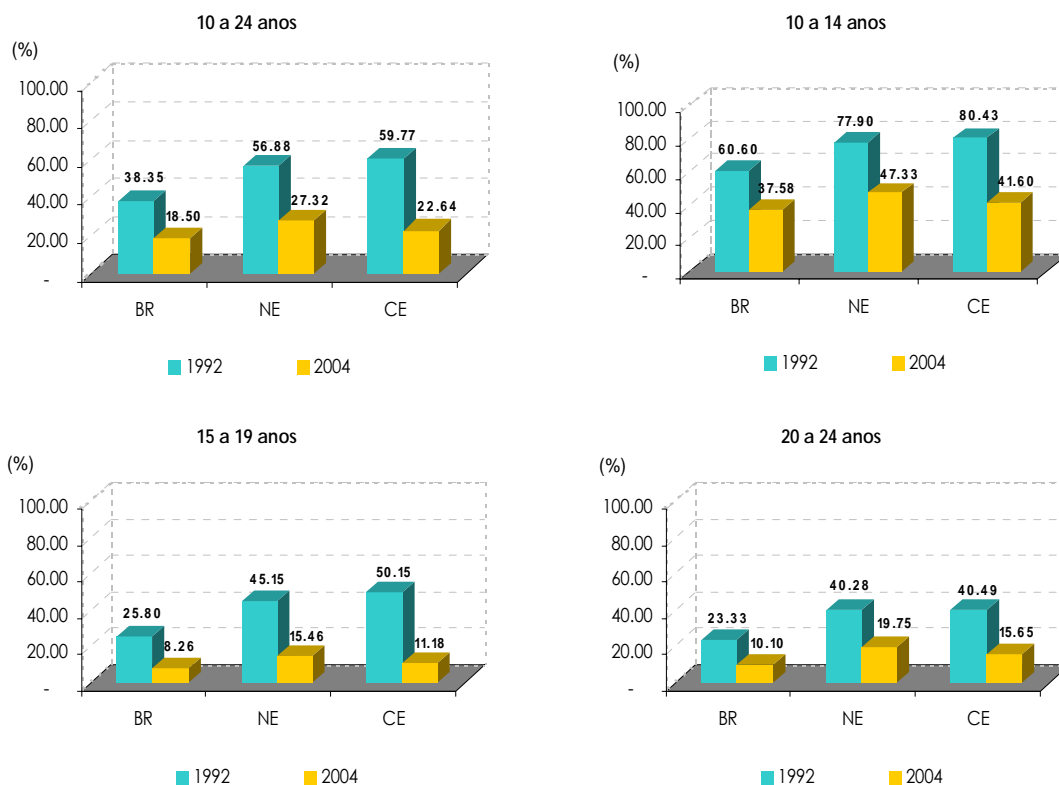
Entretanto, no período 1992-2004, houve uma redução expressiva do indicador do Estado, passando para 22,64% em 2004, que o colocou numa posição mais próxima da média brasileira (18,50%) e melhor que a do Nordeste (27,32%). Assim, dentre as áreas geográficas consideradas, o Ceará foi aquele que obteve a maior redução proporcional do indicador durante o período.

Conclusões similares podem ser obtidas ao se analisar as sub-faixas etárias de 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. Mais especificamente, em todos os casos, o Ceará obteve a maior redução em termos proporcionais do indicador dentre as áreas geográficas em análise. Também se percebe que o Estado parte de uma situação inicial pior que a nordestina em 1992, mas que, em 2004, já se encontra num patamar melhor que o daquela região em todas as sub-faixas, uma vez que as suas taxas de analfabetismo funcional passam a ser menores que as dela. Essas informações são verificadas com o auxílio do gráfico 2.7.

De acordo com o gráfico, vale ainda salientar que as taxas de analfabetismo funcional na sub-faixa de 10 a 14 anos são consideravelmente mais elevadas que as das demais, tanto em 1992 como em 2004, em todas as regiões analisadas. Isto pode ser decorrente de vários fatores, dentre os quais a entrada tardia na escola de uma parte dos jovens, a baixa aprendizagem dos alunos, as elevadas taxas de repetência etc.

³ Entretanto, a metodologia do IBGE para calcular o percentual de Analfabetos Funcionais considera as pessoas com 3 anos ou menos de escolaridade.

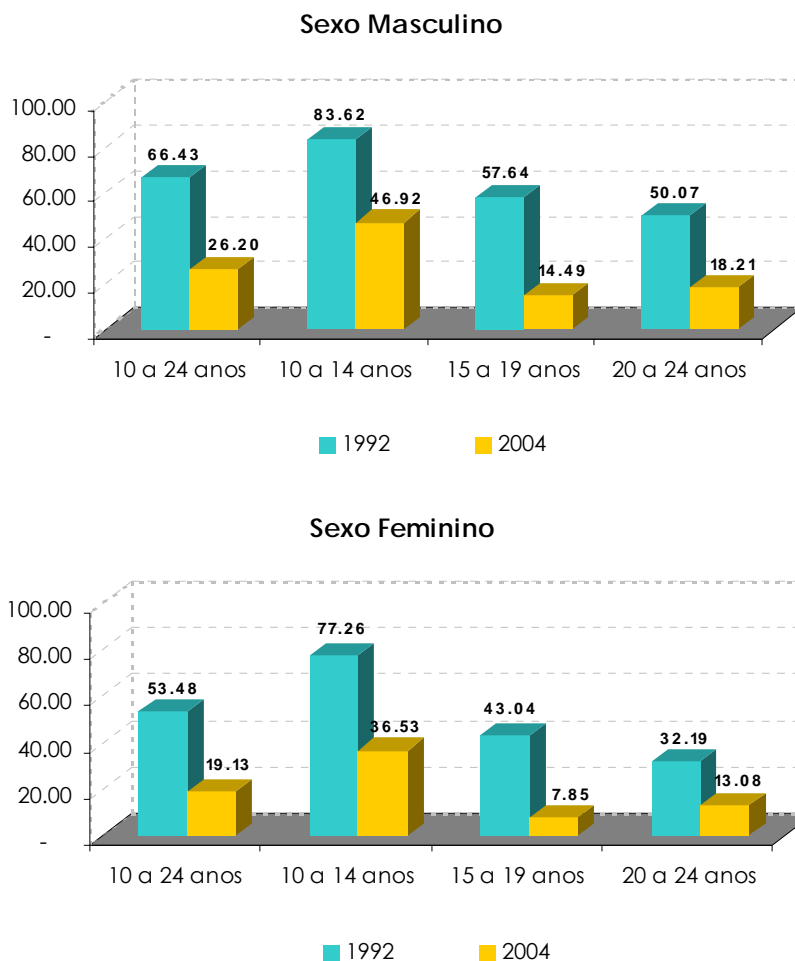
Gráfico 2.7: Taxa de analfabetismo funcional, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Quando são comparadas pessoas de acordo com o sexo no que se refere ao analfabetismo funcional, verifica-se que, em geral, as taxas dos jovens do sexo feminino são menores que as do sexo masculino, tanto em 1992 como em 2004, em todas as faixas etárias analisadas. Durante esses dois anos, verifica-se uma sensível redução das taxas para ambos os sexos em todas as faixas etárias, com um maior avanço das taxas femininas (exceto na faixa etária entre 20 e 24 anos). Essas informações são ilustradas através do gráfico 2.8.

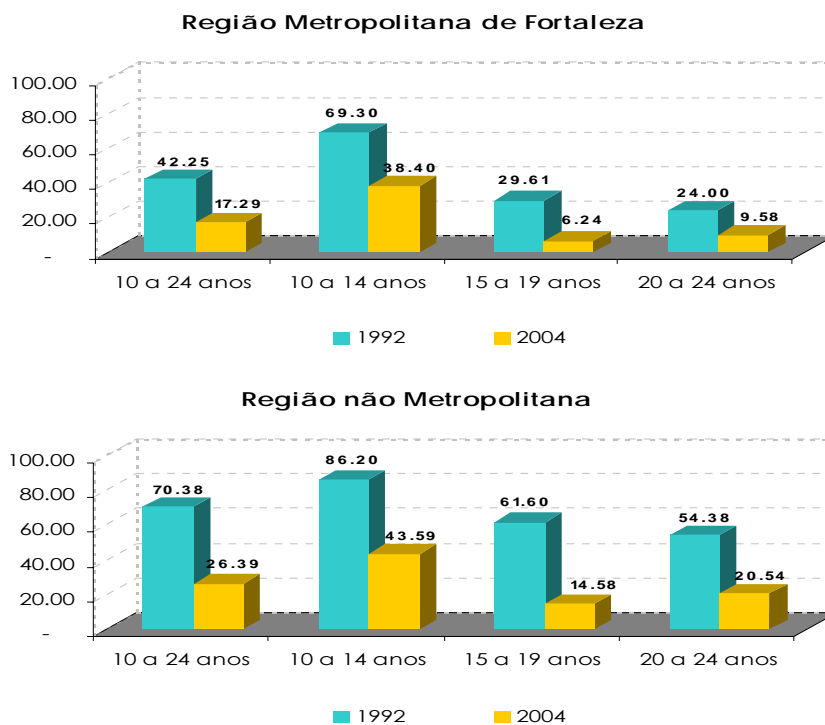
Gráfico 2.8: Taxa de analfabetismo funcional, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Agora, comparando-se a RMF com a Região não-Metropolitana, percebe-se que as taxas desta última são consideravelmente maiores que a da primeira, em todas as faixas etárias analisadas, em 1992 e em 2004. Por outro lado, os avanços ocorridos entre esses dois anos são de extrema importância, haja vista que houve uma sensível redução dessas taxas, especialmente na RNM. Para se ter idéia disso, considerando-se a faixa etária de 10 a 24 anos, em 1992, as taxas da RMF e da RNM eram de 42,25% e 70,38%, respectivamente, passando para 17,29% e 26,39%, em 2004. Assim, verifica-se que as taxas ainda são relativamente altas, apesar da redução ocorrida, e que as taxas da RMF ainda são menores que as da RNM, muito embora tenham se aproximado durante o período (a única exceção ocorreu na faixa entre 15 e 19 anos). A visualização dessas informações pode ser feita através do gráfico 2.9.

Gráfico 2.9: Taxa de analfabetismo funcional, por grupo de idade – RMF e RNM – 1992-2004

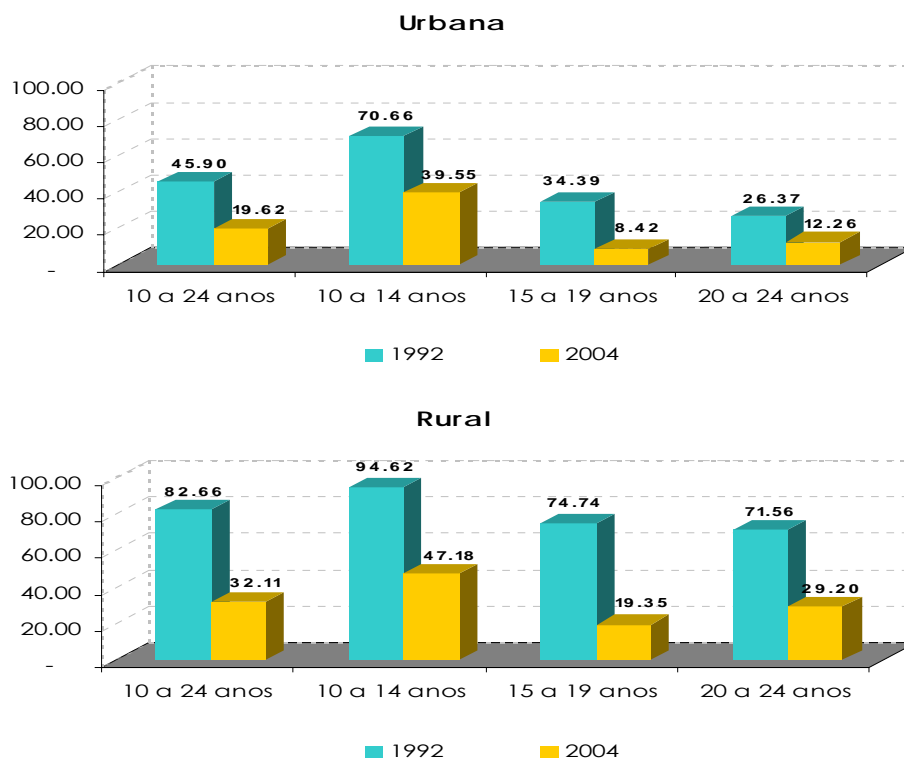


Fonte: PNAD/IBGE.

A comparação entre as taxas de analfabetismo funcional dos jovens residentes em áreas urbanas em relação àqueles que residem em áreas rurais é bastante similar à efetuada no parágrafo anterior. No caso, as taxas urbanas são sempre menores que as rurais e elas tenderam a aproximar-se durante o período 1992-2004 (exceto na entre 15 e 19 anos), reduzindo a disparidade existente, que ainda é considerável. O gráfico 2.10 descreve essa situação com mais detalhes.

Conclui-se que as comparações das taxas de analfabetismo funcional têm padrões similares aos da taxa de analfabetismo absoluto. Entretanto, as melhorias nos indicadores são bem mais expressivas e significativas, visto que suas estatísticas estavam em patamares muito elevados.

Gráfico 2.10: Taxa de analfabetismo funcional, por grupo de idade – População urbana e rural – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

2.4 Taxa de frequência à escola

Como pré-requisito a melhores índices de alfabetização e a uma maior média de anos de estudo, a taxa de frequência à escola é uma variável relevante no estudo do sistema educacional no qual está inserido o jovem brasileiro. Principalmente, ao se verificar que 36,29% dos brasileiros na faixa de 10 a 24 anos não estão freqüentando instituições de ensino em 2004.

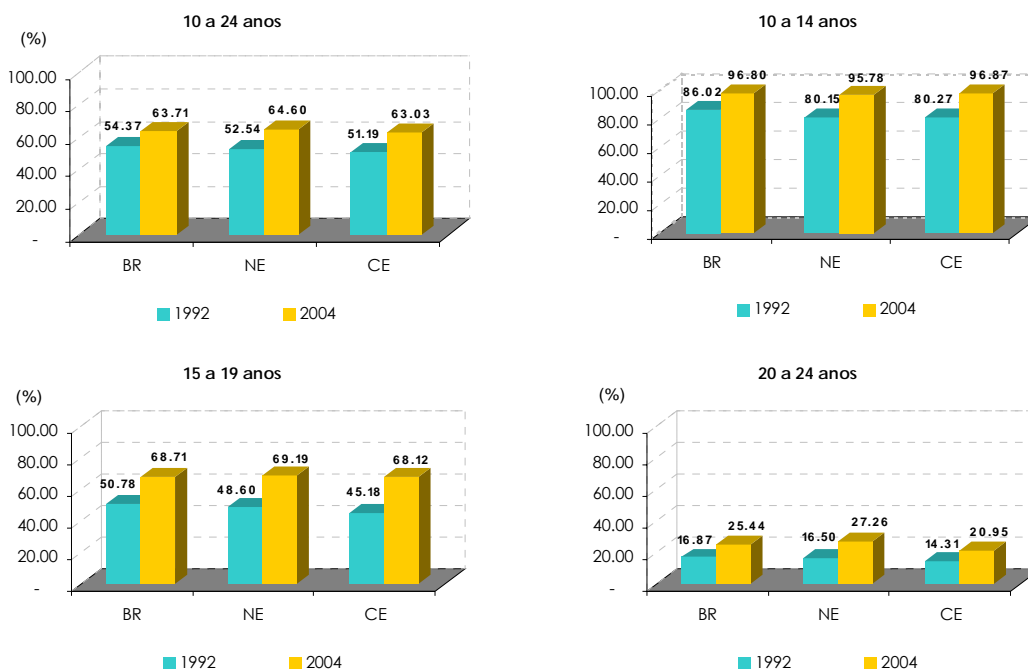
Em 1992, o Ceará apresentava uma taxa de frequência inferior (51,19%) às observadas para o Nordeste e para o Brasil, na faixa de 10 a 24 anos (54,37% e 52,54%). Ou seja, o percentual da população de jovem que deveria ter tido acesso à educação básica e ao ensino superior no Ceará era bastante representativo no início da década de 90.

Verificou-se uma significativa elevação nas taxas de frequência à escola entre 1992 e 2004 para todas as regiões analisadas. O Ceará obteve um crescimento

muito significativo, 23,13 pontos percentuais, maior que os verificados para a região Nordeste e para o Brasil, 22,95 e 17,18 pontos percentuais. Os patamares obtidos em 2004 para o Ceará, Nordeste e Brasil foram: 63,71%, 64,60% e 63,03%, respectivamente.

A análise das sub-faixas etárias, de 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, sinaliza uma problemática muito importante da realidade brasileira, a atual baixa média de anos de estudo da população⁴. Isso se verifica na comparação, em 2004, dos percentuais da freqüência à escola das três faixas etárias da população cearense, pois os percentuais mostram uma tendência decrescente, de 96,87%, na faixa de 10 a 14 anos, a 20,95%, na faixa de 20 a 24 anos (redução de 75,92 pontos percentuais). O Nordeste e o Brasil apresentam declínios menos acentuados, mas também bastantes significativos (redução de 68,52 e 71,36 pontos percentuais). Essas informações podem ser visualizadas no Gráfico 2.11.

Gráfico 2.11: Taxa de freqüência à escola, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004

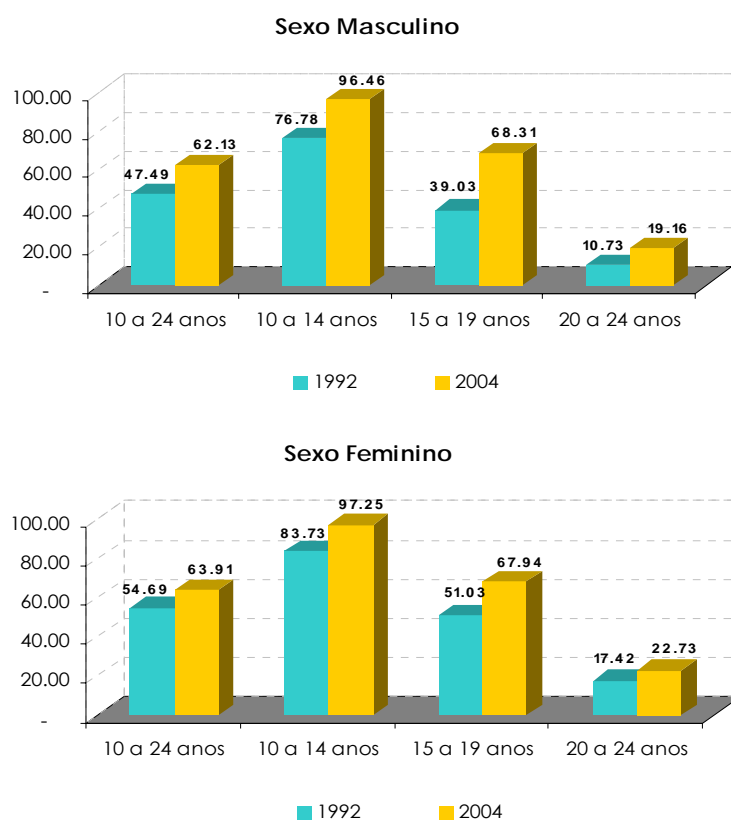


Fonte: PNAD/IBGE.

⁴ A variável Média de Anos de Estudo, calculada pelo IBGE, é o total de anos de estudos das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nessa referida idade.

Quanto ao comportamento da taxa de freqüência por sexo no Ceará, pode-se dizer que em todas as faixas etárias analisadas, a taxa masculina foi inferior à feminina, tanto em 1992 como em 2004. Ademais, para ambos os sexos, verificam-se significativos acréscimos nos percentuais durante o período. Principalmente, nas sub-faixas de 15 a 19 e de 20 a 24, para o sexo masculino, que tiveram um acréscimo superior a 70%. Essas informações ficam mais evidentes com a ajuda do Gráfico 2.12.

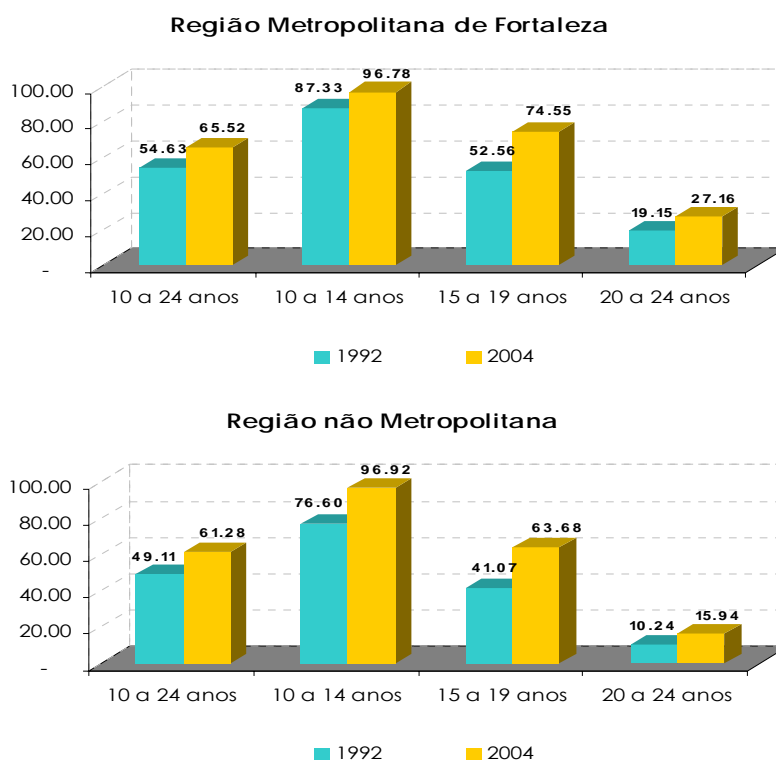
Gráfico 2.12: Taxa de freqüência à escola, por sexo e grupo de idade - Ceará - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Comparando a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) com a Região Não-Metropolitana (RNM), percebe-se que há uma diferença significativa no que diz respeito às suas taxas de freqüência à escola. Numa análise do desempenho das taxas, constatou-se que, em ambas as áreas geográficas consideradas, uma tendência positiva na freqüência escolar, que sinaliza uma redução das disparidades entre regiões durante o período de 1992 a 2004. Essas informações são apresentadas no gráfico 2.13.

Gráfico 2.13: Taxa de frequência à escola, por grupo de idade – RMF e RNM – 1992-2004

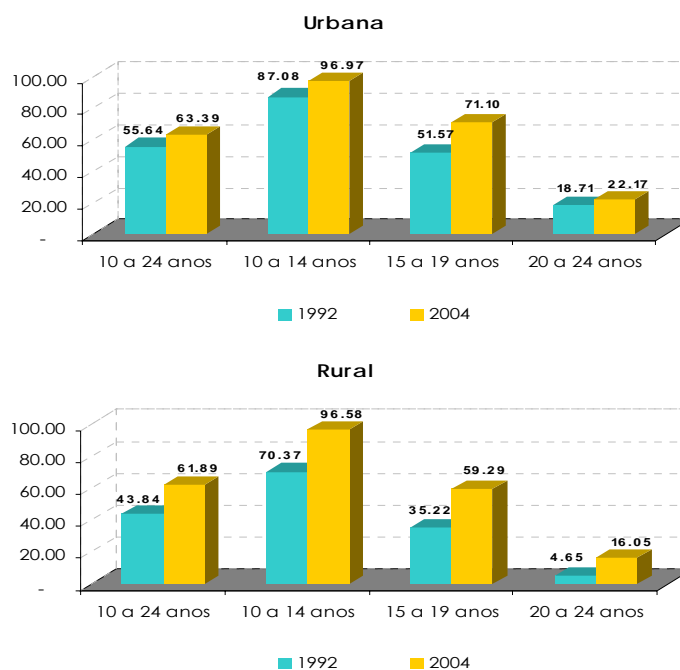


Fonte: PNAD/IBGE.

Ao se comparar a taxa de frequência dentre os jovens das zonas urbanas e rurais, percebe-se que houve uma melhora representativa, principalmente, na zona rural, em todas as faixas etárias analisadas de 1992 a 2004. Os jovens entre 20 e 24 anos que residem nas zonas rurais, constata-se que a taxa de frequência se elevou de 4,65% para 18,06%, um acréscimo de 245%. Essas informações podem ser ilustradas com o auxílio do gráfico 2.14.

Esses significativos acréscimos nas taxas de frequência à escola, em todas as comparações realizadas, são reflexo de políticas congruentes com a obrigatoriedade e o acesso gratuito do ensino fundamental, determinados pela Constituição de 1988. Ademais, a diminuição das divergências entre regiões e entre gêneros sinaliza um avanço na democratização da educação no Estado do Ceará.

Gráfico 2.14: Taxa de frequência à escola, por grupo de idade – População urbana e rural – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

2.5 Média de anos de estudo

A média de anos de estudo é a variável que reflete tanto a elevação nas taxas de frequência à escola quanto à diminuição nas taxas de analfabetismo no Estado do Ceará entre 1992 e 2004. A obtenção das estatísticas é definida em função da série e do grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação.

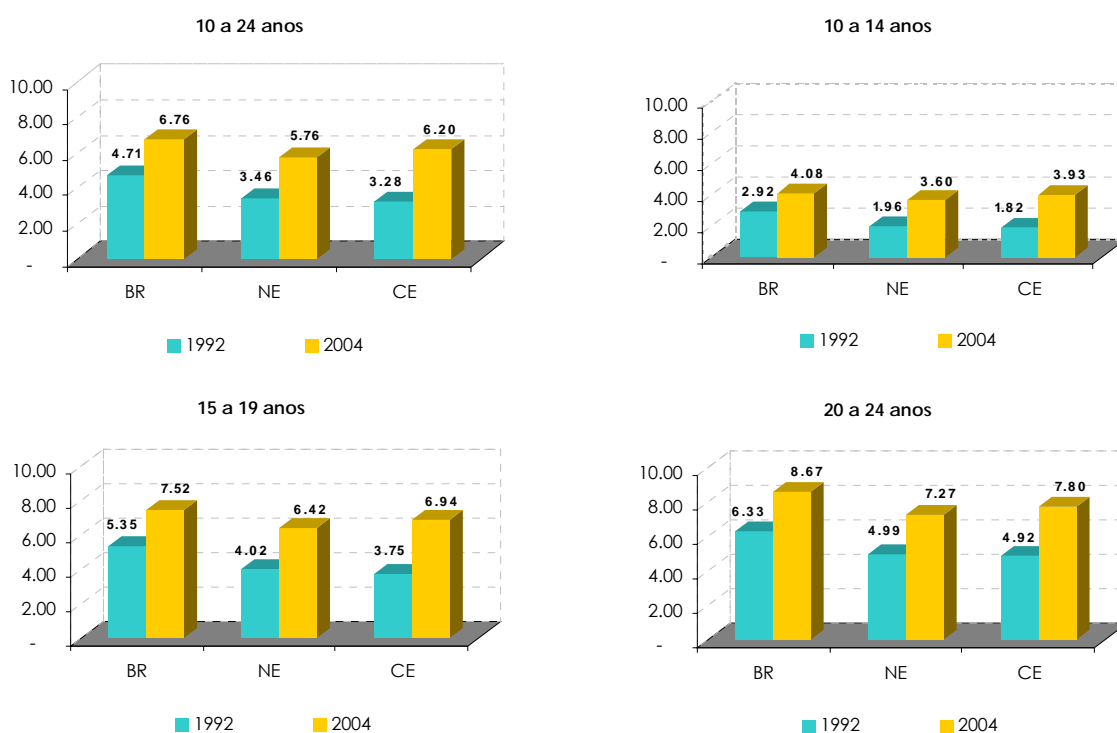
Considerando-se o comportamento da média de anos de estudo para os jovens de 10 a 24 anos de idade do Brasil, Nordeste e Ceará, verifica-se que, em 1992, nenhuma das regiões apresentava mais do que cinco anos de estudo em média. Ou seja, os jovens em média não completavam a quinta série do ensino fundamental. O Estado do Ceará apresentava o resultado mais alarmante, 3,28 anos, inferior aos do Nordeste (3,46 anos) e ao Brasil (4,71 anos).

Entretanto, no período 1992-2004, houve uma expressiva elevação no indicador do Estado, passando para 6,20 anos em 2004, que o colocou numa posição mais

próxima da média brasileira (6,76 anos) e melhor que a do Nordeste (5,76 anos). Assim, dentre as áreas geográficas consideradas, o Ceará foi aquele que obteve a maior elevação proporcional do indicador durante o período, 89%.

Análises similares podem ser obtidas nas sub-faixas etárias de 10 a 14 anos, 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. Mais especificamente, em todos os casos, o Ceará obteve a maior elevação em termos proporcionais do indicador dentre as áreas geográficas em análise. Porém, note que ocorreu o esperado, estudantes nas faixas de idade inferiores têm médias de anos de estudo inferiores.

Gráfico 2.15: Média de Anos de Estudo, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004

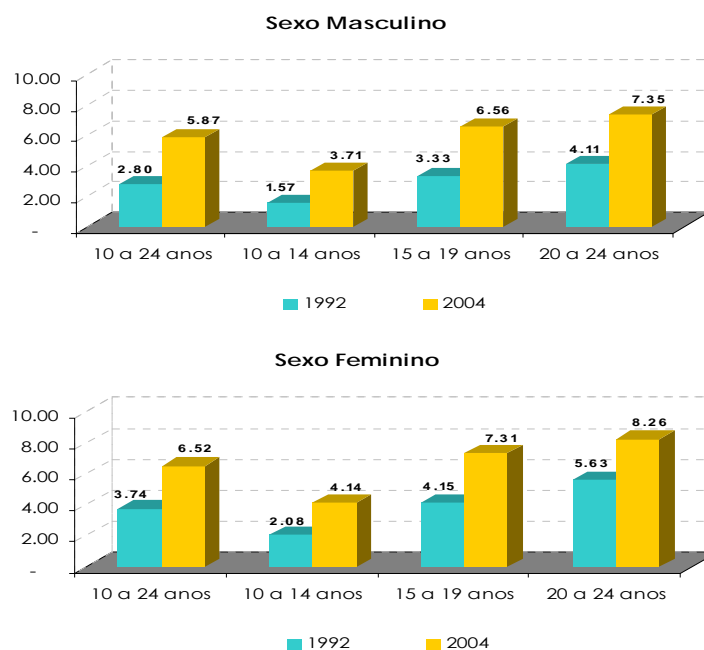


Fonte: PNAD/IBGE.

Quando são comparadas pessoas de acordo com o sexo, verifica-se que no Ceará, em geral, a média de anos de estudo dos jovens do sexo feminino são maiores que as do sexo masculino, tanto em 1992 como em 2004, em todas as faixas etárias analisadas. Esse resultado pode ser explicado pela entrada prematura dos jovens do sexo masculino no mercado de trabalho. Durante esses

dois anos, verifica-se uma significativa elevação das médias para ambos os sexos em todas as faixas etárias, com um maior avanço das taxas masculinas. Essas informações são ilustradas através do gráfico 2.16.

Gráfico 2.16: Média de anos de estudo, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



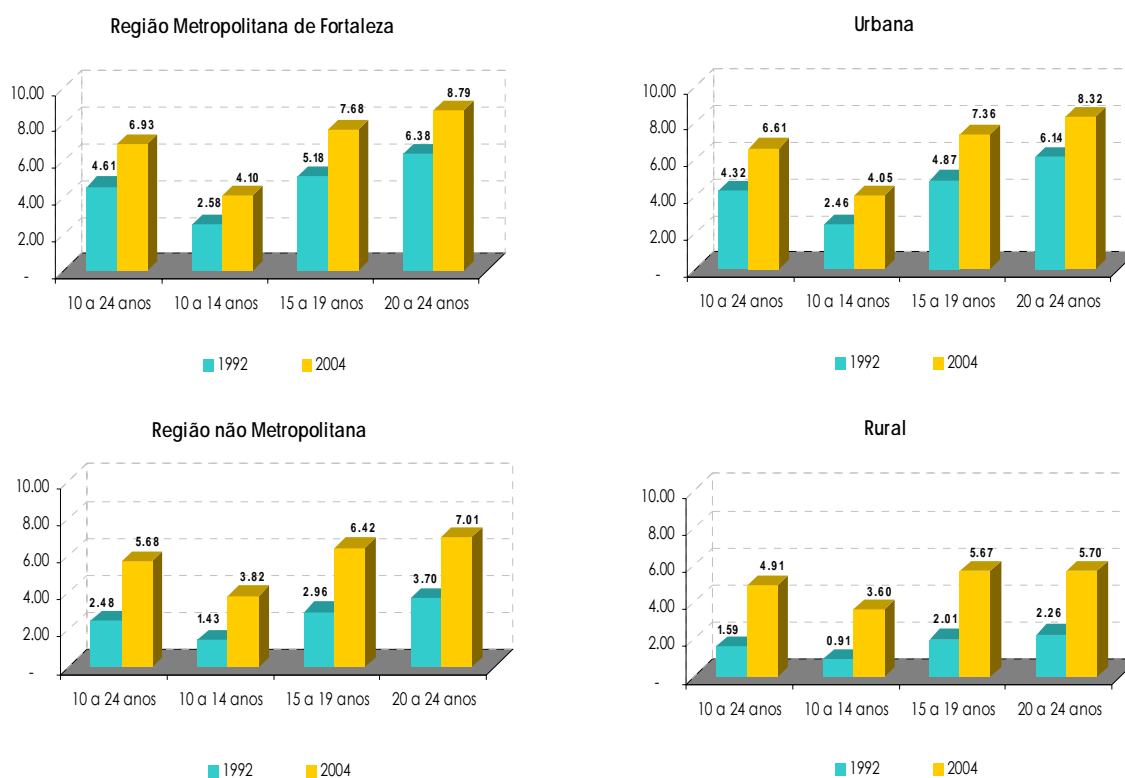
Fonte: PNAD/IBGE.

Ao se comparar tanto a RMF com a Região Não-Metropolitana quanto à população Urbana e Rural, percebe-se que as médias de anos de estudo eram, em 1992, consideravelmente maiores na região Metropolitana e na população Urbana. Mas, seguindo uma mesma tendência, em todas as faixas etárias analisadas houve uma convergência entre as estatísticas das correspondentes categorias, entre 1992 e 2004. Todavia, os avanços ocorridos foram menos expressivos na população Rural, pois, em 2004, a diferença entre a RMF e a RNM era de 1,25 anos de estudo e a diferença entre a população Urbana e Rural era de 1,7 anos de estudo. A visualização dessas informações pode ser feita através do gráfico 2.17.

Em suma, o grave problema da baixa média de anos de estudo persiste na realidade cearense. Porém, são evidentes os avanços na diminuição das

diferenças entre sexos e regiões. Principalmente, quando comparamos com a realidade nordestina e do Brasil.

Gráfico 2.17: Média de Anos de Estudo, por grupo de idade -- RMF, RNM, População urbana e rural – 1992-2004



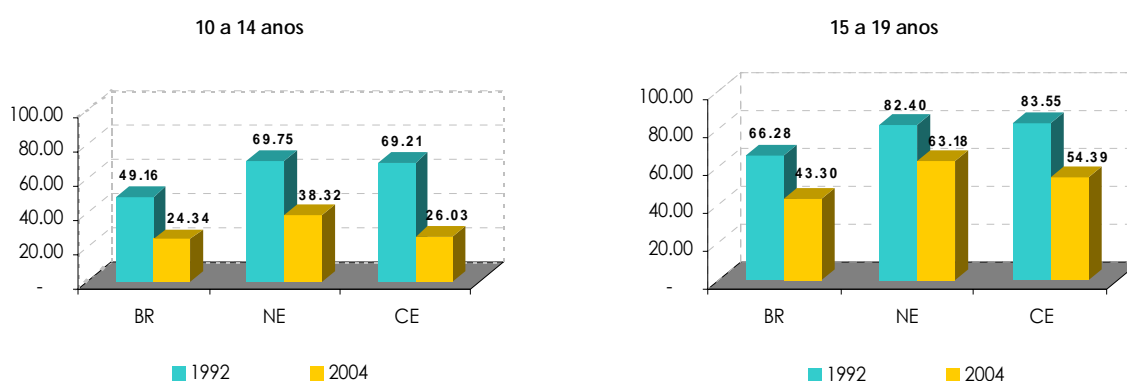
Fonte: PNAD/IBGE.

2.6 Anos de atraso

Em 1992, nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 e 19 anos no Ceará, Nordeste e Brasil o percentual da população com 2 ou mais anos de atraso era superior a 50% da população. Ainda, os percentuais para a região Nordeste e o Estado do Ceará eram superiores aos do Brasil, com diferenças de mais de 15 pontos percentuais. Ou seja, mais da metade dos jovens de 10 a 19 anos, que deveriam estar cursando o ensino fundamental e médio, tem 2 anos ou mais de defasagem entre a sua idade e a respectiva série que deveria estar cursando.

Entretanto, principalmente na faixa de 10 a 14 anos, os percentuais diminuíram significativamente entre 1992 e 2004 nas regiões analisadas, aproximadamente 50%. Na faixa de 15 a 19 anos a queda foi menor, cerca de 30%. Ou seja, as políticas educacionais praticadas na década de noventa que incentivaram a freqüência à escola causaram efeitos expressivos sobre a defasagem entre a idade e a série adequada para os jovens brasileiros, visto que foram contabilizados os estudantes que não freqüentavam as escolas. Esses resultados podem ser verificados no gráfico 2.18.

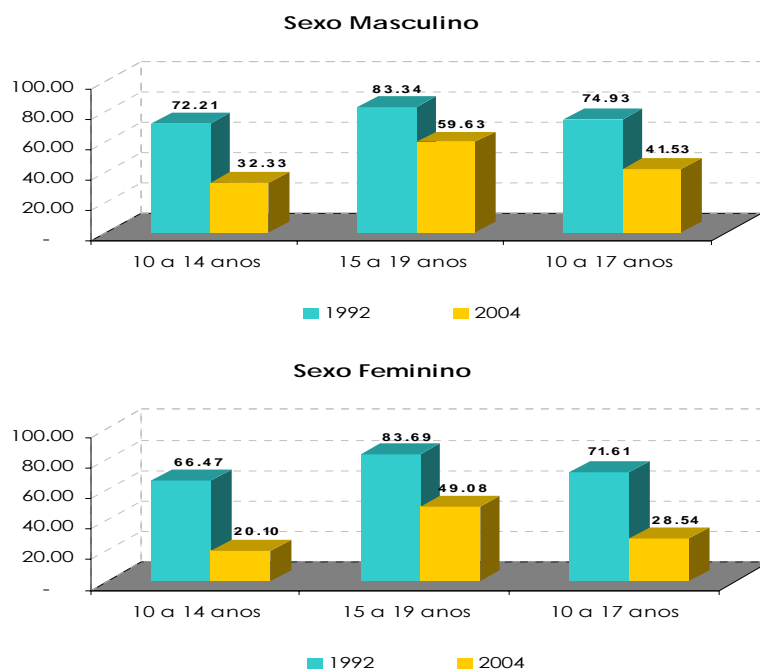
Gráfico 2.18: Percentual da população com 2 ou mais anos de atraso, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

No gráfico 2.19, pode-se observar que em todas as faixas etárias analisadas o percentual da população de jovens cearenses do sexo masculino, com 2 ou mais anos de atraso, é maior que os do sexo feminino, tanto em 1992 quanto em 2004. Seguindo a mesma lógica da variável média de anos de estudo, isso deve ser reflexo da entrada prematura do jovem do sexo masculino no mercado de trabalho.

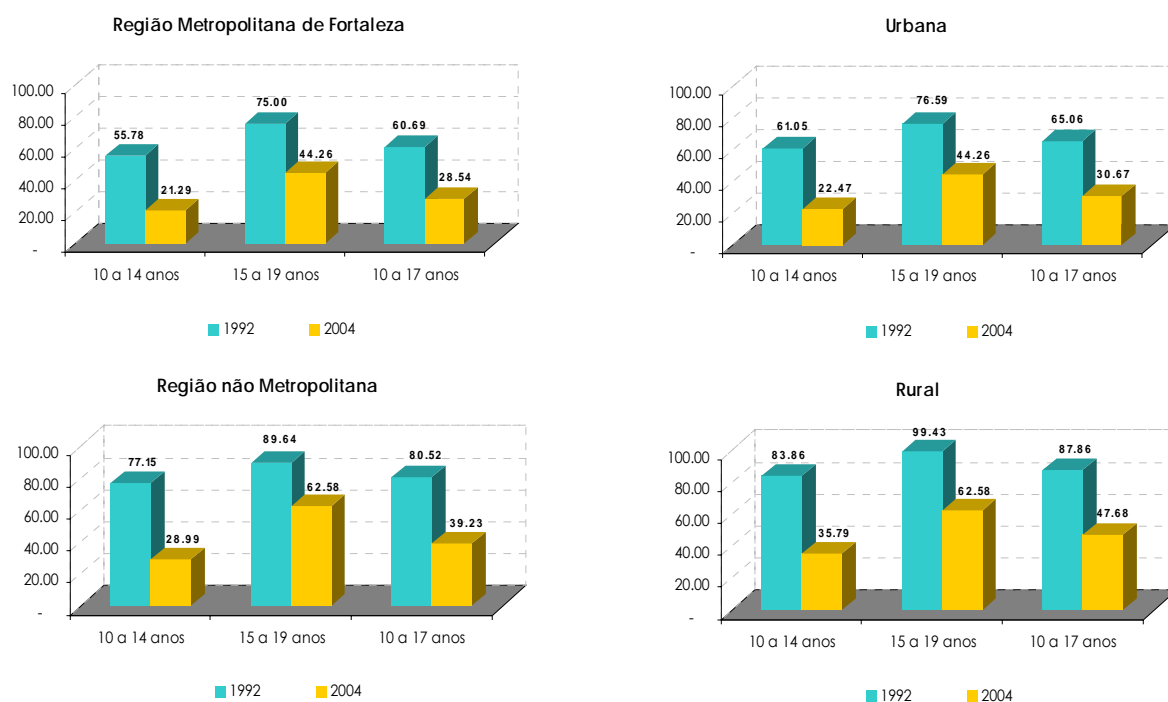
Gráfico 2.19: Percentual da população com 2 ou mais anos de atraso, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

O gráfico 2.20 compara a RMF com a Região não-Metropolitana e a população Urbana com a Rural. Verifica-se que os percentuais eram, em 1992, maiores na região não-Metropolitana e na população Rural. Dado a expressiva redução dos percentuais entre 1992 e 2004 em todas as faixas etárias analisadas (aproximadamente 30 pontos percentuais), ainda, percebe-se diferenças significativas entre as correspondentes categorias em 2004. Ou seja, na população de 15 a 19 anos, em 2004, a diferença percentual é de 18,32 pontos entre a RMF e a RNM e entre a população Rural e Urbana.

Gráfico 2.20: Percentual da população com 2 ou mais anos de atraso, por grupo de idade -- RMF, RNM, População urbana e rural – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Esses resultados apontam para uma atual problemática da educação brasileira, o baixo gasto por aluno. Os anos de atraso, decorrentes do alto grau de repetência, levam a uma elevada distorção idade-série que caracteriza a baixa eficiência do sistema. Isso leva ao aumento dos custos e, conseqüentemente, o baixo gasto por aluno.

2.7 Estudantes e concludentes do ensino médio

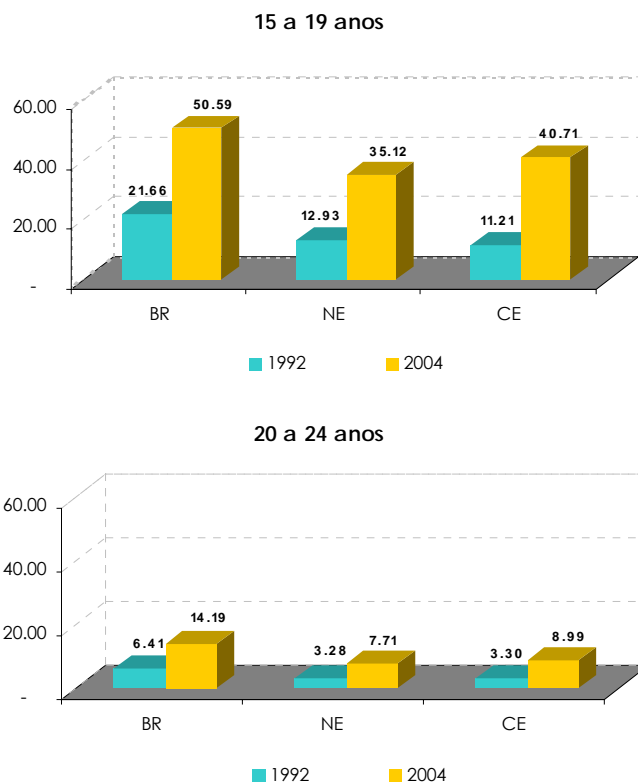
Sabe-se que a média de anos estudos nacional da população entre 19 e 24 anos é de 8,67 anos, ou seja, os jovens brasileiros somente obtêm, em média, a quantidade de anos de estudos necessária à conclusão do ensino fundamental. Ainda, estão implícitos nessa variável os anos de repetência, abandono e evasão escolar, que são grandes problemas da educação no Brasil. Logo, uma variável que pretende sinalizar a população que ultrapassa as fronteiras para obtenção das vantagens propiciadas pela educação e, conseqüentemente, pelo

mercado de trabalho é o percentual da população que está cursando ou concluiu o ensino médio.

Em 1992, somente 11,21% da população cearense na faixa de 15 a 19 anos estava cursando ou tinha concluído o ensino médio. Essa realidade era próxima à do Nordeste (12,93%), mas ainda era muito distante da nacional (21,66%). Na faixa de 20 a 24 anos os resultados eram ainda piores, somente 3,3% da população cearense, 3,23% da população do Nordeste e 6,41% da população brasileira estavam cursando ou tinham concluído o ensino médio.

Contudo, em 2004, verificou-se uma impressionante melhora nesse cenário, devido aos inúmeros programas educacionais para adolescentes e jovens. O Ceará foi o que apresentou, na faixa de 15 a 19 anos, o maior crescimento percentual, 29,5 pontos percentuais, enquanto o Nordeste e o Brasil tiveram crescimentos de 22,19 e 28,93 pontos percentuais. Na faixa de 20 a 24 anos, as taxas de crescimento foram menos expressivas, mas de extrema relevância. Novamente o Ceará foi o que teve maior crescimento, aumento aproximado de 170% sobre o percentual de 1992, enquanto os resultados das outras regiões analisadas não aumentaram 140%. As estatísticas podem ser verificadas no gráfico 2.21.

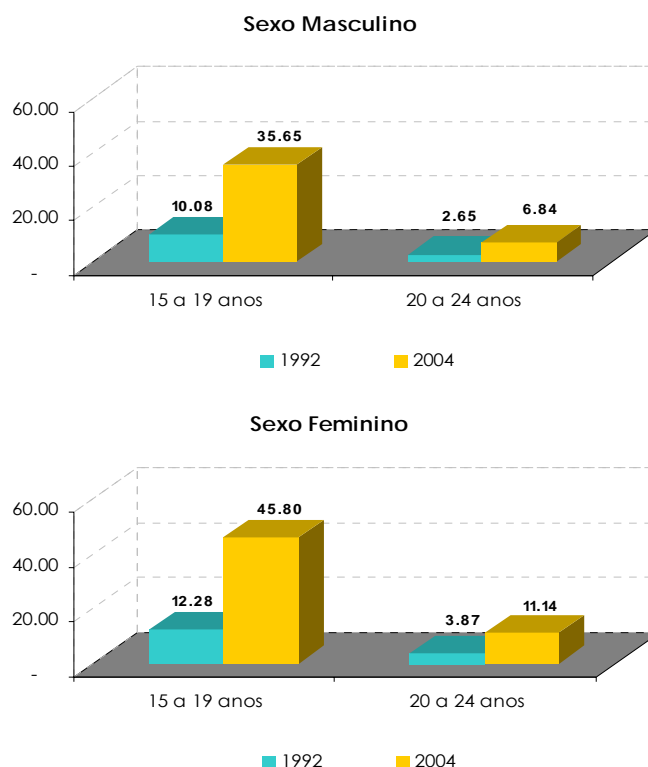
Gráfico 2.21: Percentual da população de Estudantes e Concludente do Ensino Médio, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

O gráfico 2.22 apresenta uma constante desigualdade, já presente na análise de outras variáveis, ao se comparar o percentual da população de jovens cearenses do sexo masculino com os do sexo feminino. Na faixa de 15 a 19 anos, o percentual da população de jovens do sexo masculino que está cursando ou concluiu o Ensino Médio, em 1992, era de 10,08% contra 12,28% dos jovens do sexo feminino. Em 2004, os indicadores não apresentaram mudanças nas diferenças de gênero, mas um crescimento significativo para cada grupo (mais de 100%).

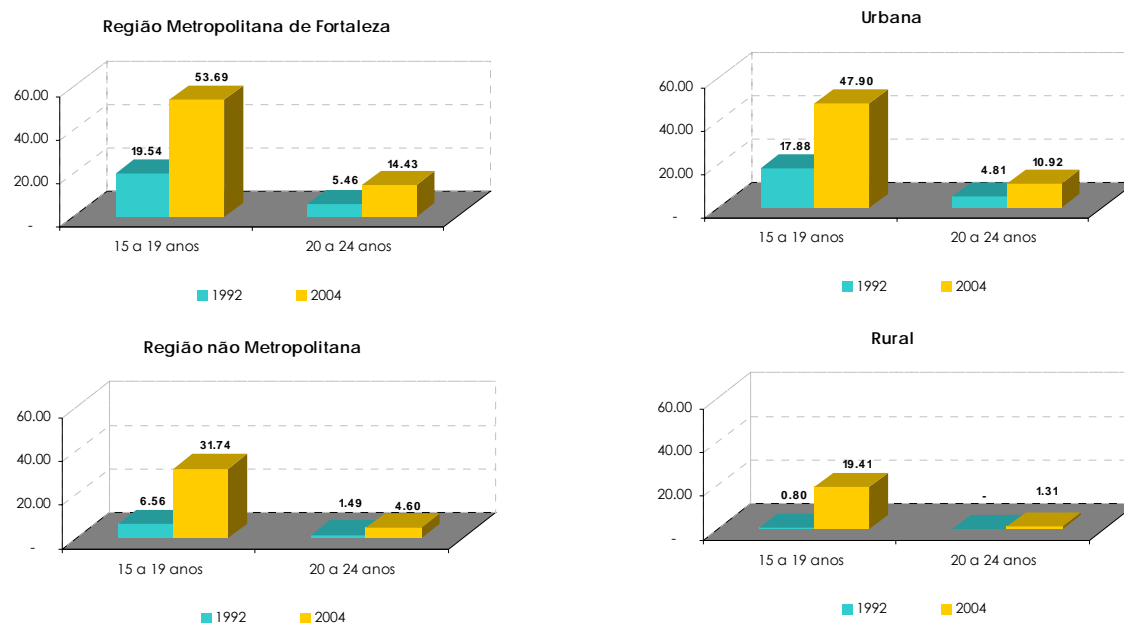
Gráfico 2.22: Percentual da população de Estudantes e Concludente do Ensino Médio, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Outra problemática pode ser observada quando se analisa o percentual da população de estudantes e concludentes da RNM e da população Rural. Principalmente, os ínfimos percentuais apresentados pela população rural em 2004, 19,41% na faixa de 15 a 19 anos e 1,31% na faixa de 20 a 24 anos. Ainda, outros dados bastante preocupantes são os percentuais da região não-Metropolitana, 31,74% na faixa de 15 a 19 anos e 4,80% na faixa de 20 a 24 anos. Esses resultados devem ser reflexos das grandes dimensões do Estado do Ceará, e dos problemas logísticos e de custos do transporte escolar.

Gráfico 2.23: Percentual da população de Estudantes e Concluintes do Ensino Médio, por grupo de idade -- RMF, RNM, População urbana e rural – 1992-2004



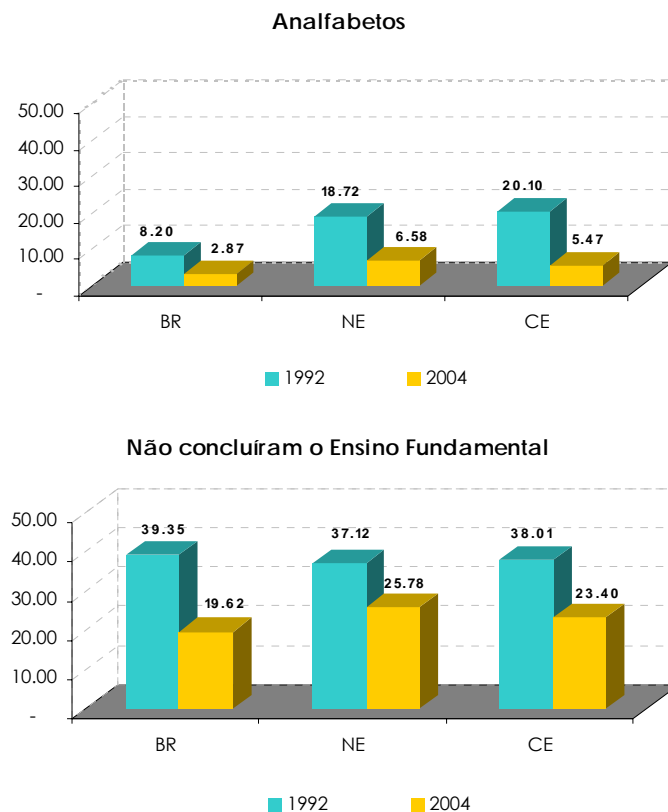
Fonte: PNAD/IBGE.

Ou seja, ainda são poucos jovens cearenses que conseguem obter uma escolaridade capaz de inseri-los no mercado de trabalho. Mas essa realidade vem mudando, principalmente, quando se analisa a redução entre as disparidades entre grupos e regiões.

2.8 Jovens que não estudam

Uma variável complementar a análise da população de jovens educacionalmente menos favorecidos é o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, por classe educacional. O gráfico 2.24 apresenta esses dados para a classe de analfabetos e dos estudantes que não concluíram o ensino fundamental. Observa-se que houve significativas reduções entre as taxas de 1992 e 2004, isso reflete a obrigatoriedade do ensino fundamental e do aumento da oferta de vagas em cursos direcionados a EJA. O Ceará apresenta a maior redução, de 20,10% para 6,47%, mas ainda são as maiores taxas em relação ao Nordeste e ao Brasil, tanto em 1992 e 2004.

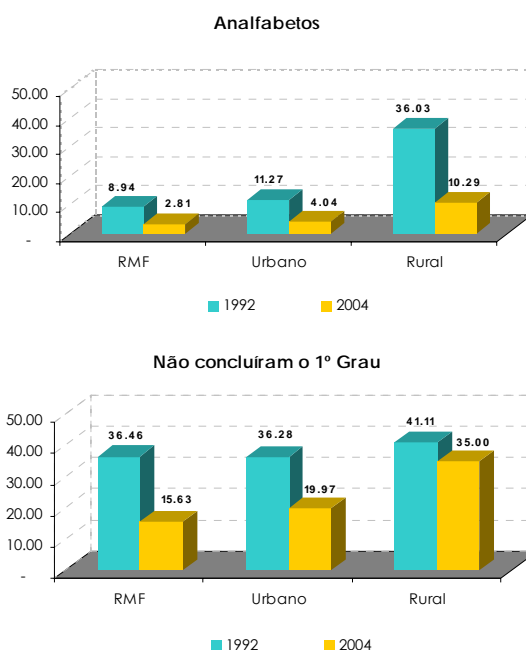
Gráfico 2.24: Percentual da população de 15 a 24 anos que não estudam, por classe educacional – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Diferenças muito significativas podem ser observadas no gráfico 2.25, que apresenta o percentual da população de 15 a 24 anos que não estudam da região metropolitana de Fortaleza e da região urbana e rural do Ceará. Em 1992 e 2004, a região metropolitana e a urbana tiveram resultados próximos em todas as classes de alfabetização, dado a redução esperada entre os anos. Em 2004, a região rural é que apresentou os piores resultados: na classe de analfabetos, 36,03% não estavam estudando; entre os que não completaram o ensino fundamental, 41,11% não freqüentam à escola.

Gráfico 2.25: Percentual da população de 15 a 24 anos que não estuda, por classe educacional – RMF, Urbano, Rural – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Esses resultados apontam quais são os demandantes de programas específicos de alfabetização, aceleração, retorno a educação formal entre outros. Ainda, esses dados mostram a dificuldade em permanecer no sistema educacional, visto que os percentuais são maiores na classe de estudantes que não concluíram o ensino fundamental.

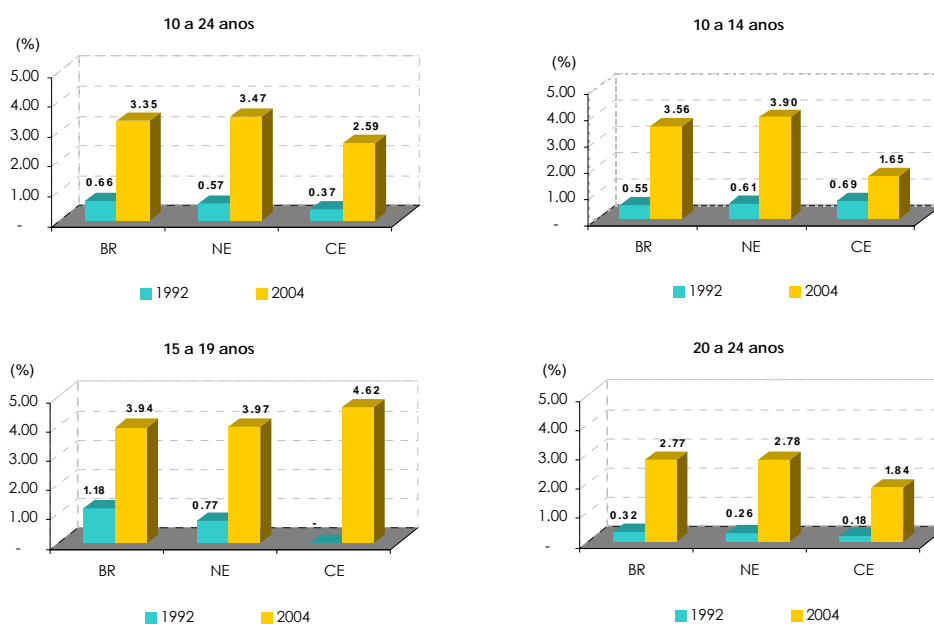
2.9 Percentual de analfabetos que freqüentam curso de alfabetização

Devido ao representativo declínio nas taxas de analfabetismo em todas as regiões brasileiras, principalmente no Estado do Ceará, observado anteriormente, faz-se necessário verificar se isso ocorreu devido ao aumento no percentual de analfabetos que freqüentaram cursos de alfabetização entre 1992 e 2004. Ou seja, verificar se os inúmeros programas de combate ao analfabetismo ao longo da década de 90 são responsáveis pela diminuição do analfabetismo.

O gráfico 2.26 mostra claramente o aumento percentual de freqüentadores de cursos de alfabetização entre 1992 e 2004 em todas as faixas etárias, mais de dois

pontos percentuais em todas as faixas e regiões. Entretanto, os percentuais obtidos em 2004 estão muito aquém dos desejados, pois somente 3,35% dos analfabetos brasileiros, 3,47% dos do Nordeste e 2,68% dos do Ceará entre 10 e 24 anos estavam cursando cursos de alfabetização. O Ceará foi o que teve o maior crescimento em quase todas as faixas, principalmente na faixa de 20 a 24 que o aumento foi de mais de 900%.

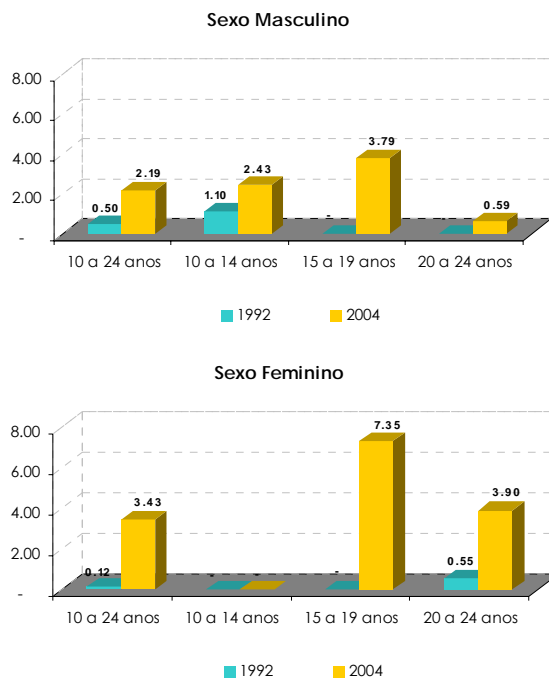
Gráfico 2.26: Percentual de Analfabetos que freqüentam curso de Alfabetização, por grupo de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

O gráfico 2.27 expõe a diferença entre os percentuais de analfabetos, que freqüentam curso de alfabetização, dos jovens do sexo masculino e feminino. Além de serem irrisórios os resultados de 1992, visualiza-se que os estudantes do sexo masculino tinham maior acesso aos programas de alfabetização, mesmo porque eram eles os mais representativos na população de analfabetos. Em 2004, tanto o crescimento como as taxas são mais elevados, em todas as faixas, para os estudantes do sexo feminino. Isso pode sinalizar o menor impedimento das jovens analfabetas a educação, pois a entrada prematura dos jovens analfabetos do sexo masculino no mercado de trabalho se constitui uma barreira aos cursos de alfabetização.

Gráfico 2.27: Percentual de Analfabetos que freqüentam curso de Alfabetização, por sexo e grupo de idade – Ceará – 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Através desses resultados, ficam evidentes os esforços em diminuir o analfabetismo ao longo da última década. Ademais, verificamos quais os estratos da população de jovens estão sendo atingidos pelos cursos de alfabetização, jovens que deveriam estar cursando o ensino médio.

Portanto, nessa seção, verificou-se uma série de avanços importantes na educação dos jovens e adolescentes entre 1992 e 2004. Contudo, ainda existem problemas sérios a serem resolvidos, como o que diz respeito às taxas de analfabetismo, que ainda são razoavelmente elevadas no Estado, assim como as baixas taxas de freqüência escolar e as elevadas taxas de distorção idade-série, embora estas tenham melhorado nos últimos anos. Estes problemas na educação dos jovens são de fato importantes, pois, repercutem em outras dimensões de suas vidas, como é o caso do mercado de trabalho e nas condições de empregabilidade, como será analisado a seguir.

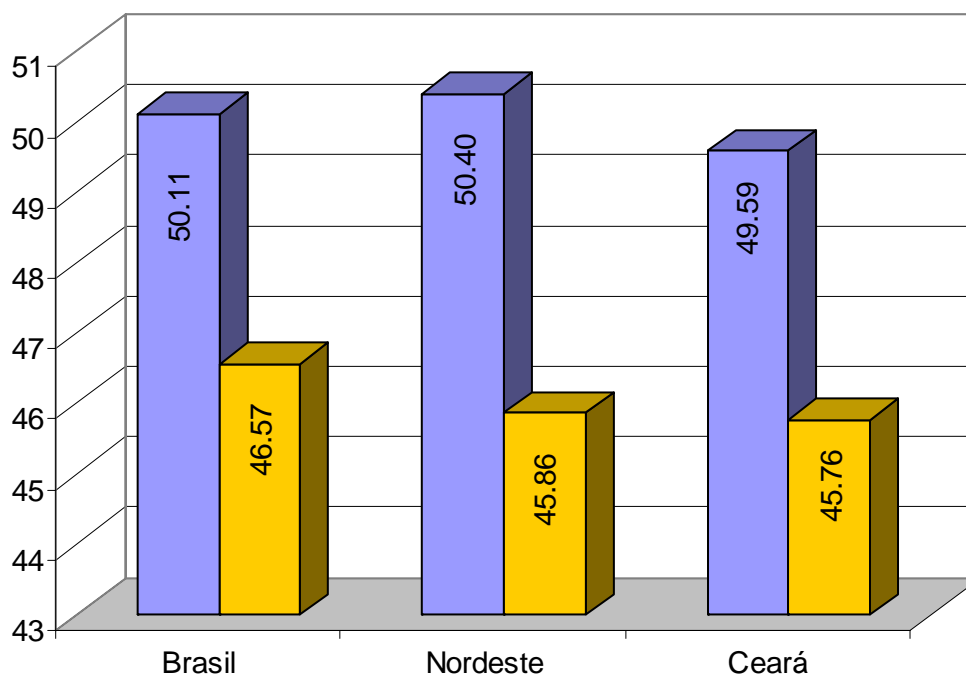
3 EMPREGO E RENDA NA JUVENTUDE

3.1 Ocupação e desemprego

3.1.1 Ocupação na juventude

A participação relativa na força de trabalho é representada pelo número percentual de indivíduos de uma determinada parcela da população que possui algum tipo de ocupação, independente de ser formal ou informal. A parcela da população de interesse, no presente estudo, são os jovens (20 a 24 anos de idade) e adolescentes (10 a 19 anos de idade). O percentual de jovens com algum tipo de ocupação pode ser verificado no gráfico 3.1, abaixo.

Gráfico 3.1: Taxa de Participação dos Jovens na Força de Trabalho - BR, NE e CE (1992 e 2004)



Fonte: PNAD/IBGE

■ 1992 ■ 2004

De acordo com o gráfico 3.1, é possível observar que o percentual de jovens e adolescentes ocupados sofreu considerável redução entre os anos de 1992 e 2004. Essa redução se verificou tanto em nível de Brasil, como em nível de

Nordeste e Ceará. A redução mais significativa foi em relação ao Nordeste, e em seguida o Ceará, correspondendo a aproximadamente 4,5 e 4,0 pontos percentuais, respectivamente.

A tabela 3.1, abaixo, mostra que essa redução na participação foi mais intensa para os grupos de idade entre 10 e 14 anos, e de 15 a 19 anos, os quais correspondem aos adolescentes. Em relação ao Ceará, a redução foi de aproximadamente 14,4 pontos percentuais para jovens entre 10 e 14 anos, e 9,0 pontos percentuais para jovens entre 15 e 19 anos de idade. Por outro lado, para os jovens entre 20 e 24 anos de idade, registrou-se uma elevação desse percentual, onde o Ceará obteve a maior variação positiva (4,7 pontos percentuais) em relação ao Brasil e Nordeste.

Tabela 3.1: Taxa de Participação na Força de Trabalho, por Grupo de Idade e Sexo – BR, NE e CE (1992 e 2004)

Grandes regiões	Grupos de idade							
	10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		10 a 24 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	22,39	11,12	59,78	50,68	75,59	77,72	50,11	46,57
Masculino	29,30	14,67	73,13	59,40	91,50	88,51	61,52	53,91
Feminino	15,30	7,44	46,49	41,72	59,93	67,22	38,67	39,13
Nordeste	29,23	15,95	57,90	48,25	72,48	74,17	50,40	45,86
Masculino	39,48	21,84	73,77	60,04	90,74	87,07	64,42	55,89
Feminino	18,92	9,85	42,30	36,45	55,21	61,19	36,63	35,69
Ceará	29,14	14,78	57,37	48,55	70,92	75,65	49,59	45,76
Masculino	40,21	19,72	75,11	58,75	88,67	87,04	64,15	54,88
Feminino	18,15	10,08	40,54	38,28	55,54	64,26	35,86	36,77
RMF	13,80	5,68	49,58	38,23	70,01	72,97	43,04	39,83
Interior	37,10	20,46	61,72	55,67	71,69	77,80	53,56	49,91
Urbana	15,84	9,05	51,35	43,61	68,25	74,35	42,68	42,60
Rural	48,45	30,43	66,78	63,19	76,79	80,83	61,00	55,67

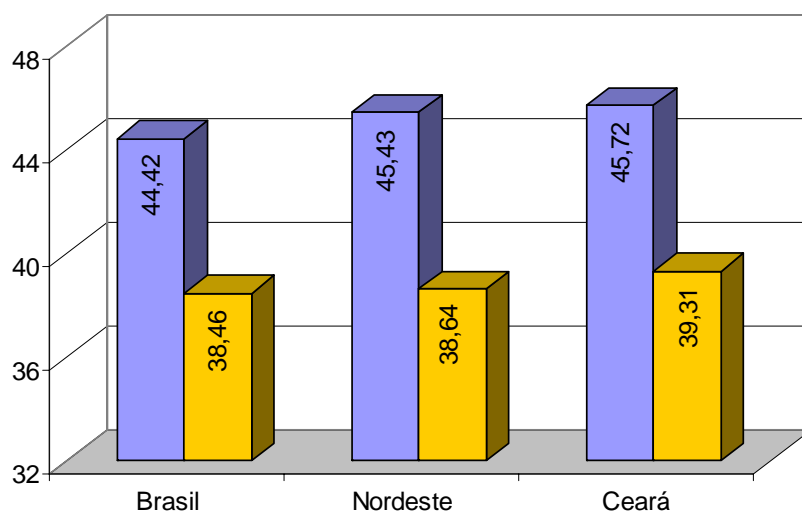
Fonte: PNAD/IBGE.

Na tabela 3.1, um aspecto bastante curioso é o de que uma parcela da população jovem, correspondente ao sexo feminino, elevou sua participação na força de trabalho no período analisado. Essa elevação se deu na faixa etária dos 20 aos 24 anos, enquanto essa participação diminuiu para os jovens do sexo masculino. Desta forma, verifica-se indícios de que o mercado de trabalho pode estar absorvendo melhor a mão-de-obra feminina.

Contudo, o percentual de jovens que possui algum tipo de ocupação não fornece uma visão do quanto efetivamente esse grupo faz parte da força de trabalho. O indicador que expressa a participação do jovem no mercado de trabalho de maneira efetiva é a taxa de ocupação, a qual é representada pela razão entre a população ocupada (formal e informal) e a população em idade ativa (10 anos ou mais de idade).

Da mesma forma, no gráfico 3.2, abaixo, mostra que a taxa de ocupação da população jovem reduziu-se significativamente entre os anos de 1992 e 2004. Essa redução foi de aproximadamente 6,8 pontos percentuais nesse índice para o Nordeste, e 6,4 pontos percentuais para o Ceará.

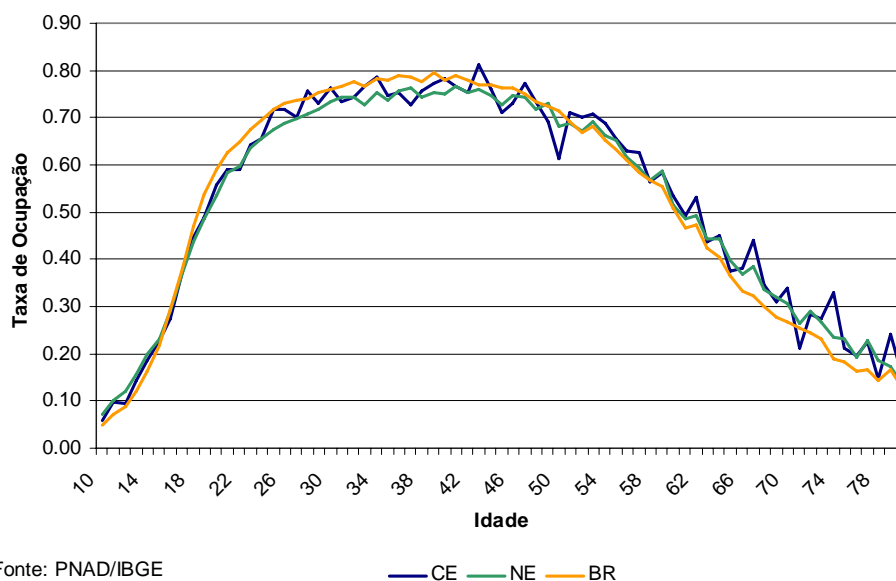
Gráfico 3.2: Taxa de Ocupação dos Jovens (%) – BR, NE e CE (1992 e 2004)



Fonte PNAD/IBGE

■ 1992 ■ 2004

Já o gráfico 3.3, abaixo, mostra a dinâmica da taxa de ocupação por idade para o Estado do Ceará. De acordo com esse gráfico, a taxa de ocupação cresce de maneira mais intensa na faixa etária de 10 a 30 anos, a qual inclui a população jovem. Esse índice tende a se manter estável na faixa etária de 30 a 50 anos de idade, quando passa a apresentar taxas decrescentes.

Gráfico 3.3: Taxa de Ocupação por Idade (%) – BR, NE e CE (2004)

A tabela 3.2, abaixo, apresenta a taxa de ocupação por faixa etária para o Brasil, Nordeste e Ceará.

Tabela 3.2: Taxa de ocupação (%), por grupo de idade e sexo – BR, NE e CE (1992 e 2004)

Grandes regiões	Grupos de idade							
	10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		10 a 24 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	20,45	10,05	51,69	39,38	67,67	65,91	44,42	38,46
Masculino	26,97	13,48	64,95	48,94	83,50	78,09	55,65	46,55
Feminino	13,77	6,50	38,50	29,55	52,10	54,06	33,16	30,28
Nordeste	27,67	15,20	51,53	39,61	64,22	61,83	45,43	38,64
Masculino	37,53	20,88	67,14	51,75	82,47	75,96	59,24	49,15
Feminino	17,74	9,31	36,18	27,45	46,96	47,61	31,87	27,98
Ceará	28,25	14,34	52,14	41,19	64,22	63,83	45,72	39,31
Masculino	38,91	18,93	68,50	51,93	81,26	76,04	59,52	48,72
Feminino	17,68	9,97	36,61	30,39	49,45	51,63	32,69	30,04
RMF	12,37	8,45	39,76	34,36	58,66	60,09	35,79	34,48
Interior	36,50	30,43	59,05	61,43	68,90	78,77	51,74	54,49
Urbana	14,68	5,34	43,20	25,74	58,71	55,58	36,79	29,45
Rural	47,96	19,96	66,10	51,86	76,34	70,48	60,46	46,23

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

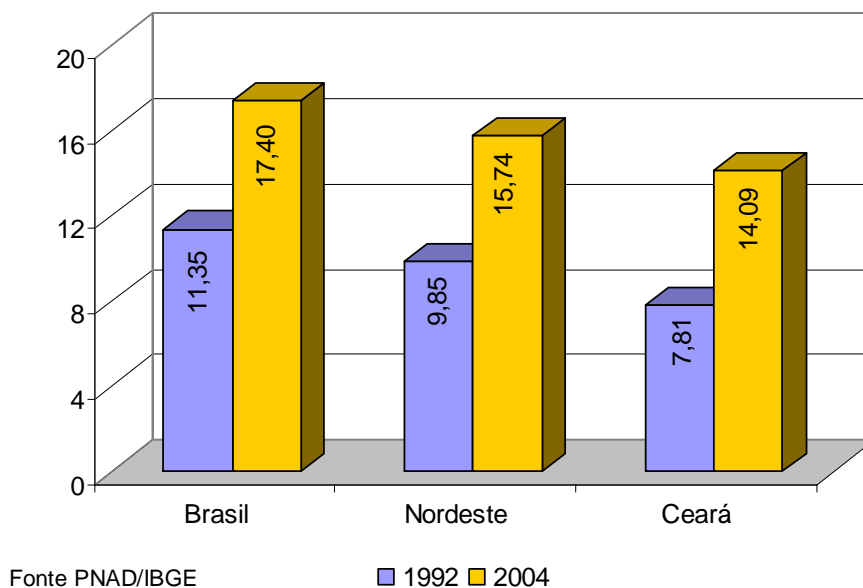
Segundo a tabela 3.2, a taxa de ocupação dos jovens se reduz para o Brasil, Nordeste e Ceará. Apesar do aumento do percentual de mulheres jovens com algum tipo de ocupação (tabela 3.1), observa-se para o Ceará uma redução da taxa de ocupação de homens e mulheres entre 10 e 24 anos. Contudo, houve uma elevação nesse índice de aproximadamente 2,2 pontos percentuais, quando se considera apenas mulheres entre 20 e 24 anos de idade. Por outro lado, há uma redução de aproximadamente 5,2 pontos percentuais na taxa de ocupação efetiva para os homens entre 20 e 24 anos de idade. Claramente, esse é um indicio de que as mulheres estão ultrapassando as barreiras existentes no mercado de trabalho, aumentando ainda mais a competitividade em busca das ocupações.

Esses resultados são de grande relevância para o presente estudo, pois apontam para uma redução do trabalho na faixa etária de 10 a 19 anos, permitindo ao jovem uma melhor alocação de tempo, de tal modo a privilegiar a acumulação de capital humano. No entanto, o aumento da participação dos jovens de 20 a 24 anos na força de trabalho indica uma maior absorção do mercado de trabalho em relação a esse grupo, cuja faixa etária coincide com o primeiro emprego.

3.1.2 Desemprego na juventude

A taxa de desocupação é um indicador que mede a pressão exercida sobre o mercado de trabalho pelos indivíduos que procuravam emprego e estavam desocupados na data de referência da pesquisa. Esse indicador é calculado através da razão entre os indivíduos desocupados e a população economicamente ativa.

O gráfico 3.4 apresenta os valores da taxa de desocupação para Brasil, Nordeste e Ceará. Observa-se que houve um forte aumento na taxa de desocupação para os jovens entre os anos de 1992 e 2004. Em relação ao Ceará, a taxa de desocupação para os jovens foi de aproximadamente 14,1% em 2004, estando abaixo daquelas observadas para Brasil e Nordeste (respectivamente 17,4% e 15,74%).

Gráfico 3.4: Taxa de Desocupação dos Jovens – BR, NE e CE (1992 e 2004)

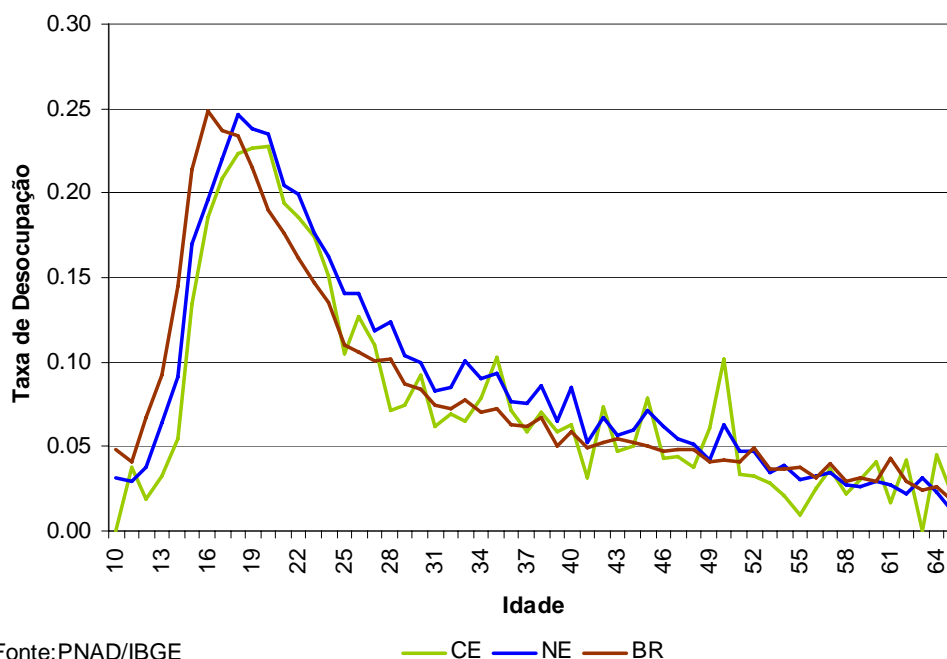
No entanto, verificou-se uma significativa variação desse indicador para o Ceará, onde o aumento foi de 6,28 pontos percentuais. Esse aumento da desocupação da população jovem para o Ceará foi maior do que a variação observada para o Brasil e Nordeste (respectivamente 6,05 e 5,85 pontos percentuais).

O gráfico 3.5, adiante, mostra que a taxa de desocupação por idade. Como é possível observar a desocupação incide bastante sobre os jovens (10 a 24 anos).

Esse alto índice de desocupação para os jovens se manteve representativo não somente para o Ceará, mas também para o Nordeste e Brasil. Vale ressaltar que a atividade de busca pelo primeiro emprego é mais intensa no grupo de indivíduos de 15 a 24 anos de idade.

Ao desagregar o grupo dos jovens em masculino e feminino, verifica-se que o grupo feminino possui as maiores taxas de desocupação calculadas para Brasil, Nordeste e Ceará. Em 2004, a taxa de desocupação feminina foi de aproximadamente 18,29% para o Ceará, estando abaixo dos índices para Brasil e Nordeste (respectivamente 22,62% e 21,59%).

Gráfico 3.5: Taxa de Desocupação por Idade – BR, NE e CE (2004)



Em relação à região metropolitana de Fortaleza, observa-se que a taxa de desocupação da população jovem cresceu 2,2 pontos percentuais entre 1992 e 2004. Esse aumento na desocupação foi mais forte nos jovens entre 20 e 24 anos de idade com uma variação de 2,9 pontos percentuais. Enquanto na região não metropolitana, ou interior do Ceará, essa desocupação caiu 1,27 pontos percentuais. Isso pode estar indicando uma provável migração de jovens do interior para a região metropolitana em busca de emprego.

Essa variação na taxa de desocupação dos jovens foi ainda maior ao considerar as áreas urbanas, onde houve um aumento de 12,27 pontos percentuais. Portanto, o que se observou no Ceará foi um aumento da desocupação dos jovens em detrimento a uma diminuição da ocupação dos mesmos entre os anos de 1992 e 2004.

Tabela 3.3: Taxa de desocupação, por grupo de idade e sexo – BR, NE e CE (1992 e 2004)

Grandes regiões	Grupos de idade							
	10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		10 a 24 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	8,64	9,55	13,52	22,31	10,47	15,20	11,35	17,40
Masculino	7,96	8,06	11,18	17,61	8,74	11,78	9,55	13,66
Feminino	9,98	12,60	17,19	29,17	13,07	19,57	14,24	22,62
Nordeste	5,35	4,70	11,01	17,91	11,40	16,63	9,85	15,74
Masculino	4,92	4,38	8,99	13,80	9,12	12,75	8,03	12,06
Feminino	6,25	5,43	14,46	24,69	14,95	22,20	12,99	21,59
Ceará	3,04	2,96	9,11	15,15	9,45	15,62	7,81	14,09
Masculino	3,25	4,00	8,80	11,61	8,36	12,64	7,21	11,23
Feminino	2,58	1,02	9,68	20,62	10,97	19,66	8,81	18,29
RMF	10,38	6,61	19,79	21,20	16,21	19,18	16,86	19,06
Interior	1,62	0,00	4,33	2,78	3,90	2,54	3,40	2,13
Urbana	7,33	6,03	15,87	32,66	13,99	23,84	13,79	26,06
Rural	1,00	2,43	1,01	6,85	0,59	9,41	0,89	7,39

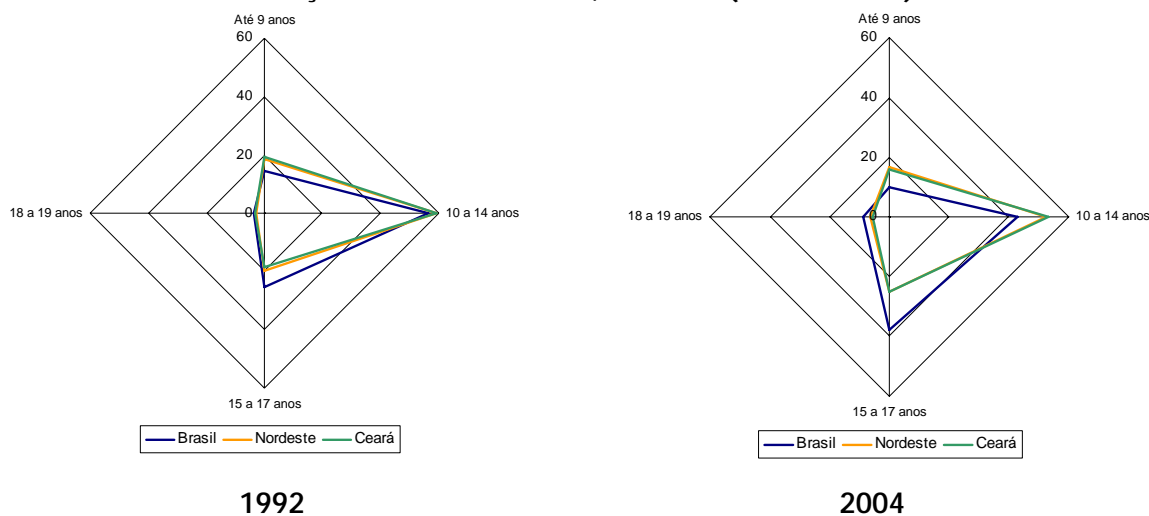
Fonte: PNAD/IBGE

3.1.3 O primeiro emprego

A taxa de ocupação, assim como a taxa de desocupação são dois índices que crescem de acordo com a idade do jovem (10 a 24 anos de idade), como mostra os gráficos 3.4 e 3.6. Isso é um indício de que os jovens anseiam bastante pelo primeiro emprego. Desta forma, torna-se interessante observar em que faixa etária, os jovens com alguma ocupação (formal ou informal) conseguiram seu primeiro emprego, como forma de analisar o perfil dessa parcela da população no mercado de trabalho.

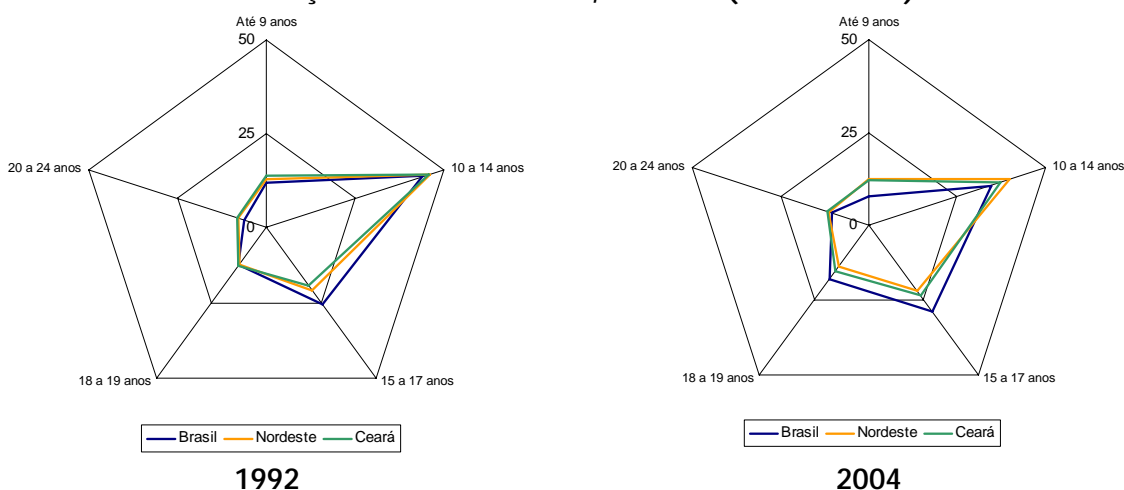
O gráfico 3.6, abaixo, mostra que a grande maioria dos adolescentes (15 a 19 anos de idade) começou a trabalhar entre 10 e 14 anos de idade, considerando Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 3.6: Percentual de Adolescentes (15 a 19 anos de idade) por Idade que Começou a Trabalhar – BR, NE e CE (1992 e 2004)



Contudo, o Ceará apresentou uma mudança nesse indicador entre os anos de 1992 e 2004. Houve uma redução do percentual de adolescentes que começaram a trabalhar na faixa etária de 10 a 14 anos (redução de 5,98 pontos percentuais), e aumentou na faixa etária de 15 a 17 anos e de 18 a 19 anos de idade, respectivamente 6,6 e 2,5 pontos percentuais.

Gráfico 3.7: Percentual de Jovens (20 a 24 anos de idade) por Idade que Começou a Trabalhar – BR, NE e CE (1992 e 2004)



Em relação ao jovem (20 a 24 anos de idade), assim como se observou para os adolescentes (15 a 19 anos de idade), a grande maioria começa a trabalhar na faixa etária dos 10 a 14 anos de idade. Contudo, O Ceará apresentou uma redução nesse índice para as faixas etárias de até 9 anos (redução de 2,7 pontos

percentuais) e de 10 a 14 anos de idade (redução de 10,2 pontos percentuais). Contudo, houve um aumento no percentual observado para as faixas de 15 a 17 (aumentou 5,1 pontos percentuais), 18 a 19 (aumentou 4,4 pontos percentuais) e de 20 a 24 anos de idade (aumentou 3,5 pontos percentuais).

Esse resultado dá indícios que os jovens e adolescentes têm adiado sua entrada no mercado de trabalho. Esse adiamento pode ser causado por diversos fatores como maior tempo de permanência na escola. Nesse sentido, a seção seguinte analisa o quão é importante o trabalho e a escola para os jovens.

3.1.4 Escola e trabalho

Segundo Camarano *et al.* (2004), o universo da escola é tido como locus prioritário na formação dos jovens, ao tomar a juventude como uma fase de transição para a vida adulta. A escola é uma das instituições responsáveis pela inserção do jovem na vida adulta, seja com a promoção da cidadania ou pela preparação do indivíduo para o mercado de trabalho.

A tabela 3.4, adiante, apresenta o perfil do jovem por grupos de idade e atividades socialmente definidas, neste caso, escola e trabalho.

Vale ressaltar que essas duas atividades não são mutuamente exclusivas, logo, é possível encontrar interseções dessas atividades. De acordo com a Tabela 3.4, percebe-se que a proporção de jovens que somente estudam aumentou significativamente para todos os grupos de idade e para todas as regiões geográficas. Por outro lado, o percentual de jovens que somente trabalham diminuiu para todos os grupos de idade e regiões geográficas.

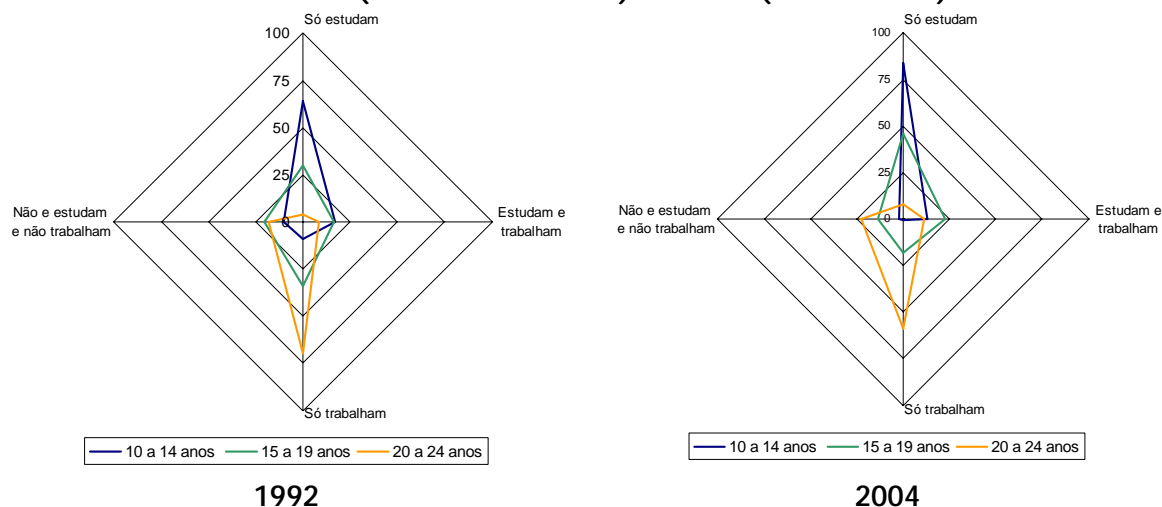
Tabela 3.4: Percentual de jovens por grupo de idade e atividades socialmente definidas (trabalho e escola) – BR, NE e CE (1992 e 2004)

Grandes regiões	Brasil		Nordeste		Ceará	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004
10 a 14 anos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Só estudam	73,28	88,20	62,94	82,31	63,66	83,87
Estudam e trabalham	12,97	8,63	17,51	13,53	16,99	13,04
Só trabalham	6,08	0,72	8,98	0,93	9,26	0,83
Não estudam e não trabalham	7,67	2,45	10,57	3,22	10,08	2,25
15 a 19 anos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Só estudam	31,63	47,24	30,55	46,29	29,67	45,71
Estudam e trabalham	19,51	21,68	18,63	23,15	16,31	22,58
Só trabalham	31,35	17,05	31,73	15,68	33,80	18,21
Não estudam e não trabalham	17,52	14,02	19,09	14,88	20,22	13,50
20 a 24 anos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Só estudam	5,33	8,65	6,07	10,24	4,10	7,88
Estudam e trabalham	10,04	14,00	8,78	14,60	8,19	11,05
Só trabalham	64,54	57,80	63,94	53,48	69,41	58,74
Não estudam e não trabalham	20,09	19,55	21,21	21,68	18,30	22,33

Fonte: PNAD/IBGE

Para aqueles jovens que estudam e trabalham, observou-se uma queda apenas para a faixa etária de 10 a 14 anos de idade. Já para as faixas etárias de 15 a 19, e de 20 a 24 anos, houve uma elevação desse percentual para todas as regiões geográficas. Em relação aos jovens que não estudam e não trabalham, o percentual caiu nas faixas etárias de 10 a 14, e de 15 a 19 anos, em todas as regiões geográficas. Contudo, para a faixa etária de 20 a 24 anos essa queda no percentual foi observada apenas para o Brasil, enquanto para Nordeste e Ceará verificou-se um aumento de jovens fora da escola e sem ocupação.

Gráfico 3.8: Percentual de jovens por grupo de idade e atividades socialmente definidas (trabalho e escola) – Ceará (1992 e 2004)



No Ceará, em especial, observou-se uma significativa redução da importância do trabalho na infância e adolescência em detrimento ao forte aumento da importância da escola na formação desses indivíduos. Na faixa etária de 20 a 24 anos, verificou-se que o trabalho ainda possui uma relevância maior do que a escola, embora tenha ocorrido uma redução no percentual de jovens que somente trabalham entre os anos de 1992 e 2004 (redução de 10,62 pontos percentuais).

Porém, houve um crescimento no percentual de jovens de 20 a 24 anos que não estudam e não trabalham (aumento de 4,0 pontos percentuais). Esse resultado é um indicativo de que o mercado de trabalho não está absorvendo toda a mão-de-obra jovem disponível. Logo, isso pode estar estimulando o jovem a procurar uma maior escolarização, já que o percentual de jovens que somente estudam ou estudam e trabalham tem aumentado (aumento de 3,8 e 2,9 pontos percentuais) entre os anos de 1992 e 2004.

A tabela 3.5, abaixo, apresenta a média de anos de estudos dos jovens de acordo com as atividades socialmente definidas.

Tabela 3.5: Média de anos de estudos dos jovens por grupo de idade e atividades socialmente definidas (trabalho e escola) – Ceará (1992 e 2004)

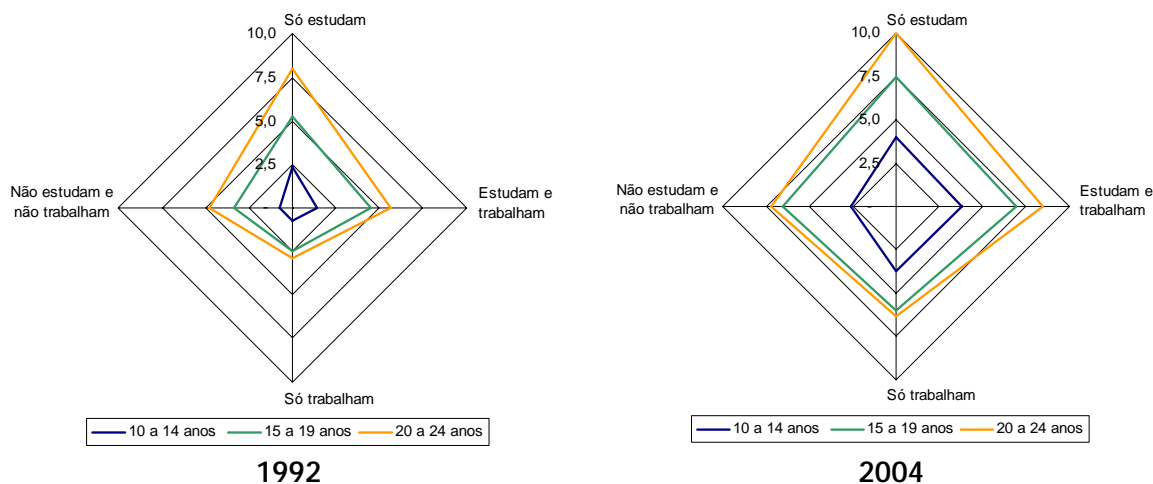
Grandes regiões	Brasil		Nordeste		Ceará	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004
10 a 14 anos						
Só estudam	2,32	4,13	2,39	3,70	2,32	3,98
Estudam e trabalham	1,39	4,03	1,69	3,38	1,39	3,83
Só trabalham	0,73	3,66	0,87	2,86	0,73	3,76
Não estudam e não trabalham	0,71	2,64	0,90	2,38	0,71	2,59
15 a 19 anos						
Só estudam	5,24	7,77	5,80	7,08	5,24	7,46
Estudam e trabalham	4,52	7,71	4,57	6,52	4,52	6,90
Só trabalham	2,46	7,21	2,53	5,18	2,46	6,00
Não estudam e não trabalham	3,36	6,84	3,29	5,67	3,36	6,52
20 a 24 anos						
Só estudam	8,00	10,15	8,22	9,05	8,00	9,97
Estudam e trabalham	5,64	9,66	6,43	7,95	5,64	8,49
Só trabalham	2,89	7,29	3,51	5,72	2,89	6,31
Não estudam e não trabalham	4,73	7,77	4,65	6,80	4,73	7,22

Fonte: PNAD/IBGE

Como é possível observar na tabela 3.5, a média de anos de estudos aumenta de acordo com as faixas etárias. Além disso, a média também aumenta entre os períodos considerados, 1992 e 2004.

No caso do Ceará, esse aumento foi mais forte entre os indivíduos que somente trabalham. Isso significa dizer que em 2004, a força de trabalho dos jovens cearenses está mais qualificada em relação ao ano de 1992, apresentando-se melhor que a média da região Nordeste e se aproximando da média nacional. Essa evolução da condição educacional do jovem cearense pode ser observada no gráfico 3.9.

Gráfico 3.9: Média de anos de estudos dos jovens por grupo de idade e atividades socialmente definidas (trabalho e escola) – Ceará (1992 e 2004)



De maneira geral, a escola tem ganhado mais importância para o jovem do que o trabalho em todas as faixas etárias. Isso é perfeitamente compreensível, visto que o mercado de trabalho nos últimos anos passou por profundas transformações, e a escolarização tem sido um dos principais fatores determinantes para o sucesso do jovem no mercado de trabalho.

3.2 Renda

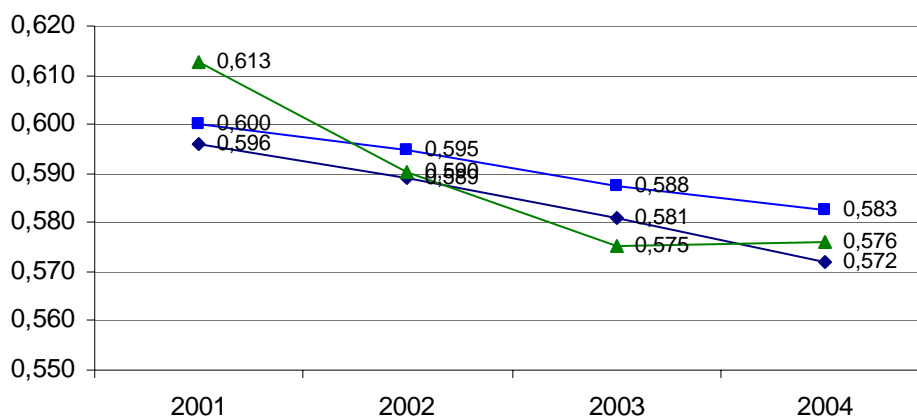
Na medida em que o ambiente familiar é muito importante para determinar o desempenho de crianças e jovens na escola ou no mercado de trabalho, uma equidade de renda maior melhora as condições dos mais pobres para competirem com os demais grupos.

Recentemente, entre 2001 e 2004, houve uma forte redução na desigualdade de renda no país. Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece ainda bastante elevada.

O gráfico 3.10 apresenta a evolução do índice de Gini entre 2001 e 2004. O índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda. Ele mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu

valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Gráfico 3.10 – Evolução do índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 2001 a 2004

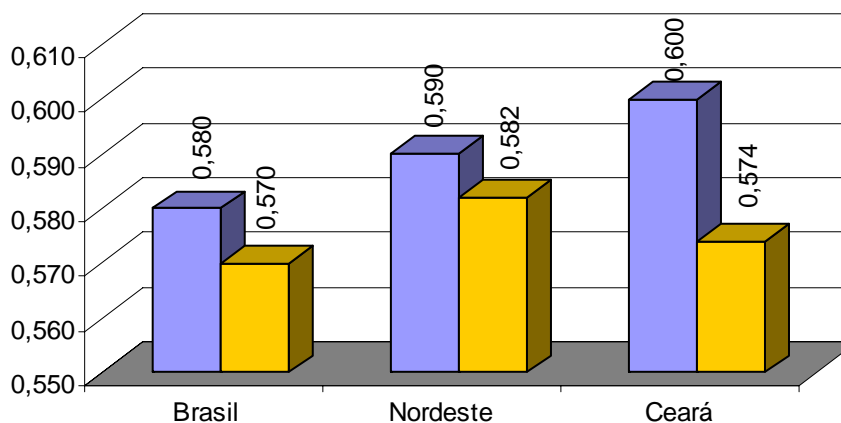


Fonte: PNAD / IBGE

—◆— Brasil —■— Nordeste —▲— Ceará

No longo prazo, essa tendência de redução da desigualdade pode ser verificada pela comparação dos valores do índice de Gini nos anos de 1992 e 2004 (gráfico 3.11). O Ceará obteve o melhor desempenho em termos de redução da desigualdade. Em 1992, o Ceará apresentava a maior concentração de renda quando comparado a Nordeste e Brasil. Em 2004, essa classificação se altera, e o Ceará apresenta uma distribuição de renda melhor que a do Nordeste, mas ainda pior do que a do Brasil.

Gráfico 3.11 – Índice de Gini – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004

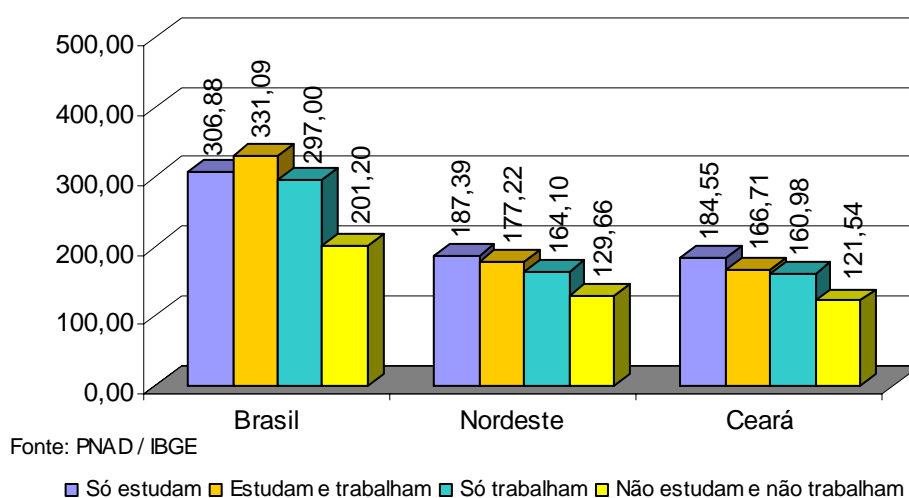


Fonte: PNAD / IBGE

■ 1992 ■ 2004

Analisando os dados sobre renda média domiciliar *per capita* (gráfico 3.12) sob o aspecto da atividade socialmente definida, percebe-se que as famílias com jovens que só estudam têm médias de renda mais altas do que do que as famílias com jovens que só trabalham. Conclui-se, então, que a condição de ter o trabalho como atividade exclusiva estaria diretamente associada a um menor nível de renda.

Gráfico 3.12 - Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos - Brasil, Nordeste e Ceará - 2004



No Brasil, em 2004, o valor da renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens que estudam e trabalham é maior do que a das famílias com jovens que só estudam. O mesmo não é acontece no Nordeste e Ceará. Enquanto, a renda média domiciliar das famílias com jovens que não estudam e não trabalham é bastante inferior a dos demais grupos, em todas as unidades geográficas consideradas.

3.2.1 Renda domiciliar *per capita* segundo atividade socialmente definida

Os jovens serão divididos em quatro grupos distintos segundo a atividade socialmente definida. O primeiro grupo compreende os jovens que só estudam. Esse grupo é tipicamente formado por indivíduos economicamente dependentes. Tal situação é mais comum entre os jovens não pobres e solteiros que moram com a família.

O segundo grupo reúne os que estudam e trabalham. Esse grupo caracteriza-se por estar vivendo uma situação de transição entre a vida jovem e a vida adulta. Este processo indica uma preparação para os indivíduos assumirem um papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional.

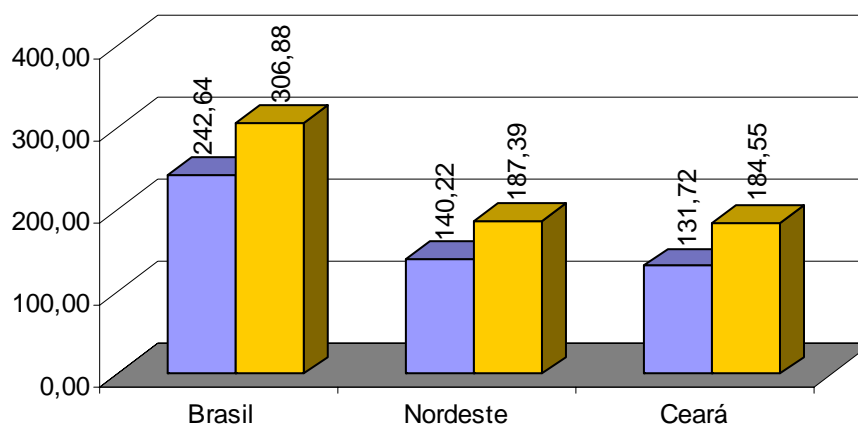
O terceiro grupo é formado por jovens que apenas trabalham. Esse grupo caracteriza-se pela configuração efetiva dos papéis de adultos. O abandono da escola em muitos casos é acompanhado por outros eventos que caracterizam a passagem do indivíduo para a vida adulta. O número de jovens que assume o papel de chefe de família cresceu significativamente nos últimos anos, e esta condição é crucial na determinação dos novos papéis que os jovens devem exercer na sociedade.

O quarto grupo se refere aos jovens que não estudam e não trabalham. Esse grupo caracteriza-se por jovens em situação mais grave de exclusão social, uma vez que demonstra a frustração da própria fase de transição que constitui a juventude.

Em todos os grupos considerados, a renda média domiciliar *per capita* cresceu entre 1992 e 2004. Exceto para os jovens que não estudam e não trabalham, o Ceará registrou as maiores taxas de crescimento. Embora as taxas de crescimento da renda *per capita* tenham sido maiores no Nordeste e Ceará em relação ao Brasil, os níveis de renda nestas regiões ainda são muito inferiores à média nacional.

Entre 1992 e 2004, a renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens que só estudam (gráfico 3.13) aumentou 26,48% no Brasil, 33,64% no Nordeste e 40,10% no Ceará. Em termos relativos, os níveis de renda *per capita* das famílias com jovens que só estudam, no Nordeste e Ceará, representam aproximadamente 60% do nível de renda *per capita* das famílias com jovens que só estudam no Brasil.

Gráfico 3.13 - Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos que só estudam - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992 e 2004

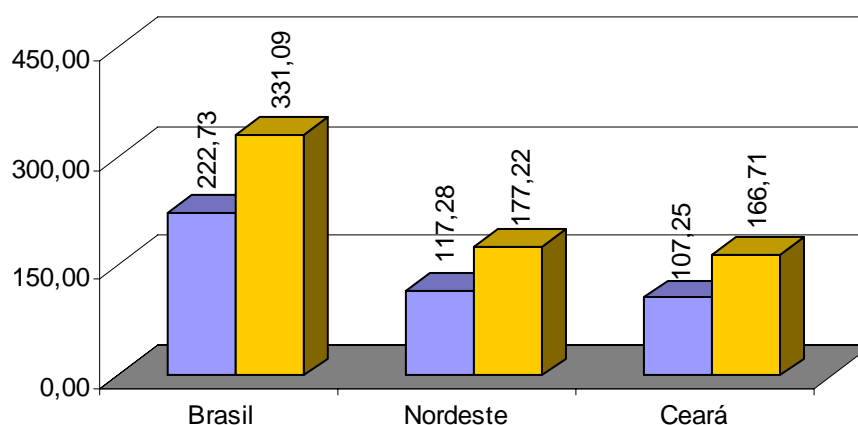


Fonte: PNAD / IBGE

■ 1992 ■ 2004

Considerando as famílias com jovens que estudam e trabalham (gráfico 3.14), observa-se que as taxas reais de crescimento da renda média domiciliar *per capita*, entre 1992 e 2004, foram de 48,65%, 51,10% e 55,44% para Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Em termos relativos, os níveis de renda *per capita* das famílias com jovens que estudam e trabalham, no Nordeste e Ceará, representam aproximadamente a metade do nível de renda *per capita* das famílias com jovens que estudam e trabalham no Brasil.

Gráfico 3.14 - Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos que estudam e trabalham - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992 e 2004



Fonte: PNAD / IBGE

■ 1992 ■ 2004

O gráfico 3.15 mostra a evolução da renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens que só trabalham. Observa-se que, entre 1992 e 2004, a taxa de crescimento da renda domiciliar *per capita* foi de 44,66% no Brasil, 46,52% no Nordeste e 66,35% no Ceará. Em termos relativos, os níveis de renda *per capita* das famílias com jovens que só trabalham, no Nordeste e Ceará, representam aproximadamente 55% do nível de renda *per capita* das famílias com jovens que só trabalham no Brasil.

Gráfico 3.15 - Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos que só trabalham - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992 e 2004

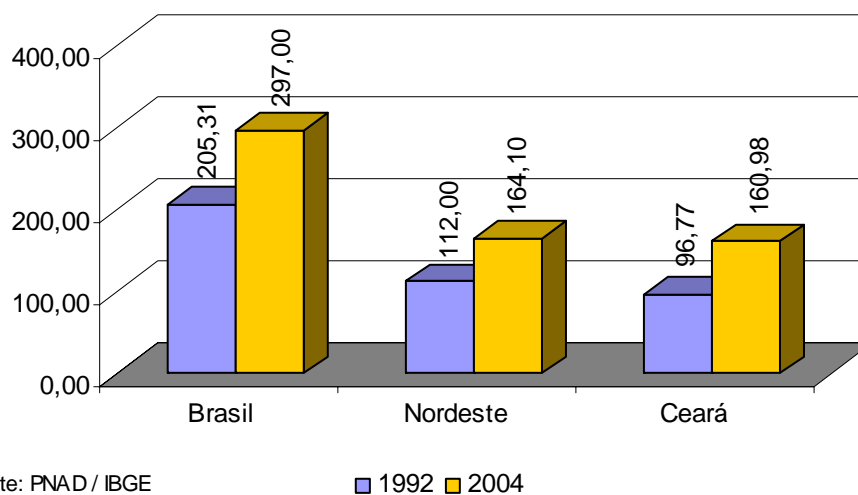
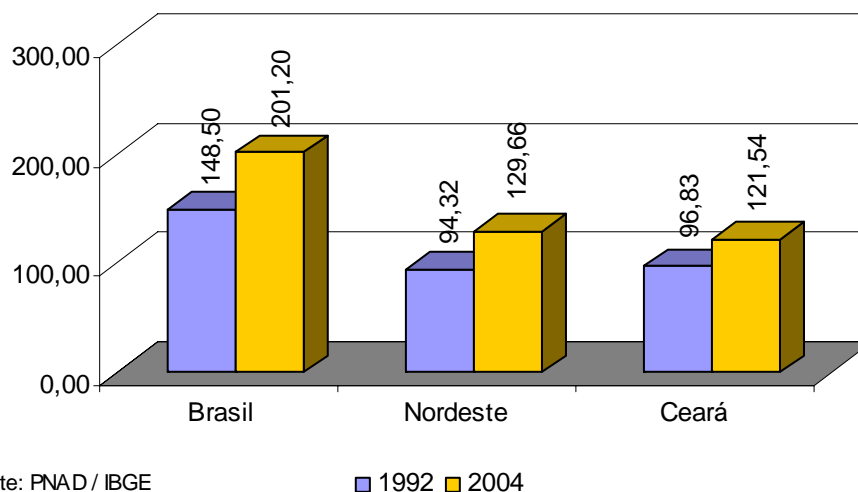


Gráfico 3.16 - Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos que não estudam e não trabalham - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992 e 2004



As taxas reais de crescimento da renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens que não estudam e não trabalham (gráfico 3.16), no período de 1992 a 2004, no Brasil, Nordeste e Ceará, foram, respectivamente, 35,49%, 37,47% e 25,52%. Em termos relativos, os níveis de renda *per capita* das famílias com jovens que não estudam e não trabalham, no Nordeste e Ceará, representam aproximadamente 62% do nível de renda *per capita* das famílias com jovens que não estudam e não trabalham no Brasil.

Na comparação entre os grupos, percebe-se que a renda média das famílias com jovens que não estudam e não trabalham, além de inferior, apresenta a menor taxa de crescimento no período considerado. Os jovens nessa situação representam a parcela da população de menor renda *per capita* e, portanto, apresentam um grau de vulnerabilidade maior. No sentido corrente, o termo vulnerabilidade remete a risco, fragilidade ou possibilidade de dano.

3.2.2 Renda própria dos jovens segundo atividade socialmente definida

Mudando o foco da renda domiciliar para a renda do próprio indivíduo, nota-se que a proporção de jovens que têm renda própria, tanto no Nordeste quanto no Ceará, é inferior a observada no Brasil (gráfico 3.17). E, além disso, essa proporção vem caindo em todas as unidades geográficas consideradas. Esse fato pode ser atribuído ao aumento do número de jovens que se dedicam apenas aos estudos durante o período.

Esses dados são particularmente importantes pelo fato de que ter renda própria não significa apenas uma maior participação na renda domiciliar. Representa também, no caso dos jovens, uma maior perspectiva de independência.

Considerando que apenas os jovens que estudam e trabalham e só trabalham possuem renda própria, esses dois grupos serão analisados com base na comparação dos rendimentos recebidos, com o objetivo de identificar as implicações da condição de estudar ou não sobre a renda dos indivíduos.

Gráfico 3.17 – Jovens de 15 a 24 anos que têm renda própria - Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004

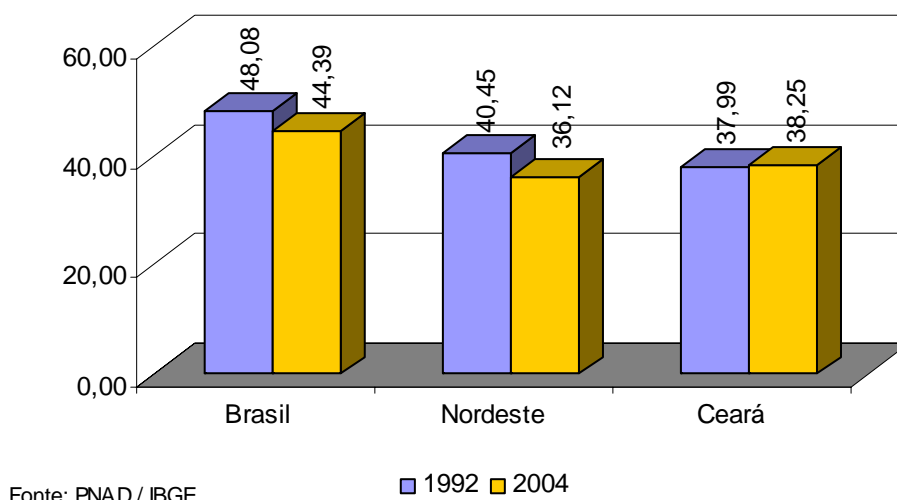
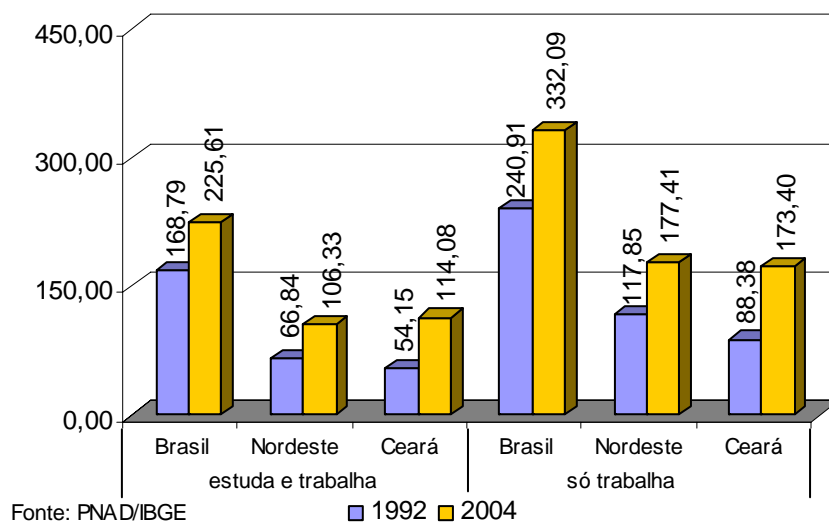


Gráfico 3.18 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos jovens de 10 a 24 anos, segundo atividade socialmente definida - Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004



Entre 1992 e 2004, o valor do recebimento médio mensal dos jovens que estudam e trabalham cresceu 33,66% no Brasil, 59,08% no Nordeste e 101,06% no Ceará (gráfico 3.18). Embora tenha apresentado um crescimento bastante elevado, o valor do recebimento médio dos jovens que estudam e trabalham no Ceará representa apenas 50,56% do valor recebido pelos jovens com mesma atividade no Brasil.

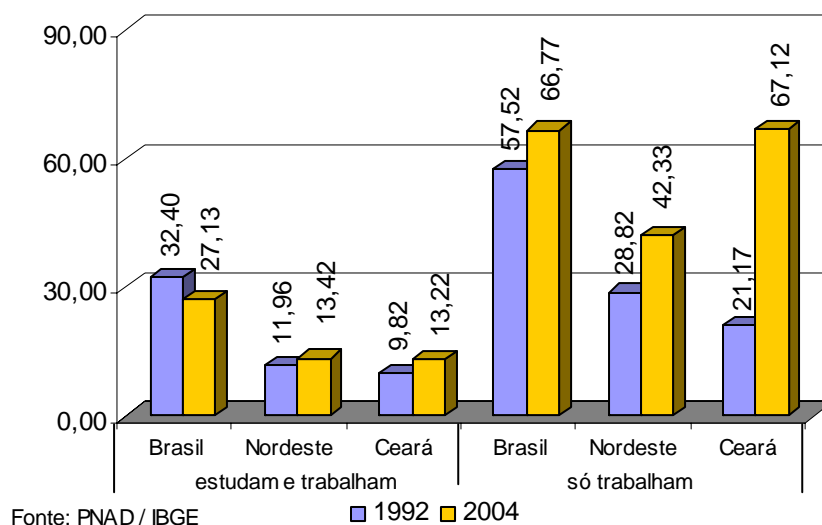
Entre os jovens que só trabalham, a taxa de crescimento do valor do recebimento médio mensal foi novamente superior no Ceará. O valor do recebimento médio cresceu 96,20% no Ceará contra 37,85% no Brasil e 50,54% no Nordeste. Todavia, este ainda está muito aquém da média nacional.

Comparando o valor do rendimento dos jovens que estudam e trabalham com o valor do rendimento dos jovens que só trabalham, nota-se que o valor do recebimento dos últimos supera o dos primeiros, em todas as unidades geográficas consideradas.

Considerando apenas a faixa etária dos 10 a 14 anos, observa-se uma redução no valor do recebimento médio dos jovens que estudam e trabalham no Brasil (gráfico 4.19). O valor do rendimento médio caiu 16,26% no Brasil, e cresceu 12,21% no Nordeste e 34,62% no Ceará. Em 1992, o valor do rendimento médio mensal dos jovens de 10 a 14 anos que estudam e trabalham, no Nordeste e Ceará, era cerca de um terço do rendimento médio dos jovens do país, com mesma atividade. Em 2004, esse valor representa um pouco menos da metade do recebimento médio dos jovens do Brasil.

Para os jovens que só trabalham, na mesma faixa etária, observa-se o crescimento do valor do rendimento médio em todas as unidades geográficas. O Ceará apresentou a maior taxa de crescimento, 217,05%, enquanto Brasil e Nordeste apresentaram taxas de crescimento de 16,08% e 46,88%, respectivamente. Com isso, o valor do rendimento médio dos jovens cearenses de 10 a 14 anos que só trabalham superou o valor recebido pelos jovens do Nordeste e Brasil, exercendo a mesma atividade.

Gráfico 3.19 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos – pessoas de 10 a 14 anos, segundo atividade socialmente definida – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004

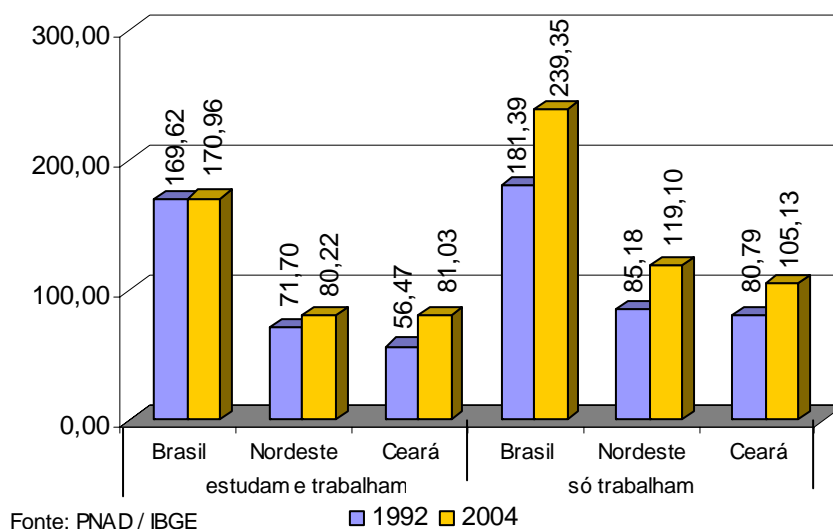


Apesar do crescimento do valor do rendimento médio das crianças de 10 a 14 anos, este indicador esconde uma situação extremamente grave. No Brasil, até o ano de 1998, a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho era de 14 anos, mas ela foi alterada para 16 anos. Crianças com 14 anos podem, apenas, ingressar em programas de aprendizes. Os menores de 14 anos, nem isso. Segundo a OIT, o Unicef e demais organismos internacionais, as crianças de até 14 anos de idade devem se dedicar exclusivamente à escola.

Apesar da implantação, em 1996, do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), criado para que as crianças envolvidas em alguma forma de trabalho infantil pudessem deixar o mercado e passassem a freqüentar à escola. O trabalho infantil ainda é um problema a ser enfrentado, principalmente nas regiões mais pobres do país.

Na faixa etária dos 15 a 19 anos, o rendimento médio dos jovens que estudam e trabalham no Brasil permaneceu estável, enquanto aumentou no Nordeste e Ceará (gráfico 3.20). O Ceará apresentou a maior taxa de crescimento, 43,50%, contra 11,82% da região Nordeste. Apesar disso, o valor do rendimento médio dos jovens do Nordeste e Ceará permanecem muito abaixo, menos da metade, do valor observado no Brasil.

Gráfico 3.20 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos – pessoas de 15 a 19 anos, segundo atividade socialmente definida – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004



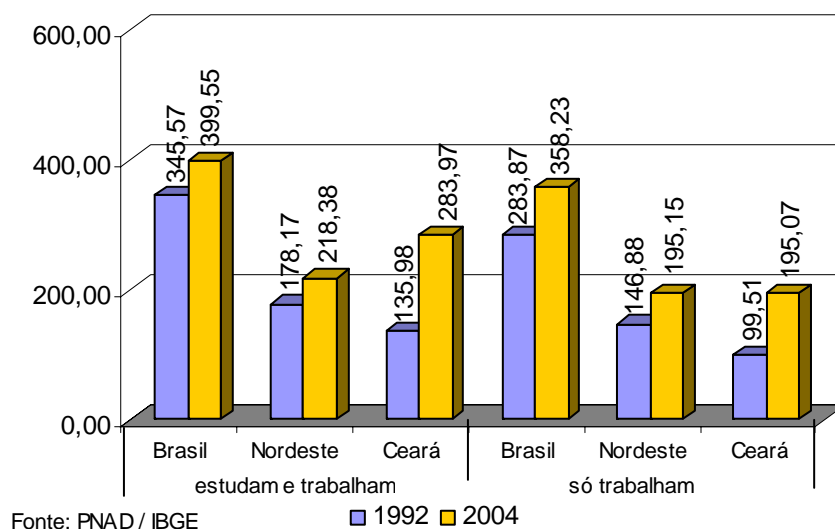
No que se refere aos jovens que só estudam, de 15 a 19 anos, o valor do recebimento médio mensal cresceu em todas as unidades geográficas. Dessa vez, o Nordeste apresentou a maior taxa de crescimento, 39,82%. Enquanto, no Brasil e Ceará essas taxas foram 31,95% e 30,18%, respectivamente. Contudo, aumentou a diferença entre os valores recebidos entre os jovens no Brasil, Nordeste e Ceará.

Sob o ponto de vista social, o fato de só estudar, para a faixa de 15 a 19 anos, constitui a situação mais favorável, dando condições à juventude de cursar o ensino médio. Teoricamente, por volta desta idade o jovem deveria estar concluindo o ensino médio. Nesse período, a conciliação entre escola e trabalho tende a prejudicar a qualidade dos estudos, comprometendo a formação e o futuro dos jovens. Nesta faixa ainda é grande a parcela dos jovens de baixa renda que, por começarem a trabalhar mais cedo, abandonam a escola.

Considerando a faixa etária dos 20 a 24 anos, entre 1992 e 2004, as taxas de crescimento do valor do rendimento médio mensal dos jovens que estudam e trabalham foram 15,62%, 22,57% e 108,83%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente (gráfico 3.21). Pelo fato do rendimento médio ter crescido mais no Ceará, este valor superou o observado no Nordeste, mas ainda está bem

abaixo do valor do Brasil. Entre os jovens que só trabalham, novamente, o Ceará apresentou a maior taxa de crescimento do valor do rendimento médio. No Ceará o valor do rendimento médio dos jovens de 20 a 24 anos que só trabalham se igualou ao valor recebido pelos jovens do Nordeste com mesma atividade, mas também continua abaixo do valor observado no Brasil.

Gráfico 3.21 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos – pessoas de 20 a 24 anos, segundo atividade socialmente definida – Brasil, Nordeste e Ceará – 1992 e 2004



A faixa de 20 a 24 anos representa a passagem dos jovens para vida adulta. E o trabalho é um dos principais elementos desse processo. No entanto, percebe-se que o valor do rendimento dos jovens que estudam e trabalham é superior ao dos jovens que só trabalham. Essa situação reflete o fato que, nessa faixa, a maioria dos jovens que só trabalham abandonou a escola antes de concluir o ensino médio. Portanto, esse diferencial de rendimento se deveria a diferença no nível de escolaridade entre esses dois grupos.

Considerando as diferenças por gênero pode-se constatar que em média as mulheres possuem um rendimento inferior aos dos homens em todas as faixas etárias e unidades geográficas consideradas (Tabela 3.6).

Tabela 3.6 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, a preços de setembro de 2004, segundo atividade socialmente definida, por sexo e localização geográfica - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992-2004

Grandes regiões	Valor do rendimento médio (R\$)											
	10 a 14 anos				15 a 19 anos				20 a 24 anos			
	Estudam e trabalham		Só trabalham		Estudam e trabalham		Só trabalham		Estudam e trabalham		Só trabalham	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil												
Masculino	32,16	26,56	61,59	66,68	172,07	171,25	193,38	248,23	384,09	431,15	380,98	430,79
Feminino	32,93	28,32	49,24	67,03	166,14	170,51	157,95	221,79	304,87	363,97	177,46	272,75
Nordeste												
Masculino	11,60	12,99	29,25	46,03	74,30	79,82	93,55	125,91	198,16	235,29	215,26	244,61
Feminino	12,72	14,38	27,80	24,70	67,93	80,90	66,69	103,18	156,81	198,02	78,18	136,07
Ceará												
Masculino	8,25	14,49	20,40	71,11	53,62	82,33	83,85	110,03	160,05	328,93	176,60	245,40
Feminino	13,58	11,11	22,97	48,84	60,61	78,81	73,59	96,41	117,50	238,89	50,26	139,61
Região Metropolitana	40,90	36,16	66,24	173,18	117,37	153,68	161,88	209,64	253,58	460,13	283,37	344,97
Região não metropolitana												
Urbana	4,05	9,39	12,74	42,19	27,42	51,96	50,08	75,18	57,02	132,95	42,67	125,74
Rural	23,64	22,71	54,79	112,03	82,44	106,05	133,17	145,57	215,28	346,19	212,91	265,40
	2,47	6,47	8,57	24,86	7,17	34,83	34,23	44,54	13,42	85,39	22,90	58,55

Fonte:PNAD / IBGE

Em termos da localização geográfica, no Ceará, percebe-se que os jovens que residem na região não metropolitana recebem um rendimento mensal muito inferior aos jovens residentes na região metropolitana. Essa relação torna-se ainda mais desigual quando se compara as regiões rural e urbana, principalmente na faixa etária de 10 a 14 anos.

3.2.3 Rendimento mensal segundo a idade que começou a trabalhar

Considerando tanto a educação quanto o trabalho como atividades centrais para a juventude, observamos que o nível educacional, as características familiares e geográficas são fatores importantes na determinação da decisão do jovem ingressar ou não no mercado de trabalho.

Como os jovens e adolescentes dependem primeiramente de suas famílias, jovens e adolescentes oriundos de classes sociais menos privilegiadas são mais vulneráveis às condições sócio-econômicas da região e podem ter suas vidas pessoal e profissional afetadas.

As conseqüências da entrada precoce das crianças no mercado de trabalho repercutem por toda a vida e impõe restrições severas para o desenvolvimento de suas potencialidades. O trabalho infantil prejudica o aproveitamento escolar da criança, além de sua capacidade de criar. As crianças tornam-se jovens adultos muito precocemente, sem desenvolver um lado essencial para a vida futura.

Crianças que trabalham têm um rendimento escolar menor, portanto, atingirão um nível de escolaridade final mais baixo do que o alcançado por aquelas que não trabalham. Conseqüentemente, quando adultos, terão salários menores do que os indivíduos que começaram a trabalhar mais tarde.

Além da baixa escolaridade dos jovens das regiões mais pobres, outro fator de complicação é que muitos desses jovens estão cursando séries anteriores às correspondentes à sua idade. Os níveis de renda mais baixos, aliados à

defasagem escolar, implicam em remunerações mais baixas e maior exposição ao trabalho precário reforçando o círculo perverso da pobreza e da exclusão.

A tabela 3.7 apresenta o valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos segundo a idade que começou a trabalhar. Percebe-se que os jovens que ingressam mais cedo no mercado de trabalho recebem remuneração inferior a dos que ingressaram mais tarde.

Tabela 3.7 - Valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, a preços de setembro de 2004, segundo a idade que começou a trabalhar - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992-2004

Idade que começou a trabalhar nos grupos de idade	Brasil		Nordeste		Ceará	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004
10 a 14 anos						
Até 9 anos	14,13	11,29	9,63	7,62	6,35	10,36
10 a 14 anos	43,32	37,74	18,80	19,56	14,22	20,55
15 a 19 anos						
Até 9 anos	32,46	95,49	45,15	51,18	37,32	55,00
10 a 14 anos	94,35	155,27	60,26	71,19	50,98	63,08
15 a 17 anos	140,83	251,74	93,29	148,30	81,18	146,35
18 a 19 anos	183,13	302,13	167,87	207,40	189,91	234,30
20 a 24 anos						
Até 9 anos	243,07	261,75	135,08	157,69	119,22	152,99
10 a 14 anos	287,67	346,32	141,06	171,38	117,90	168,65
15 a 17 anos	374,74	440,17	220,45	266,73	196,05	278,14
18 a 19 anos	383,98	474,37	255,95	323,43	215,51	357,99
20 a 24 anos	325,57	446,36	187,20	302,20	183,14	298,05

Fonte: IBGE/PNAD

Entre os jovens de todas as faixas etárias consideradas, os que começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade possuem um rendimento médio mensal inferior ao rendimento recebido pelos jovens que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos 15 anos. Essa disparidade nos valores dos rendimentos é reflexo, principalmente, da baixa escolaridade dos jovens que ingressam mais cedo no mercado de trabalho.

4 PERFIL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DOS JOVENS

O ambiente familiar exerce grande influência sobre as condições habitacionais, o consumo, a renda e a educação dos jovens. Todas as carências a que as famílias estão sujeitas afetam diretamente os jovens, menos do que as crianças, pois a dependência financeira declina com a idade, mas os determinantes do bem-estar que poderão alcançar na vida adulta, nível educacional, por exemplo, são definidos nesta faixa etária.

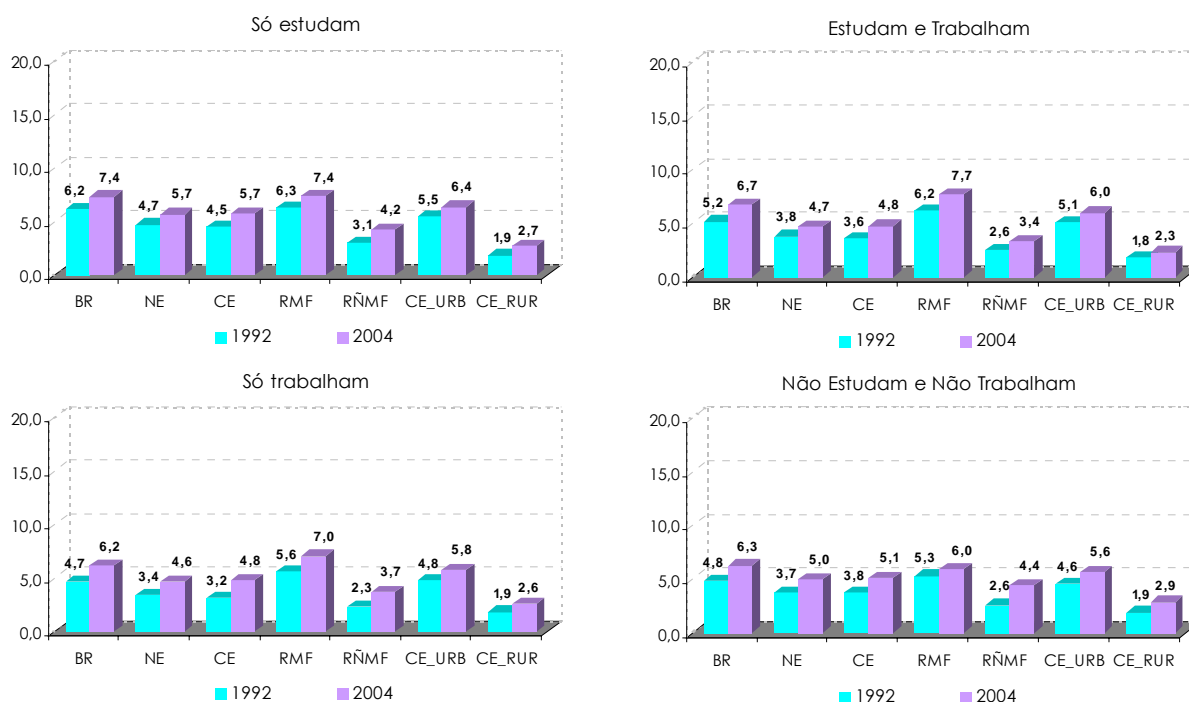
Muitos fatores influem na qualidade de vida deste grupo etário, tais como a escolaridade dos pais, a renda média da família, o acesso a escolas de qualidade, o congestionamento domiciliar, entre outras tantas que podem ser consideradas, mas normalmente são difíceis de dimensionar.

Em virtude do peso que o ambiente familiar tem na formação dos jovens no Brasil, nesta seção observaremos algumas características dos chefes de domicílios, dos jovens de 10 a 24 anos, relativo ao setor de atividade que estes se inserem, a posição na ocupação, a renda domiciliar *per capita* das famílias dos jovens, a renda média do chefe do domicílio e a média de anos de estudo desses chefes, e também a situação de moradia destas famílias quanto ao saneamento básico, densidade habitacional e consumo de bens duráveis, isto conforme as quatro situações que os jovens possam se encontrar:

- 1) Jovens que Só Estudam: são jovens que seriam economicamente dependentes, considerados ainda não pobres e solteiros que moram com a família;
- 2) Jovens que Estudam e Trabalham: esta etapa do ciclo vital caracterizaria a passagem da vida jovem para a vida adulta;
- 3) Jovens que Só trabalham: constitui-se por jovens que possivelmente abandonaram a escola, configurando assim, uma postura mais adulta;
- 4) Jovens que Não Estudam e Não Trabalham: jovens que estariam numa situação mais grave de exclusão social.

Como se observa do gráfico 4.1, no Estado do Ceará, no Brasil e na Região Nordeste, tanto em 1992 como em 2004, a média de anos de estudo do chefe do domicílio dos jovens que só estudam é, como se esperava, maior que a do chefe dos jovens que se encontram nas outras três situações anteriormente citadas.

Gráfico 4.1: Média de anos de estudo do chefe do domicílio das famílias com jovens de 10 a 24 anos - Brasil, Nordeste, Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza e Não Metropolitana, Ceará Urbano e Ceará Rural - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Em 1992, no Ceará, a média de anos de estudo do chefe do domicílio dos jovens que só estudavam era de 4,5 anos, enquanto que a média do Brasil e do Nordeste era de 6,2 e 4,7 anos de estudo, respectivamente. Já em 2004, o chefe do domicílio dos jovens cearenses que só estudavam passou para 5,7 anos, apresentando um crescimento de 26,4%, chegando a se equiparar com o Nordeste na média de anos de estudo.

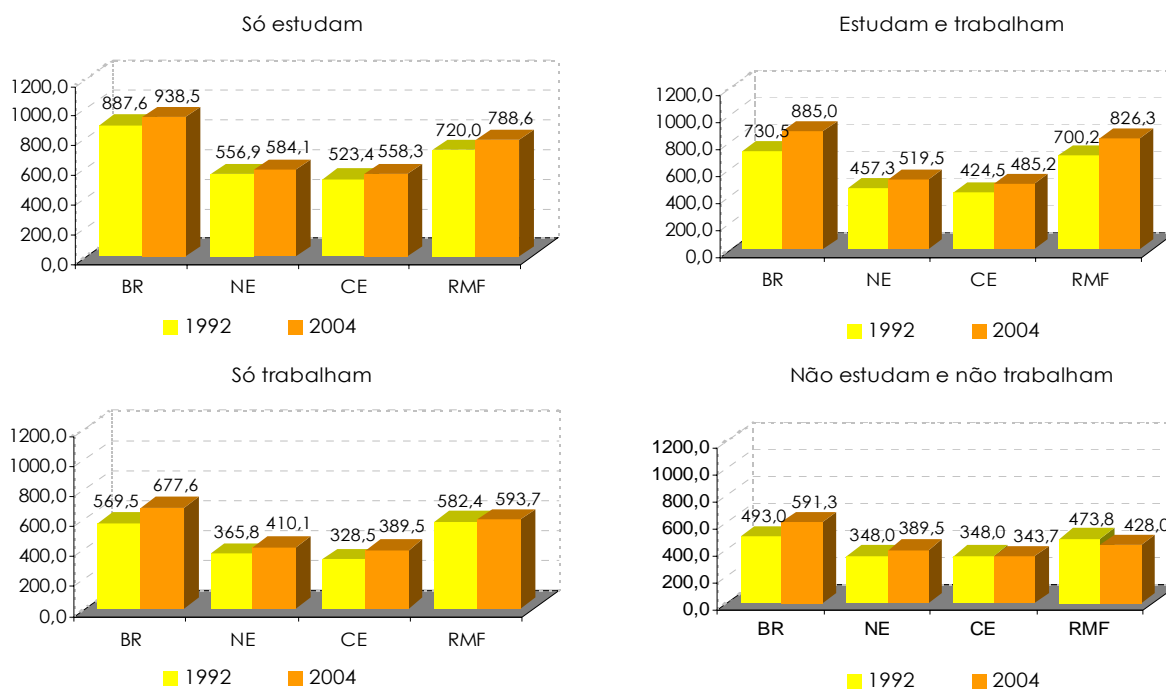
A menor média de anos de estudo do chefe de domicílio dos jovens se encontra entre as famílias cujos jovens só trabalham, isto acontece para o ano de 1992, no

Ceará, Brasil e no Nordeste. Em 2004, esta baixa média de anos de estudo se confirma para o Brasil e para o Nordeste, havendo um empate no Ceará na menor média de anos de estudo entre os chefes do domicílio de jovens que só trabalham e os que estudam e trabalham.

Verifica-se ainda, que independente da situação em que se encontravam os jovens em 1992 e 2004, as piores médias de anos de estudo são as dos chefes de domicílios localizados no Ceará Rural, devido naturalmente, as precárias condições de acesso à educação desta porção do Estado do Ceará.

Como poderia se esperar, a média de anos de estudo do chefe do domicílio dos jovens que só estudam é maior no Ceará, Brasil e Nordeste. Da mesma forma, a renda média dos chefes de domicílios deste grupo é maior que a dos chefes dos domicílios com jovens nas outras três situações (os que estudam e trabalham, os que só trabalham e os que não estudam e não trabalham), como se observa do gráfico 4.2 a seguir. No Estado do Ceará, em 1992, a renda média do chefe do domicílio dos jovens que só estudavam era de R\$ 523,40, que comparada a renda dos demais chefes era mais elevada cerca de 30%, em média. Já no Brasil e no Nordeste, a renda média desses chefes era de R\$ 887,60 e R\$ 556,90, respectivamente, e quando comparada a renda dos demais chefes estas eram mais elevadas cerca de 33%, em média.

Gráfico 4.2: Renda média do chefe do domicílio das famílias com jovens de 10 a 24 anos - Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE.

Em 2004, tanto no Ceará, como no Brasil e no Nordeste, os rendimentos mais elevados continuaram a ser dos chefes dos domicílios cujos jovens somente estudavam. Entretanto, a distância entre a renda média desses chefes em comparação com as dos demais chefes se reduziu. No Ceará a renda média desses chefes era de R\$ 558,30, renda esta mais elevada que a dos demais cerca de 27%, em média. Com relação aos rendimentos do Brasil e do Nordeste, esta diferença foi de 23% e 25%, respectivamente, maior que as demais rendas.

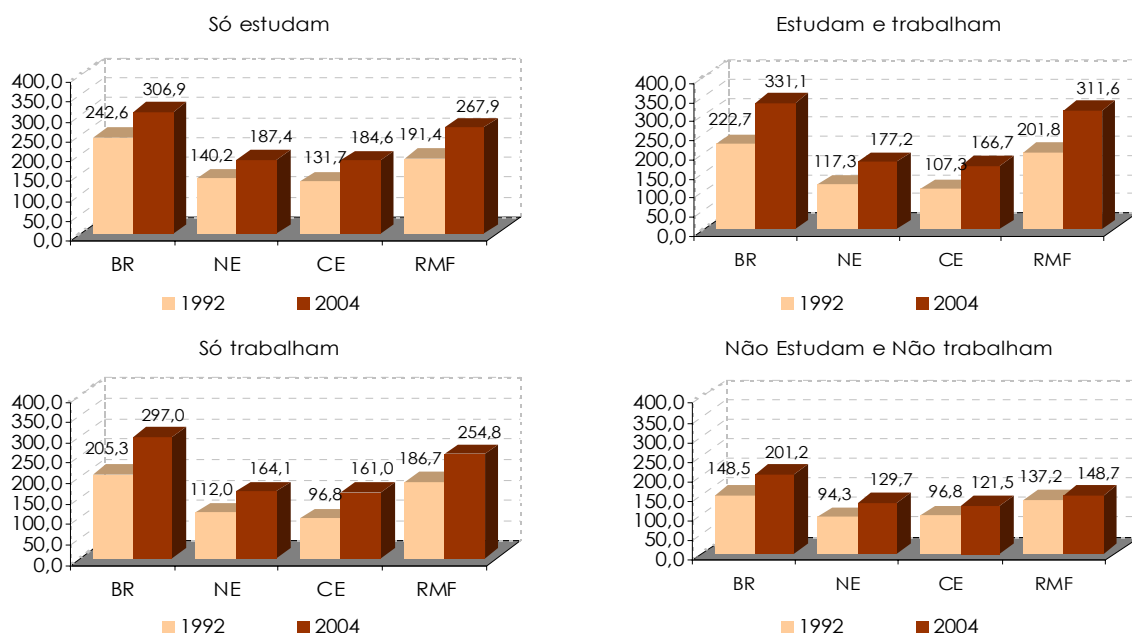
A renda média mais baixa, nos dois anos considerados, independentemente da situação dos jovens, é a renda dos chefes de domicílios que residem nas áreas rurais do Ceará. Mas, o interessante é que, em 2004, dentro dessa área, a maior renda média foi a do chefe de domicílio cujos jovens estudavam e trabalhavam, sendo cerca de R\$ 260,60.

Outro fato a se destacar com relação à renda média dos chefes de domicílio é que, em 2004, dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, essa renda era mais

elevada entre os chefes cujos jovens estudavam e trabalhavam, essa renda era de R\$ 826,30, sendo esta menor somente que a renda dos chefes do Brasil cujos jovens só estudavam e que estudavam e trabalhavam, cerca de R\$ 938,50 e R\$ 885,00, respectivamente.

Outro indicador que pode caracterizar o perfil das famílias dos jovens é a renda média domiciliar *per capita*, considerando a situação dos jovens nessas famílias. Como se observa do Gráfico 4.3 abaixo, em 1992, as maiores rendas se encontravam nas famílias cujos jovens só estudavam, tanto no Ceará, como no Brasil e no Nordeste. Já em 2004, a renda média domiciliar *per capita* das famílias muda de comportamento, no Ceará e no Nordeste, essa renda é mais elevada entre as famílias cujos jovens só estudavam, sendo seus valores R\$ 184,60 e R\$ 187,40, respectivamente. Enquanto que no Brasil, nesse mesmo ano, a maior renda *per capita* foi entre as famílias cujos jovens estudavam e trabalhavam.

Gráfico 4.3: Renda média domiciliar *per capita* das famílias com jovens de 10 a 24 anos - Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza - 1992-2004



Fonte: microdados da PNAD/IBGE.

Um fato interessante a se destacar, é que na Região Metropolitana de Fortaleza, tanto em 1992 como em 2004, as rendas *per capita* mais altas estavam entre as famílias cujos jovens estudavam e trabalhavam, essas eram R\$ 201,80 e R\$ 311,60,

respectivamente. Sendo esta última a maior renda *per capita*, seja entre as localidades, exceto o Brasil, ou entre as famílias por situação dos jovens.

Após ter abordado as três principais características que compõem o perfil das famílias compostas por jovens de 10 a 24 anos, as quais foram a média de anos de estudo do chefe do domicílio das famílias com jovens, a renda média do chefe desses domicílios e a renda domiciliar *per capita*, examinar-se-á em que setor de atividade se inserem os chefes desses domicílios.

Tabela 4.1: Setor de atividades do chefe do domicílio segundo a situação dos jovens, Brasil, Nordeste, Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza, Região não Metropolitana de Fortaleza, Ceará Urbano e Ceará Rural – 1992 e 2004

Localidade	Situação do Jovem	Setores de Atividade							
		AGRÍCOLA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		OUTRAS ATIVIDADES	
		1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
BR	Só estudam	18,2	17,7	28,2	26,7	51,2	48,2	2,5	7,4
	Estudam e trabalham	34,0	30,4	22,1	21,4	42,3	42,2	1,7	6,0
	Só trabalham	40,0	32,2	22,8	23,6	35,8	38,9	1,4	5,2
	Não estudam e não trabalham	26,6	21,2	29,1	27,1	42,8	45,9	1,5	5,9
NE	Só estudam	32,9	32,4	18,9	19,0	46,2	43,5	2,0	5,1
	Estudam e trabalham	50,6	49,3	14,5	13,8	33,9	33,7	1,0	3,2
	Só trabalham	55,5	50,3	15,7	15,1	27,7	31,4	1,0	3,3
	Não estudam e não trabalham	40,2	34,4	21,6	19,9	37,0	41,3	1,1	4,4
CE	Só estudam	34,6	28,6	18,7	21,8	45,3	44,3	1,4	5,3
	Estudam e trabalham	46,1	46,9	18,0	14,8	35,2	34,4	0,7	3,9
	Só trabalham	55,1	46,8	17,4	17,6	26,8	32,1	0,7	3,6
	Não estudam e não trabalham	33,7	31,5	25,1	23,8	40,2	40,1	1,0	4,6
RMF	Só estudam	5,6	4,0	27,4	27,8	64,3	59,4	2,7	8,7
	Estudam e trabalham	5,2	5,2	28,3	27,0	65,0	57,8	1,6	10,1
	Só trabalham	9,8	7,9	31,6	28,9	55,8	54,9	2,8	8,3
	Não estudam e não trabalham	6,5	6,6	35,7	31,7	55,3	54,8	2,5	6,9
RÑMF	Só estudam	56,6	49,2	12,1	16,7	30,8	31,6	0,5	2,5
	Estudam e trabalham	60,6	64,5	14,3	9,6	24,7	24,5	0,4	1,3
	Só trabalham	69,9	63,3	12,7	12,8	17,3	22,4	0,0	1,6
	Não estudam e não trabalham	52,6	50,6	17,8	17,8	29,6	28,9	0,0	2,8
CE_URB	Só estudam	15,0	15,0	22,9	25,2	60,1	53,1	1,9	6,6
	Estudam e trabalham	13,2	26,1	23,7	19,2	61,9	48,7	1,3	5,9
	Só trabalham	19,6	22,6	26,7	24,7	52,1	47,1	1,6	5,6
	Não estudam e não trabalham	10,2	16,7	33,2	28,4	55,0	49,1	1,6	5,8
CE_RUR	Só estudam	81,9	80,5	8,5	8,5	9,5	10,7	0,2	0,3
	Estudam e trabalham	82,2	85,2	11,7	6,5	6,1	8,0	0,0	0,2
	Só trabalham	82,2	90,2	10,2	4,7	7,5	5,0	0,0	0,0
	Não estudam e não trabalham	77,9	84,3	9,8	7,7	12,2	8,0	0,0	0,0

Fonte: microdados da PNAD/IBGE.

A tabela 4.1 mostra que em 1992 e em 2004, os chefes de domicílios onde os jovens só estudavam, estavam concentrados no setor de atividade serviços, exceto na Região não Metropolitana de Fortaleza e no Ceará Rural, os quais ficaram alocados no setor de atividade agrícola. Os chefes de domicílios cujos jovens estudavam e trabalhavam, neste período, nas localidades do Ceará, Nordeste, Região não Metropolitana de Fortaleza e Ceará Rural, concentraram-se no setor de atividade agrícola, enquanto os que residiam na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará Urbano e no Brasil, alocaram-se no setor de atividade serviços.

Com relação aos chefes dos domicílios onde os jovens só trabalham, que residem nas localidades do Nordeste, Ceará, Região não Metropolitana de Fortaleza e Ceará Rural, esses se concentraram no setor de atividade agrícola, tanto em 1992 como em 2004. Neste período, os chefes dos domicílios com jovens nessa situação que residem na Região Metropolitana de Fortaleza e na porção Urbana do Ceará, alocaram-se no setor de atividades de serviços (tabela 4.1). No Brasil esses chefes, em 1992, concentraram-se no setor de atividade agrícola, passando a se alocarem em 2004, no setor de atividade serviços.

Os chefes dos domicílios cujos jovens não estudam e nem trabalham, nos dois anos em consideração, que residem no Ceará, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará Urbano e no Brasil, estavam alocados em sua maioria no setor de atividade serviços. Já os chefes dos domicílios desses jovens da Região não Metropolitana de Fortaleza e da porção Rural do Ceará, concentraram-se no setor de atividade agrícola.

Em particular, os chefes dos domicílios, no Nordeste em 1992, onde os jovens não estudam e não trabalham estavam em sua maioria (40,2%) alocados no setor de atividade agrícola, passando em 2004, a se deslocarem para o setor de atividade serviços (41,3%).

Após a análise da média de anos de estudo do chefe do domicílio das famílias com jovens de 10 a 24 anos, da renda média do chefe, da renda média domiciliar *per capita* das famílias e do setor de atividades do chefe do domicílio

segundo a situação dos jovens, será analisada a posição na ocupação desses chefes.

Para analisar a posição na ocupação dos chefes dos domicílios dos jovens em consideração observou-se seis tipos de ocupação: 1) Empregado com carteira assinada, militar ou funcionário público; 2) Empregado sem carteira assinada; 3) Conta própria⁵; 4) Trabalhador doméstico; 5) Empregador e 6) Trabalhador sem remuneração⁶ e sem declaração.

Tabela 4.2: Posição na ocupação do chefe do domicílio segundo as atividades socialmente definidas - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF - 1992-2004

Localidade	Situação do Jovem	Posição na Ocupação											
		Emp. c/ cart, militar ou func pub		Emp. s/ cart.		Conta própria		Trab. doméstico		Empregador		Trab.s/ remuneração e s/ declaração	
		1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
BR	Só estudam	45,9	41,9	12,0	14,9	30,2	29,1	2,7	5,2	7,4	6,7	1,84	2,18
	Estudam e trabalham	32,3	30,8	13,3	13,8	40,9	39,0	2,4	4,7	8,0	8,3	3,01	3,31
	Só trabalham	32,9	35,6	17,6	16,8	34,4	29,8	2,6	4,5	5,6	5,0	6,90	8,29
	Não estudam e não trabalham	42,5	40,2	19,8	20,6	28,6	27,5	3,0	6,0	3,9	3,3	2,14	2,39
NE	Só estudam	32,6	29,2	16,4	18,8	41,2	38,8	1,9	4,7	5,5	4,5	2,35	3,94
	Estudam e trabalham	18,8	16,7	16,5	16,2	54,1	52,6	1,3	4,1	6,2	5,6	3,10	4,90
	Só trabalham	18,3	19,8	22,1	22,0	46,8	41,2	1,5	3,3	4,7	3,8	6,65	9,81
	Não estudam e não trabalham	28,6	28,2	25,9	26,6	37,3	34,5	2,0	4,4	3,5	2,8	2,77	3,42
CE	Só estudam	28,0	27,4	20,3	19,5	38,0	40,6	1,6	5,1	8,5	4,6	3,49	2,68
	Estudam e trabalham	16,5	15,7	18,6	16,5	50,6	55,1	1,1	4,2	8,7	6,0	4,45	2,66
	Só trabalham	14,7	19,6	27,2	21,3	40,9	44,3	1,1	3,0	6,7	3,7	9,38	8,06
	Não estudam e não trabalham	23,0	27,3	29,8	27,4	36,0	36,9	3,2	3,6	4,5	2,0	3,58	2,78
RMF	Só estudam	47,3	41,0	13,3	17,5	29,4	27,8	2,8	7,5	6,5	5,4	0,63	0,71
	Estudam e trabalham	43,0	37,6	13,5	16,9	31,5	30,3	3,2	7,1	8,0	6,8	0,80	1,36
	Só trabalham	39,9	40,5	20,3	20,5	28,0	24,8	2,8	6,8	6,9	4,0	2,13	3,34
	Não estudam e não trabalham	42,2	38,6	21,5	25,0	28,6	26,8	3,5	7,3	4,0	2,0	0,21	0,22
RNMF	Só estudam	13,3	16,0	25,6	21,1	44,6	51,4	0,7	3,1	10,1	4,0	5,67	4,32
	Estudam e trabalham	7,2	6,4	20,4	16,3	57,3	65,6	0,4	2,9	9,0	5,6	5,74	3,20
	Só trabalham	6,4	10,7	29,5	21,6	45,1	52,6	0,5	1,4	6,7	3,6	11,75	10,08
	Não estudam e não trabalham	9,6	18,6	35,6	29,2	41,1	44,7	3,0	0,8	4,8	2,0	5,93	4,74
CE_URB	Só estudam	38,3	33,3	16,2	18,8	33,6	35,0	2,3	6,1	8,4	5,1	1,18	1,79
	Estudam e trabalham	30,0	22,2	17,2	17,4	40,1	45,9	2,1	5,6	8,1	7,0	2,43	1,95
	Só trabalham	30,1	29,2	24,7	21,6	31,7	35,8	2,3	4,7	6,3	4,0	4,83	4,76
	Não estudam e não trabalham	32,5	33,4	25,6	25,3	31,2	33,3	4,6	4,6	4,7	2,0	1,47	1,27
CE_RUR	Só estudam	3,1	5,2	30,2	22,3	48,8	62,3	0,0	1,3	8,8	2,8	9,08	6,06
	Estudam e trabalham	1,8	3,7	20,2	14,8	62,1	72,1	0,0	1,6	9,3	4,0	6,65	3,96
	Só trabalham	2,9	2,4	29,1	20,7	47,9	59,5	0,2	0,1	7,0	3,2	12,85	14,00
	Não estudam e não trabalham	5,0	5,4	37,7	34,8	45,0	49,8	0,6	0,0	4,0	1,9	7,57	8,15

Fonte: microdados da PNAD/IBGE.

⁵ Segundo o IBGE esse trabalho é realizado por pessoa que explora o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

⁶ Para efeito de divulgação, as categorias **trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar** e **outro trabalhador não-remunerado** foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de **não-remunerado**, assim como é adotado na PNAD.

Quanto a posição na ocupação segundo as atividades socialmente definidas, verifica-se que os chefes dos domicílios cujos jovens só estudam, nos anos de 1992 e 2004, no Ceará, Nordeste, Região não Metropolitana de Fortaleza e Ceará Rural, estavam em sua maioria trabalhando por conta própria (Tabela 4.2). Neste mesmo intervalo de tempo esta ocupação sofreu maior decréscimo entre os chefes brasileiros de domicílios onde os jovens só trabalhavam (-13,3%), e apresentou crescimento entre os chefes do Ceará Rural onde os jovens só estudavam (27,7%).

Com relação ao Brasil e a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), os chefes de domicílio cujos jovens só estudavam, estavam em grande parte ocupados com emprego de carteira assinada, militar ou funcionário público. Em 1992, no Brasil e na RMF esses percentuais eram de 45,9% e 47,3%, respectivamente, passando em 2004 para cerca de 41% nas duas localidades. Nesse período, essa ocupação apresentou maior crescimento entre os chefes do Ceará Rural cujos jovens estudavam e trabalhavam (107,6%), e sofreu maior decréscimo entre os chefes do Ceará Urbano onde os jovens também estudavam e trabalhavam (-26,1%).

Os chefes de domicílios cujos jovens estudam e trabalham, tanto em 1992 como em 2004, considerando-se todas as localidades observadas, somente com exceção da RMF, se concentram na ocupação por conta própria. Já na RMF, esses mesmos chefes estão em sua maior parte inseridos na ocupação de empregado com carteira assinada, militar ou servidor público (tabela 4.2).

Referente aos chefes de família onde os jovens só trabalham, esses estão alocados principalmente na ocupação por conta própria, com exceção somente dos chefes que residem na RMF. Tais chefes estão predominantemente inseridos na ocupação de emprego com carteira assinada, militar ou serviço público, em 1992 o percentual da participação desses chefes nessa ocupação era de 39,9% passando em 2004 para 40,5%.

Quanto aos chefes de domicílio cujos jovens não estudam e não trabalham e que residem no Ceará, Nordeste, Região não Metropolitana de Fortaleza e no

Ceará Rural, esses estão em sua maioria na posição de ocupação por conta própria. Em 2004 essa participação chega a 36,9% no Ceará e a 49,8% na porção Rural do Estado do Ceará (tabela 4.2).

Há alguns fatos importantes que merecem destaque neste ponto como, por exemplo, o fato de a ocupação por conta própria concentrar a grande maioria dos chefes dos domicílios independentemente da situação em que se encontram os jovens, ou seja, sendo esses jovens pessoas que só estudam, estudam e trabalham, só trabalham e ainda não estudam e não trabalham.

No Ceará observou-se que os chefes de domicílios onde os jovens estudam e trabalham migraram para o trabalho doméstico apresentando crescimento dessa ocupação entre esses chefes em torno de 280%. Contudo a localidade que mais apresentou crescimento nesse tipo de ocupação foi Região não Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente entre os chefes de domicílio cujos jovens estudam e trabalham (717,7%) e os que só estudam (317,3%).

Independente da situação em que se encontram os jovens, ou seja, só estudando, estudando e trabalhando, só trabalhando e não estudando e não trabalhando, os chefes dos domicílios que apresentaram em média menos anos de estudo foram os chefes residentes na porção Rural do Estado do Ceará. Dentre as localidades observadas, os chefes que possuíam em média mais anos de estudo foram os chefes residentes na Região Metropolitana de Fortaleza.

Frente a essa constatação, os chefes que auferem as menores rendas médias são aqueles que residem no Ceará Rural. Para se ter idéia, em 1992, a renda média do chefe residente nessa parte do Ceará onde os jovens só estudavam, correspondia a 34,2% a renda média desse mesmo tipo de chefe que residia na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Já em 2004, essa mesma relação percentual caiu para apenas 30,8%, deixando os do Ceará Rural ainda mais distantes dos rendimentos percebidos pelos chefes da RMF.

Quanto à renda média domiciliar *per capita*, esta é, de modo geral, menor entre os chefes dos domicílios do Ceará Rural, mas principalmente nos domicílios cujos

jovens não estudam e não trabalham. Em 1992, essa renda era de R\$ 47,90 nos domicílios rurais cearenses onde os jovens estudavam e trabalhavam, o que correspondia a somente 23,7% da renda dos domicílios localizados na RMF. Em 2004, essa disparidade entre as rendas domiciliares *per capita* ainda persiste, chegando a 25,4%.

Outro ponto relevante a se destacar, é que independente da situação dos jovens, os chefes domicílios localizados na Região Não Metropolitana de Fortaleza (RNMF) e no Ceará Rural (CE_RUR), estão, em sua grande maioria, inseridos no setor de atividade agrícola, o que, em parte, explica as baixas rendas médias e domiciliares *per capita* dos chefes que residem nessas localidades.

Finalmente, quanto à posição na ocupação há que se destacar que a maioria dos chefes dos domicílios investigados está trabalhando por conta própria, principalmente os chefes residentes no CE_RUR. Este último fato caracteriza uma certa fragilidade desses chefes quanto à posição que ocupam no mercado de trabalho, dado que o trabalho por conta própria é formado majoritariamente por trabalhadores informais, ou seja, trabalhadores que vivem o seu dia-a-dia na incerteza de seu sustento e de suas famílias.

Deste modo, e diante desse retrato, constata-se que as famílias mais frágeis estão localizadas na porção Rural do Ceará, seguidas pelas que residem na Região Não Metropolitana de Fortaleza, quando comparadas às demais famílias residentes no Brasil, Nordeste, Ceará, RMF e Ceará Urbano. Tal fragilidade faz com que os jovens residentes nessas localidades possam ser considerados mais vulneráveis que os demais, sendo assim necessário que os formuladores de políticas públicas dêem uma atenção especial a essa parcela da juventude.

5 SAÚDE NA JUVENTUDE

Diversos aspectos relacionados à saúde afetam as condições de vida da juventude. Dentre estes fatores, destacam-se as mortes violentas entre os jovens, a mortalidade por causas internas e a gravidez precoce. Desta forma, nesta seção serão analisados alguns desses indicadores relacionados à questão da saúde que denotam a vulnerabilidade juvenil, possibilitando uma melhor compreensão de como esses aspectos impactam na vida da população jovem.

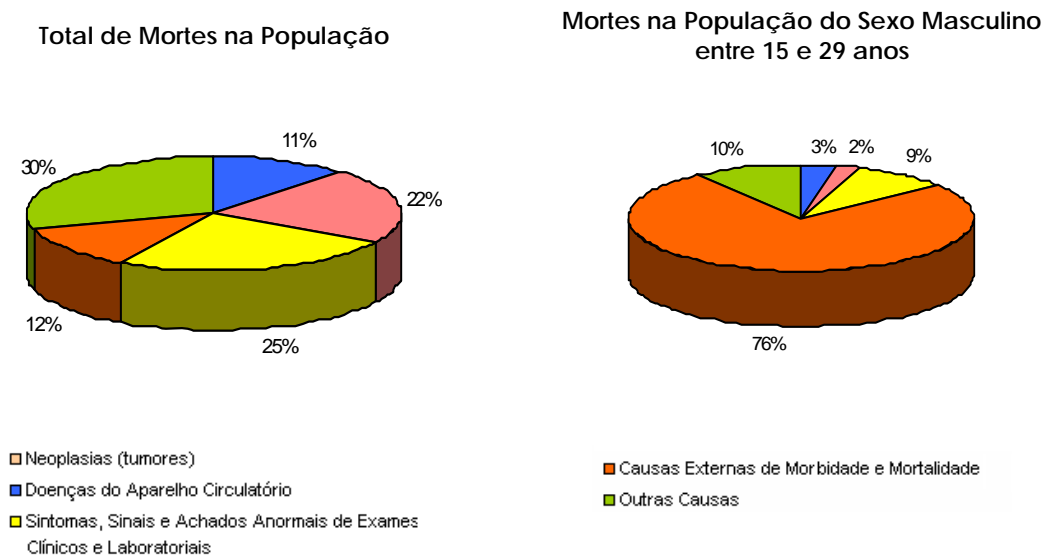
5.1 Mortalidade por causas externas na juventude

O Brasil vem apresentando nos últimos anos um aumento crescente de óbitos por causas externas e, em particular, as causas violentas, entre os jovens. Estas causas de morte hoje superam as mortes por epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de óbitos entre os jovens nas décadas passadas.

As mortes por causas externas são identificadas como aquelas provocadas pela intervenção humana, dentre as quais se destacam: homicídios, acidentes de trânsito e suicídios consideradas como causas violentas⁷.

No que se refere a estas causas de morte, tem se observado que as decorrentes de fatores externos vêm adquirindo significativo peso na estrutura geral dos óbitos, afetando principalmente a população jovem do sexo masculino. Como se observa no gráfico abaixo, as mortes em decorrência de causas externas correspondem a 12% das causas de morte na população do Estado do Ceará, no entanto, quando direcionada a atenção para a população jovem masculina entre 15 e 29 anos, as mortes ocasionadas por fatores externos correspondem a 76% das causas de morte deste grupo. Ou seja, mais de 3/4 dos jovens que morrem anualmente tem este acontecimento ocasionado por fatores externos, com destaque para os homicídios.

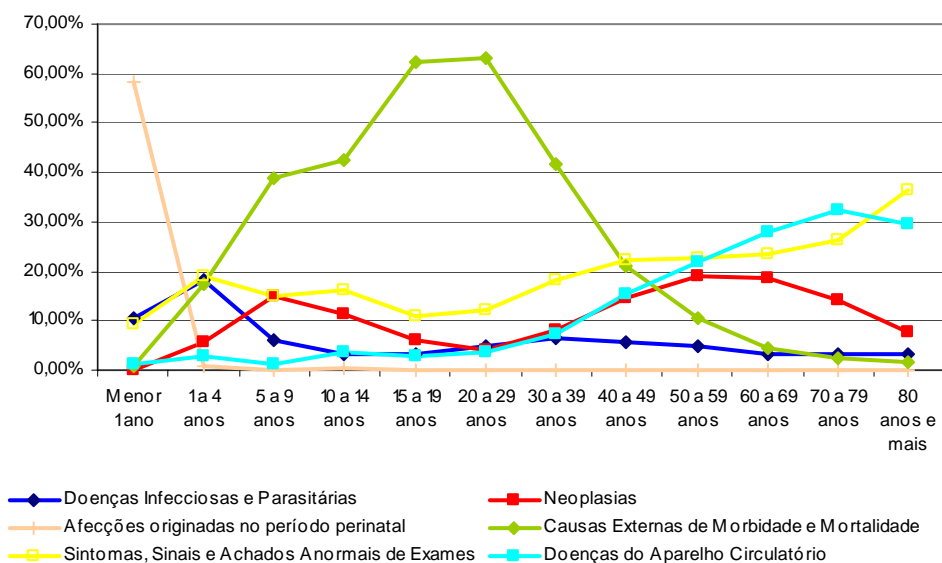
⁷ A definição das causas de mortalidade, baseia-se nas codificações da CID-10 usadas nas declarações de óbitos do DATASUS do Ministério da Saúde.

Gráfico 5.1: Principais Causas de Mortalidade no Ceará – 2004

Fonte: DATASUS/MS

Esta maior vulnerabilidade dos jovens também é verificada quando se analisa as principais causas de mortalidade, como porcentagem do total, por faixa etária, como se observa no gráfico 5.2 a seguir. Nota-se claramente que as mortes por causas externas representam a grande maioria de óbitos nas faixas de idade de 15 a 19 anos e de 20 a 29 anos, estando acima de 60% de todas as causas de mortalidade.

Gráfico 5.2: Principais causas de mortalidade no Ceará, por grupos de idade – 2004 (Grandes Grupos)

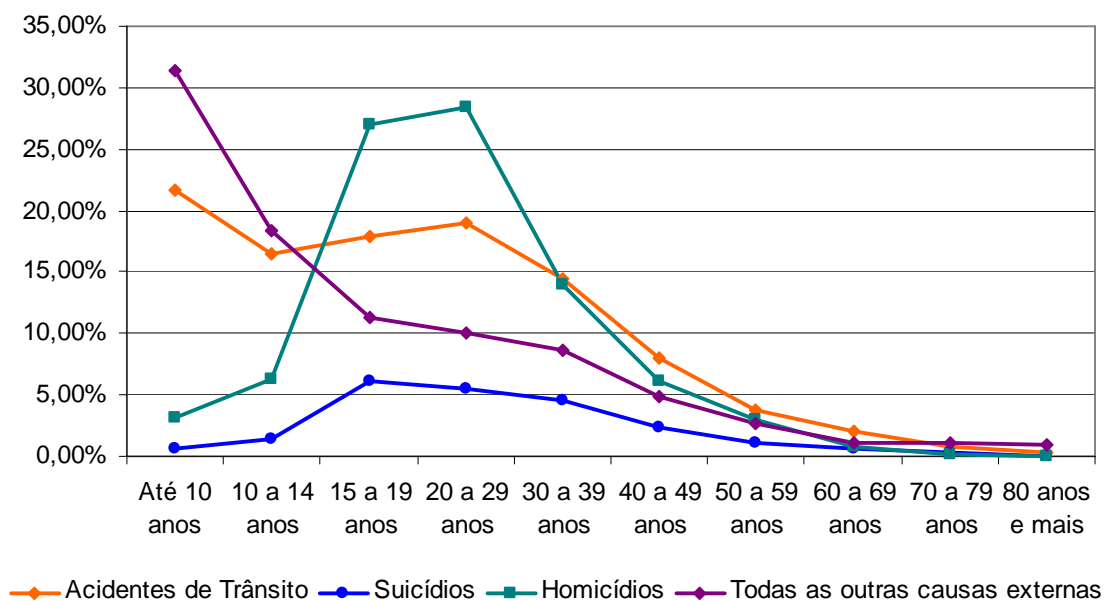


Fonte: DATASUS/MS

Nos últimos anos tem crescido a violência nas grandes cidades provocando, principalmente entre os jovens, aumento de mortalidade por causas externas e mais notadamente as causas violentas (acidentes de trânsito, suicídios e homicídios).

Desagregando as causas de mortes por causas externas, verifica-se que três fatores se apresentam como causadores de óbito de forma destacada: Homicídio, Acidentes de Trânsito e Suicídios. A partir do gráfico 5.3 pode se observar que os percentuais de causas de morte por causas violentas se intensificam nas faixas etárias mais jovens, com destaque para os homicídios, que chegam a representar aproximadamente 30% das mortes de jovens entre 15 e 29 anos. Devem ser destacadas ainda, as mortes ocasionadas por acidentes de trânsito, que representam cerca de 20% das causas de mortes da população com menos de 30 anos, com esta participação declinando após esta idade.

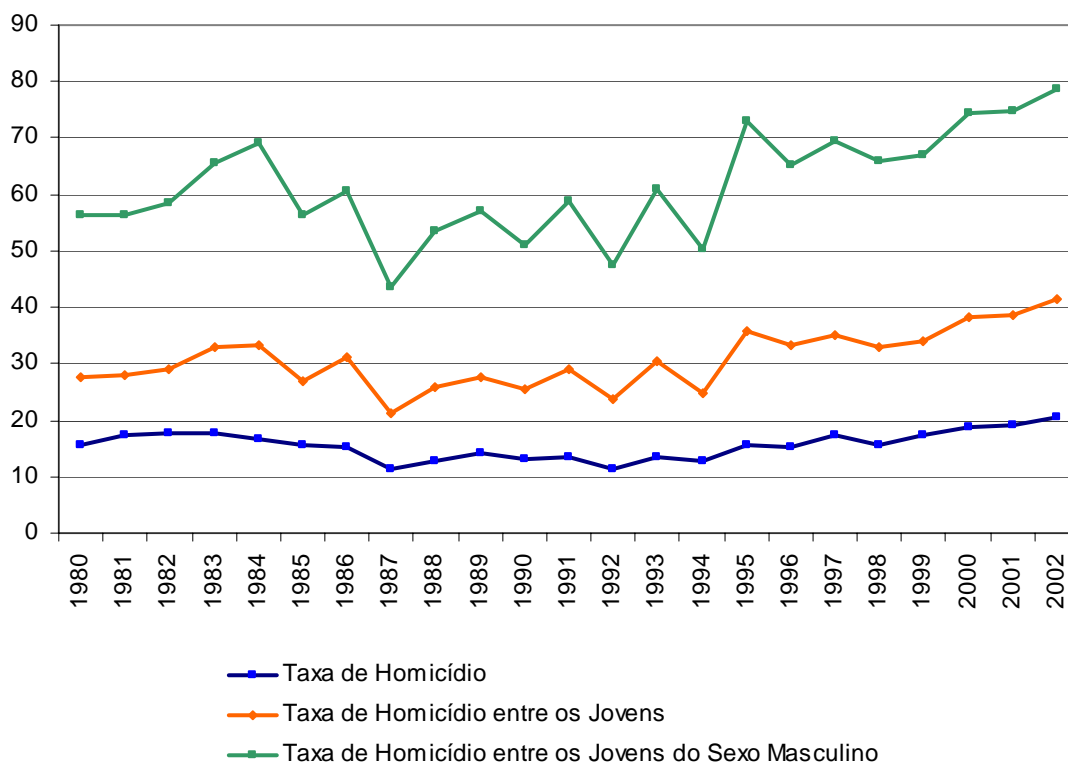
Gráfico 5.3: Principais causas externas de mortalidade no Ceará, por grupos de idade – 2004



Fonte: DATASUS/MS.

Esta maior dimensão da mortalidade por causas externas em geral, com destaque para homicídios, observada entre os jovens de 15 a 24 anos, é confirmada quando se considera as taxas de mortalidade. No gráfico a seguir, são apresentadas as evoluções das taxas de homicídios por 100.000 habitantes ao longo do tempo, considerando a população como um todo, a população de jovens entre 15 e 29 anos e a população jovens do sexo masculino. Mais uma vez, fica evidenciada a maior vulnerabilidade da população jovem aos homicídios, em especial, os jovens do sexo masculino, que apresentam taxas de homicídios aproximadamente 4 vezes superiores às verificadas na população como um todo.

Gráfico 5.4: Evolução das taxas de homicídio no Ceará - Grupos Populacionais - 1980-2002



Fonte: DATASUS/MS.

A tabela 5.1 apresenta as taxas de mortalidade por causas externas, de uma forma mais discriminada, para os jovens de 15 a 24 anos, segundo o sexo, no Brasil, Nordeste e Ceará nos anos de 1992 e 2004.

Observando as taxas de mortalidade por causas violentas na tabela 5.1, constatou-se um crescimento durante o período nas três regiões analisadas, sendo mais expressivos para o Ceará entre os jovens do sexo masculino, que passou de 45,38 casos por 100.000 habitantes em 1992 para 113,71 em 2004, registrando aumento de 150,58%. No Nordeste este aumento foi da ordem de 98% e no Brasil 47%. Vale ressaltar que embora o crescimento da mortalidade por causas violentas entre os homens de 15 a 24 anos tenha sido maior para o Nordeste e o Ceará, o Brasil ainda apresenta uma taxa superior. Em 2004 registrou-se no Brasil 140,41 mortes em 100.000 jovens enquanto no Nordeste e Ceará este valor foi igual a 112,02 e 113,71, respectivamente. Estes dados indicam que a violência no Brasil não se restringe mais ao eixo Rio/São Paulo,

sendo atualmente problema nas grandes metrópoles e municípios de grande e médio porte.

Tabela 5.1: Taxa de mortalidade por causas externas na faixa etária de 15 a 24 anos Brasil – Nordeste - Ceará 1992-2004

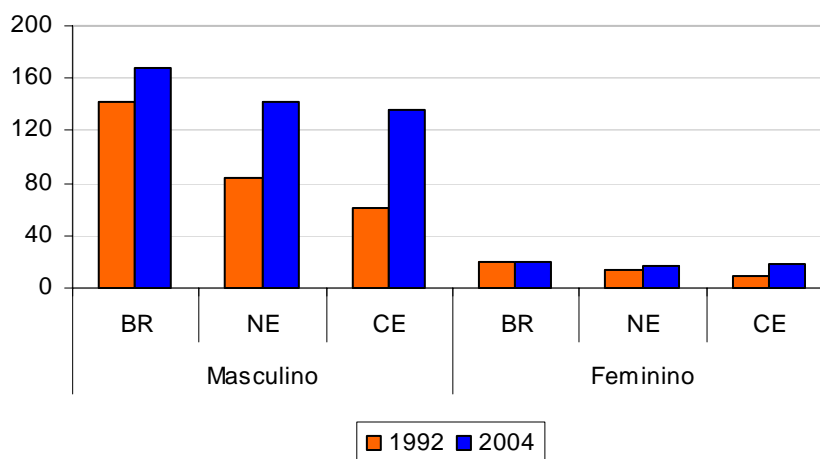
Região e Tipo de acidente/violência	Masculino		Feminino		Total	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil						
Causas Violentas	95,49	140,41	14,14	16,63	54,61	78,60
Acidente transporte	30,73	36,65	7,78	7,82	19,19	22,26
Suicídio	5,68	7,08	1,93	2,24	3,80	4,66
Homicídio	59,08	96,69	4,43	6,57	31,62	51,68
Demais causas externas	46,71	27,17	6,46	3,27	26,47	15,24
Total de causas externas	142,19	167,59	20,60	19,90	81,07	93,84
Nordeste						
Causas Violentas	56,46	112,02	8,93	12,47	32,41	62,31
Acidente transporte	17,65	27,87	5,05	5,54	11,26	16,73
Suicídio	2,52	4,99	1,02	1,86	1,78	3,42
Homicídio	36,29	79,16	2,86	5,07	19,38	42,16
Demais causas externas	28,21	30,25	4,53	4,19	16,17	17,25
Total de causas externas	84,67	142,27	13,47	16,66	48,58	79,56
Ceará						
Causas Violentas	45,38	113,71	7,19	14,33	25,81	63,67
Acidente transporte	17,50	38,11	4,13	6,48	10,62	22,23
Suicídio	2,59	10,64	1,07	2,74	1,81	6,66
Homicídio	25,28	64,96	1,99	5,11	13,38	34,79
Demais causas externas	15,56	22,29	1,53	3,61	8,34	12,87
Total de causas externas	60,94	135,99	8,72	17,94	34,16	76,55

Fonte: SESA/SIM/DATASUS

No que diz respeito à mortalidade por causas violentas entre as mulheres jovens (de 15 a 24 anos) o crescimento foi bem mais moderado. No Brasil o crescimento foi de 17,61% passando de 14,14 mortes para grupos de cem mil jovens em 1992 para 16,63 em 2004. No Nordeste o crescimento foi mais expressivo, 39,64%, ou seja, passou de 8,93 em 1992 para 12,47 mortes em 100.000 em 2004. Ao contrário do que ocorreu no Nordeste e Brasil, o Ceará manteve o crescimento elevado de mortes violentas também entre as mulheres jovens, registrando no período aumento de 99%, indo de 7,19 mortes em 1992 para 14,33 em 2004. No entanto, vale ressaltar que há uma grande diferença no número de mortes tanto

violentas, em particular, como externas, em geral, entre homens e mulheres jovens.

Gráfico 5.5: Mortalidade por causas externas entre os jovens de 15 a 24 anos segundo o sexo - Brasil - Nordeste - Ceará- 1992-2004



Fonte: DATASUS/MS

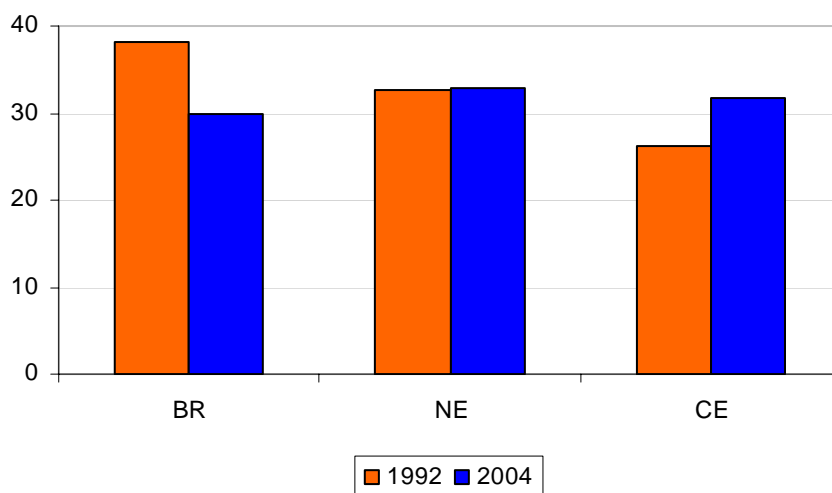
5.2 Mortalidade por causas internas: 10 a 24 anos

As mortes por causas internas são aquelas provocadas por algum tipo de enfermidade ou doença. A mortalidade por causas internas é bem inferior à das causas externas, analisadas no item anterior. No Brasil, em 1992, a taxa de mortalidade por causas endógenas era igual a 38,22 para cada 100.000 jovens de 10 a 24 anos, tendo passado a 29,91 em 2004, implicando numa redução da taxa na ordem de 21,7%. No Nordeste esta taxa não sofreu alteração no período, registrando valores iguais a 32,72 e 32,77 em 1992 e 2004, respectivamente.

Seguindo a direção inversa à do Brasil, no Ceará houve aumento desta taxa no período considerado, passando de 26,20 em 1992 para 31,81 mortes por 100 mil jovens em 2004. Uma explicação para estas mortes seria a má qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia (dificuldade de acesso à água tratada e esgotamento sanitário adequado) e acesso aos serviços por parte da população mais vulnerável.

O gráfico 5.6 abaixo apresenta as taxas de mortalidade por causas internas entre os jovens nos anos de 1992 e 2004.

Gráfico 5.6 Mortalidade por causas internas entre os jovens de 10 a 24 anos – Brasil – Nordeste - Ceará- 1992-2004



Fonte: DATASUS/MS

As proporções da mortalidade por causas endógenas mostram diferenças entre os sexos, assim como observado para causas externas, embora estas diferenças sejam bem menores neste caso. Em todas as situações as taxas para os homens são superiores às das mulheres. Estes dados estão expostos na tabela 5.2.

Entre os homens a taxa de mortalidade foi, no Brasil, igual a 43,52 em 1992 e 33,07 em 2004 e entre as mulheres, 32,87 em 1992 e 26,70 em 2004.

No Nordeste, assim como aconteceu para o total, as taxas não sofreram alterações entre os anos considerados, mas foi superior para os homens, com 36,40 mortes em grupos de cem mil em 1992 e 36,71 em 2004, enquanto entre as mulheres estes valores foram iguais a 29,04 e 28,78 em 1992 e 2004, respectivamente.

No Ceará, a taxa masculina sofreu aumento de 24,3%, passando de 28,83 mortes em 1992 para 35,48 em 2004. Entre as mulheres o crescimento foi menor, 18,7%, sendo iguais a 23,66 e 28,08, respectivamente para os dois anos considerados.

Tabela 5.2: Taxa de mortalidade por causas internas na faixa etária de 10 a 24 anos, segundo o sexo Brasil – Nordeste - Ceará 1992-2004

Região e Tipo de acidente/violência	Masculino		Feminino		Total	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	43,52	33,07	32,87	26,70	38,22	29,91
Nordeste	36,40	36,71	29,04	28,78	32,72	32,77
Ceará	28,83	35,48	23,66	28,08	26,20	31,81

Fonte: SESA/SIM/DATASUS

Observando as causas de mortes internas para jovens de 10 a 24 anos, que poderiam ser evitadas ou reduzidas por imunoprevenção, verificou-se para o Brasil, Nordeste e Ceará a maior incidência para as neoplasias (tumores) com percentuais de 20,22%, 16,79% e 20,39%, respectivamente, para o ano de 2004. Em segundo lugar aparecem as doenças do aparelho circulatório para o Brasil e Nordeste e as infecciosas e parasitárias no Ceará. Em terceiro lugar têm-se as doenças infecciosas e parasitárias no Brasil e Nordeste e as doenças do aparelho respiratório para o Ceará no ano de 2004. A tabela 5.3 apresenta os percentuais dos óbitos evitáveis entre os jovens de 10 a 24 anos no Brasil, Nordeste e Ceará nos anos de 1992 e 2004.

Tabela 5.3 - Óbitos evitáveis entre jovens de 10 a 24 anos – Brasil -Nordeste Ceará - 1992-2004

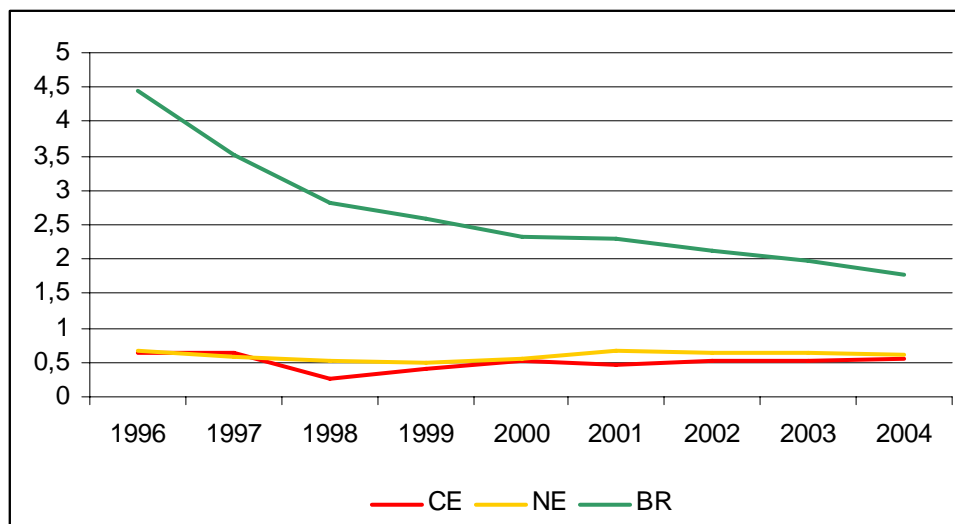
Região/Causas (CID-10)	1992		2004	
	N	%	N	%
Brasil	13750	100	13340	100
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1678	12,20	1811	13,58
Neoplasias (tumores)	2090	15,20	2697	20,22
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1639	11,92	533	4,00
Doenças do sistema nervoso	1253	9,11	1407	10,55
Doenças do aparelho circulatório	2349	17,08	2048	15,35
Doenças do aparelho respiratório	1981	14,41	1722	12,91
Doenças do aparelho digestivo	791	5,75	784	5,88
Gravidez parto e puerpério	542	3,94	630	4,72
Outras doenças e transtornos	1427	10,38	1708	12,80
Nordeste	2993	100	4049	100
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	463	15,47	557	13,76
Neoplasias (tumores)	411	13,73	680	16,79
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	183	6,11	159	3,93
Doenças do sistema nervoso	280	9,36	372	9,19
Doenças do aparelho circulatório	594	19,85	677	16,72
Doenças do aparelho respiratório	366	12,23	496	12,25
Doenças do aparelho digestivo	188	6,28	288	7,11
Gravidez parto e puerpério	142	4,74	238	5,88
Outras doenças e transtornos	366	12,23	582	14,37
Ceará	309	100	564	100
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	46	14,89	81	14,36
Neoplasias (tumores)	67	21,68	115	20,39
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	18	5,83	18	3,19
Doenças do sistema nervoso	28	9,06	55	9,75
Doenças do aparelho circulatório	52	16,83	66	11,70
Doenças do aparelho respiratório	33	10,68	74	13,12
Doenças do aparelho digestivo	21	6,80	30	5,32
Gravidez parto e puerpério	13	4,21	51	9,04
Outras doenças e transtornos	31	10,03	74	13,12

Fonte: SESA/SIM/DATASUS

Uma outra causa relevante de mortalidade entre os jovens é a ocasionada pelo vírus HIV (AIDS). Esta enfermidade tem se constituído em umas das principais causas de morte entre os jovens no Brasil, causando grande preocupação na sociedade como um todo. Como se observa no gráfico 5.7, abaixo, as taxas de

mortalidade em função do vírus HIV têm declinado ao longo dos anos no Brasil, se aproximando dos níveis da região Nordeste e do Estado do Ceará.

Gráfico 5.7 Mortalidade ocasionada pelo vírus HIV entre os jovens de 15 a 29 anos – Brasil – Nordeste - Ceará- 1996-2004



Fonte: DATASUS/MS

5.3 Maternidade precoce: 11 a 19 anos

A gravidez precoce aqui é entendida como a gravidez de jovens de 11 a 19 anos em função da sua correlação com as condições de vulnerabilidade devido ao risco a que estão expostas essas mulheres jovens. É nesta faixa de transição para a idade adulta que os jovens iniciam sua vida sexual e nem sempre se mostram preparados para evitar uma gravidez precoce ou a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

A literatura tem indicado conseqüências biológicas e sociais devido à gravidez precoce: " as mães muito jovens (especialmente as menores de 15 anos) têm uma mortalidade materna 2,5 vezes maior que as de 20 a 24 anos; além disso, mais vulneráveis ao medo e à desinformação, estão mais propensas à interrupção da gravidez e aos riscos de enfermidade e morte provocados pelo aborto clandestino; a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) assinala

que a gravidez na adolescência está vinculada à pobreza e à falta de informação." (Waiselfisz *et al.*, 2004)

Foram selecionados três indicadores para análise: taxa de maternidade, frequência à escola e renda domiciliar *per capita* para jovens que tiveram ou não tiveram filhos. Todos estes indicadores foram calculados para o Brasil, Nordeste, Ceará, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região não-metropolitana e zonas urbana e rural do Ceará nos anos de 1992 e 2004. A faixa de idade considerada em 2004 foi de 11 a 19 anos e em 1992, de 15 a 19 anos, uma vez que a faixa de 11 a 14 anos não foi investigada neste ano. A fonte dos dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE.

Analisando a tabela 5.4, observa-se que as taxas de maternidade para o Nordeste e Ceará mostraram-se, de maneira geral, mais elevadas que as taxas para o Brasil. No Ceará, as maiores taxas estão na região não metropolitana e na zona rural, com exceção da faixa de 11 a 14 anos para a zona rural em 2004.

Tabela 5.4: Taxa de maternidade segundo grupos de idade - Brasil, Nordeste e Ceará 1992-2004

Grandes regiões	Grupos de idade							
	11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		15 a 19 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	...	0,24	6,72	6,91	22,91	21,19	12,84	12,57
Nordeste	...	0,30	7,21	8,78	25,37	24,43	13,78	14,98
Ceará	...	0,29	8,27	8,07	28,83	19,77	15,52	12,42
Região Metropolitana de Fortaleza	...	0,35	8,54	6,40	24,79	19,21	15,43	11,29
Região não-metropolitana	...	0,26	8,15	9,29	31,97	20,22	15,56	13,27
Urbana	...	0,41	7,84	6,52	25,60	19,81	14,83	11,62
Rural	...	0,00	8,88	12,30	36,15	19,65	16,65	14,76

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

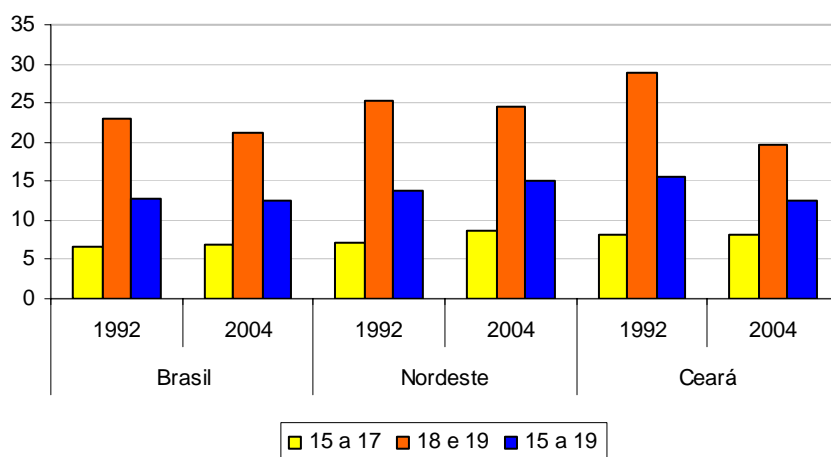
Nota: Em 1992 as informações referem-se a mulheres de 15 a 19 anos.

Verifica-se que na faixa de 11 a 14 anos, que não foi pesquisada em 1992, encontram-se os menores valores, variando de 0% na zona rural do Ceará à 0,41% na zona urbana no ano de 2004. O Brasil apresentou taxa igual a 0,24%, o Nordeste 0,30% e o Ceará), 29%. Para as jovens de 15 a 17 anos esta taxa variou

de 6,40% na RMF a 12,30% na zona rural do Ceará. Comparando os resultados desta faixa etária nos dois anos analisados pode-se destacar a RMF com decréscimo de 2,13% e a zona rural do Ceará com aumento de 3,42% no período.

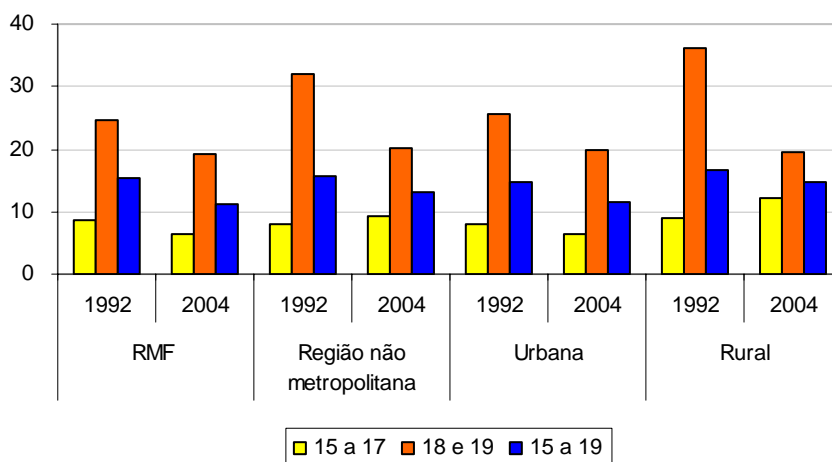
Observando também o gráfico 5.7, verifica-se que as maiores taxas de maternidade registraram-se para as idades de 17 e 18 anos. Nos anos de 1992 e 2004, o Brasil apresentou taxas de 22,91% e 21,19%, o Nordeste, 25,37% e 24,43% e o Ceará, 28,83% e 19,77%. Chama atenção a queda de 9% na taxa para o Ceará, enquanto o Brasil e Nordeste mantiveram suas taxas estáveis.

Gráfico 5.7 Taxa de maternidade segundo grupos de idade - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE

Quanto aos dados para o Ceará urbano e rural, metropolitano e não-metropolitano, pode-se destacar, assim como para a média do Estado, decréscimos em todas as áreas e mais notadamente para a RMF (-11,74%) e a zona rural (-16,50%), como se observa no gráfico 5.8 a seguir.

Gráfico 5.8 Taxa de maternidade segundo grupos de idade - Ceará - 1992-2004

Fonte: PNAD/IBGE

Com base nos dados de freqüência à escola para mulheres entre 15 e 19 anos, que tiveram ou não tiveram filhos, verificou-se baixos índices de escolarização entre as que tiveram filhos, comprovando a alta correlação entre gravidez precoce e baixa escolarização.

O percentual de jovens que tiveram filho e não freqüentam escola chegou, em 1992, a 92,72% no Brasil, 93,29% no Nordeste e 97,54% no Ceará. Em 2004 houve redução destes percentuais, embora ainda permanecessem altos: 80,10% no Brasil, 79,05% no Nordeste e 86,99% no Ceará. Entre as jovens da mesma faixa de idade que não tiveram filho, a não freqüência à escola é bem menor e igual a 38,99%, 37,87% e 40,08% para Brasil, Nordeste e Ceará em 1992 e 23,50%, 21,14% e 23,98%, respectivamente, para 2004.

A tabela 5.5 apresenta a freqüência à escola por grupos de idade das jovens que tiveram ou não tiveram filho para o Brasil, Nordeste e Ceará em 1992 e 2004. O gráfico 5.9 traz este resultado para a faixa de 15 a 19 anos.

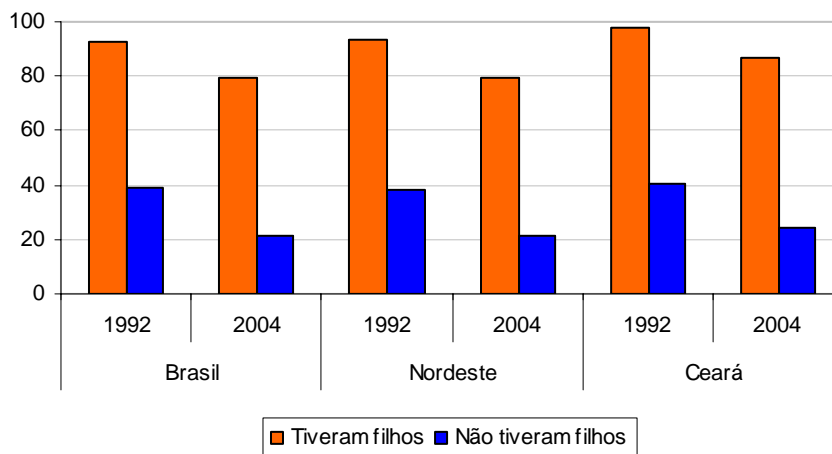
Tabela 5.5: Frequência à escola de mulheres jovens que tiveram ou não filhos, segundo grupos de idade - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992-2004

Grandes regiões		Não freqüentam escola (%)							
		11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		15 a 19 anos	
		1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil	Tiveram filhos	...	65,68	90,45	74,64	93,82	82,81	92,72	80,10
	Não tiveram filhos	...	3,11	32,75	13,28	51,29	41,91	38,99	23,50
Nordeste	Tiveram filhos	...	83,20	90,81	76,70	94,53	80,34	93,29	79,05
	Não tiveram filhos	...	3,62	33,26	14,81	47,86	32,79	37,87	21,14
Ceará	Tiveram filhos	...	46,33	96,43	83,93	98,12	89,10	97,54	86,99
	Não tiveram filhos	...	2,67	34,72	14,62	52,67	42,14	40,08	23,98

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

Nota: Em 1992 as informações referem-se a mulheres de 15 a 19 anos.

Gráfico 5.9: Percentual de mulheres jovens que não freqüentam escola e que tiveram ou não tiveram filhos - Brasil - Nordeste - Ceará- 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE

A tabela 5.6 e o gráfico 5.10, a seguir, apresentam as mesmas informações para o Ceará urbano, rural, metropolitano e não-metropolitano.

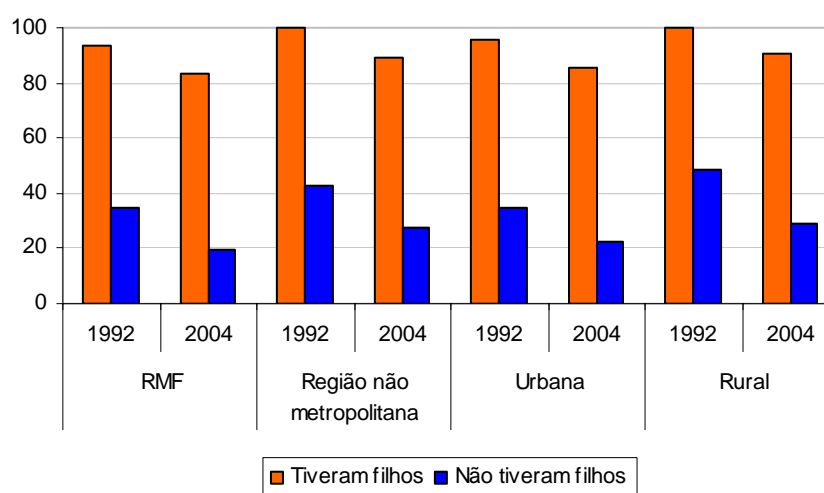
Tabela 5.6: Frequência à escola de mulheres jovens que tiveram ou não filhos, segundo grupos de idade - Ceará - 1992-2004

Área Censitária e Situação do Domicílio	Não freqüentam escola (%)							
	11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		15 a 19 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Região Metropolitana de Fortaleza								
Tiveram filhos	...	100,00	89,26	79,42	95,00	85,71	93,18	83,51
Não tiveram filhos	...	2,84	28,17	11,07	45,36	35,85	34,76	19,69
Região não metropolitana								
Tiveram filhos	...	0,00	100,00	86,21	100,00	91,66	100,00	89,23
Não tiveram filhos	...	2,56	37,77	17,31	58,97	47,18	43,09	27,29
Urbana								
Tiveram filhos	...	46,33	93,52	80,56	96,95	87,96	95,85	85,40
Não tiveram filhos	...	2,83	27,48	12,28	48,76	41,22	35,00	22,36
Rural								
Tiveram filhos	...	-	100,00	88,80	100,00	93,01	100,00	90,67
Não tiveram filhos	...	2,26	44,44	21,44	63,54	45,23	48,42	28,92

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

Nota: Em 1992 as informações referem-se a mulheres de 15 a 19 anos.

Gráfico 5.10: Percentual de mulheres jovens que não freqüentam escola e tiveram ou não filhos, - Ceará - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE

No que se refere a renda domiciliar *per capita* das jovens que tiveram filho, observa-se que esta é menor que a das que não tiveram filho, reiterando a relação entre gravidez precoce e baixa renda. No Brasil, as jovens que não

tiveram filho apresentaram, para os dois anos considerados, renda domiciliar *per capita* superior a 1 salário mínimo, enquanto as que tiveram filho ficaram com renda inferior a 0,7 salário mínimo.

No Nordeste e Ceará as rendas são inferiores a ½ salário mínimo entre as jovens que tiveram filho, ficando o Nordeste com rendas entre 0,29 salário mínimo na faixa de 11 a 14 anos em 2004 à 0,42 salário mínimo na faixa de 18 a 19 anos em 1992 e o Ceará com valores entre 0,35 salário mínimo nas faixas de 11 a 14 anos em 2004 e 15 a 17 anos em 1992 e 2004 à 0,43 salário mínimo na faixa de 18 a 19 anos em 2004.

No Ceará urbano, rural, metropolitano e não metropolitano, a vulnerabilidade é maior para as jovens da zona rural, tanto para as que tiveram filho com para as que não tiveram, com maior renda igual a 0,34 salário mínimo para as jovens de 18 e 19 anos no ano de 2004. Por outro lado, a renda das jovens da RMF é superior a das demais rendas no Ceará, variando de 0,83 a 1,16 salários mínimos entre as que não tiveram filho.

Os gráficos 5.11 e 5.12, bem como as tabelas 5.7 e 5.8 apresentam os dados de renda *per capita* em salário mínimo para o Brasil, Nordeste e Ceará em 1992 e 2004.

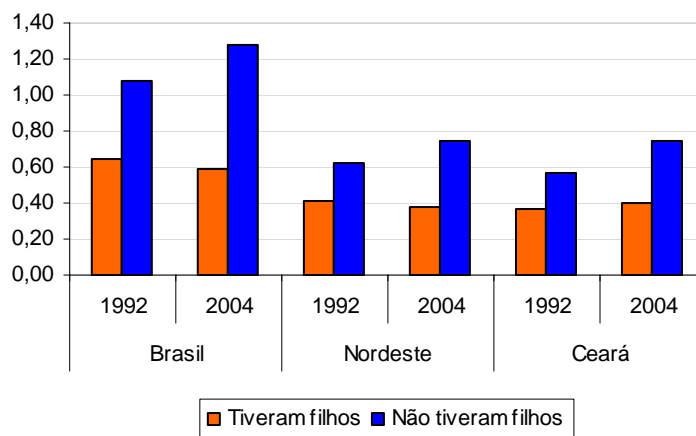
Tabela 5.7: Renda domiciliar *per capita* de mulheres jovens que tiveram ou não filhos, segundo grupos de idade - Brasil, Nordeste e Ceará - 1992-2004

Grandes regiões	Renda domiciliar <i>per capita</i> (em salário mínimo)							
	11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		15 a 19 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Brasil								
Tiveram filhos	...	0,39	0,58	0,53	0,68	0,63	0,64	0,59
Não tiveram filhos	...	1,01	1,03	1,19	1,18	1,43	1,08	1,28
Nordeste								
Tiveram filhos	...	0,29	0,39	0,34	0,42	0,39	0,41	0,38
Não tiveram filhos	...	0,58	0,58	0,70	0,70	0,82	0,62	0,74
Ceará								
Tiveram filhos	...	0,35	0,35	0,35	0,38	0,43	0,37	0,40
Não tiveram filhos	...	0,57	0,52	0,72	0,70	0,79	0,57	0,74

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

Nota: Em 1992 as informações referem-se a mulheres de 15 a 19 anos.

Gráfico 5.11: Renda domiciliar *per capita*, em salários mínimos, de jovens de 15 a 19 anos que tiveram ou não filhos – Brasil – Nordeste – Ceará - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE

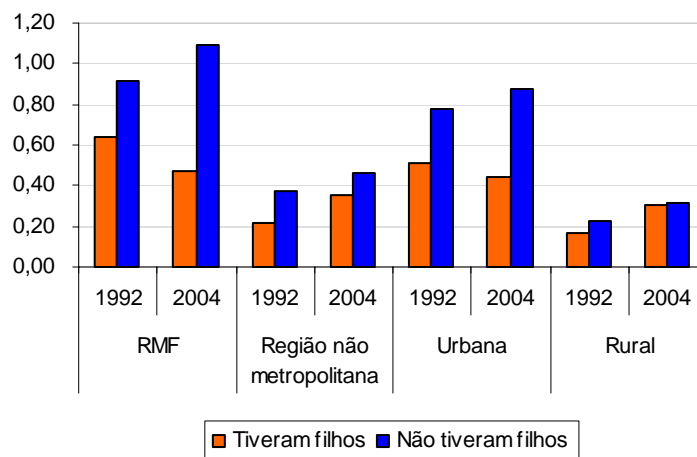
Tabela 5.8: Renda domiciliar *per capita* de mulheres jovens que tiveram ou não filhos, segundo grupos de idade - Ceará - 1992-2004

Área Censitária e Situação do Domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> (em salário mínimo)							
	11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		15 a 19 anos	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Região Metropolitana de Fortaleza								
Tiveram filhos	...	0,36	0,51	0,46	0,69	0,48	0,64	0,47
Não tiveram filhos	...	0,83	0,87	1,06	1,00	1,16	0,92	1,10
Região não metropolitana								
Tiveram filhos	...	0,35	0,26	0,30	0,20	0,40	0,22	0,35
Não tiveram filhos	...	0,40	0,36	0,45	0,43	0,49	0,38	0,46
Urbana								
Tiveram filhos	...	0,35	0,47	0,41	0,52	0,46	0,51	0,44
Não tiveram filhos	...	0,67	0,73	0,86	0,87	0,92	0,78	0,88
Rural								
Tiveram filhos	...	0,00	0,19	0,27	0,16	0,34	0,17	0,30
Não tiveram filhos	...	0,31	0,23	0,30	0,21	0,32	0,23	0,31

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD.

Nota: Em 1992 as informações referem-se a mulheres de 15 a 19 anos.

Gráfico 5.12: Renda domiciliar *per capita*, em salário mínimo, de jovens de 15 a 19 anos que tiveram ou não filhos - Ceará - 1992-2004



Fonte: PNAD/IBGE

Destes resultados, conclui-se que um baixo nível de educação está associado a um baixo nível de renda, levando a uma maior vulnerabilidade na saúde como um todo e na reprodutiva, em particular. Crianças nascidas em famílias vulneráveis vão ter maior dificuldade de acesso à boa educação, diminuindo assim suas chances no mercado de trabalho, levando à manutenção da pobreza e desigualdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou discutir os principais aspectos sócio-econômicos da juventude, no sentido de proporcionar uma melhor compreensão da realidade da população jovem no Brasil, Região Nordeste e Ceará, assim como discutir os principais fatores relacionados à vulnerabilidade dessa importante parcela da população. Foram identificados aspectos que se relacionam especificamente com a juventude como o desemprego, e o envolvimento em homicídios e acidentes de trânsito.

Foi observado que o contingente populacional de jovens representa uma parcela importante da população, que continua aumentando, embora esse crescimento venha apresentando uma desaceleração nas últimas décadas. Da mesma forma, no que se refere à composição demográfica quanto ao gênero, apesar das mulheres ainda predominarem em quase todos os subgrupos etários, os homens tem recuperado sua participação na população nos últimos anos.

No que se refere ao aspecto educacional, merecem destaque as significativas reduções nas taxas de analfabetismo entre 1992 e 2004, embora essas ainda permaneçam bem acima das verificadas em países desenvolvidos. O perfil do jovem mais susceptível a este tipo de vulnerabilidade é o jovem do sexo masculino que reside na zona rural. Este problema é mais bem compreendido quando se observa as baixas taxas de frequência escolar e as elevadas taxas de distorção idade-série entre os jovens, embora estas tenham melhorado nos últimos 12 anos.

Estes problemas na educação dos jovens e adolescentes se refletem no mercado de trabalho e nas condições de empregabilidade. Foram identificados sérios obstáculos para o jovem no mercado de trabalho, faixa etária onde se encontra as maiores taxas de desemprego. Além disso, houve uma redução nas taxas de ocupação e participação dos jovens no mercado de trabalho entre 1992 e 2004. Estes fatos podem estar associados a uma maior espera dos jovens para adentrar no mercado de trabalho, com o objetivo de buscar uma maior

qualificação. Entretanto, em função dos problemas observados na educação dos jovens em geral, este atraso na entrada no mercado de trabalho pode estar ocorrendo principalmente por problemas de adequação da juventude no mercado de trabalho, inclusive por conta de um baixo nível de escolaridade.

Quanto à questão das características dos chefes de família dos jovens, observou-se que o perfil do provedor familiar possui forte influência na escolha entre estudo e trabalho da juventude. Os jovens que decidiram a se dedicar somente aos estudos ou conciliar estes com o trabalho são predominantemente oriundos de famílias que possuem chefes de família com maior escolaridade e renda. Da mesma forma, os jovens oriundos de famílias menos favorecidas, com menor renda e menor escolaridade do chefe da família, tendem a se dedicar exclusivamente ao trabalho. Este fato reforça a idéia de que existe um ciclo vicioso educacional e de pobreza.

Por último, no âmbito da saúde, destacam-se como importantes fatores de vulnerabilidade as mortes ocasionadas por causas externas, principalmente entre os jovens do sexo masculino. Merecem destaque as elevadas porcentagens de causa de morte dos jovens em decorrência de homicídios, alcançando 30% dos óbitos dos jovens de 15 a 29 anos, além das mortes ocasionadas por acidentes de trânsito. Entre as jovens do sexo feminino, a gravidez precoce atinge uma importante parcela desse segmento populacional, estando associada com vulnerabilidades como baixa escolaridade e problemas de inserção no mercado de trabalho, de forma a interferir no desenvolvimento pessoal e profissional dessas jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDHAN, P.; UDRY C. **Development microeconomics**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L., PASINATO, M. T.; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Texto para Discussão IPEA nº1038**, 2004.

IBGE, **População Jovem no Brasil**, Rio de Janeiro, 1999.

MANKIW, N.G. **Principles of Economics**. Orlando: Dryden Press, 1998.

MEDEIROS, J. A. **Alcance e limitações da teoria do capital humano** - Diferenças de ganhos no Brasil em 1973. São Paulo : Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1982.

MENEZES, E.; SANTOS, T.H. "**Analfabetismo funcional**" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>, visitado em 22/9/2006.

REYNOLDS, Lloyd G. **Economia laboral y relaciones de trabajo**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1984.

ROBERTS, K. **Change and continuity in youth transitions in Eastern Europe: Lessons for Western Sociology**. *The Sociological Review*, 2003.

SOARES, J. F. Qualidade e eqüidade na educação básica Brasileira: A evidência do SAEB-2001. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, n.12, v.38, 2004.

WAISELFSZ, J. J.; XAVIER, R.; MACIEL, M. e BARBOSA, P. D. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**, Brasília: UNESCO, 2004.